



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

UMA POLIFONIA DE VOZES
ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS TRADUÇÕES
PORTUGUESAS DE *UNCLE TOM'S CABIN*

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de mestre em Tradução

Por

Ana Rita de Almeida Vieira Monteiro

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro de 2017



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

UMA POLIFONIA DE VOZES
ANÁLISE COMPARATIVA DE DUAS TRADUÇÕES PORTUGUESAS DE
UNCLE TOM'S CABIN

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Tradução

Por

Ana Rita de Almeida Vieira Monteiro

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação da Professora Doutora Alexandra Lopes

Setembro de 2017

Resumo

O romance anti-escravatura *Uncle Tom's Cabin*, de Harriet Beecher Stowe, é um dos textos mais famosos do século XIX e teve um tremendo impacto social, político e cultural em todo o mundo, incluindo em Portugal. A presente dissertação consiste numa análise comparativa de capítulos selecionados de duas traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin*: uma tradução de 1853 (uma das primeiras a ser publicada em Portugal, apenas um ano depois da publicação do romance nos Estados Unidos) e uma tradução de 2005 (a tradução portuguesa mais recente). As disciplinas de Estudos de Tradução e da História da Tradução serviram de enquadramento teórico a esta análise comparativa, que se foca em três aspectos concretos: a proximidade ao texto de partida, a tradução de dialectos e a tradução de linguagem tabu. Este trabalho tem um impulso hermenêutico e não meramente descritivo, uma vez que se pretende interpretar as diferenças e semelhanças entre as duas traduções e relacioná-las com o contexto em que estas foram produzidas, publicadas e lidas. O objectivo principal é, portanto, compreender como *Uncle Tom's Cabin* foi traduzido e recebido em Portugal em momentos históricos muito diferentes e como estes processos de mudança se manifestam através da tradução.

Palavras chave: Tradução, História da Tradução, *Uncle Tom's Cabin*, Harriet Beecher Stowe, Retraduções.

Abstract

Harriet Beecher Stowe's anti-slavery novel *Uncle Tom's Cabin* is one of the most famous texts from the 19th century and it has had a tremendous social, political, and cultural impact around the world, including in Portugal. This dissertation consists in a comparative analysis of selected chapters taken from two Portuguese translations of *Uncle Tom's Cabin*: a translation from 1853 (one of the first to be published in Portugal, only a year after the novel was first published in the United States) and a translation from 2005 (the most recent Portuguese translation). In terms of theory, the fields of Translation Studies and Translation History will serve as the framework for this comparative analysis, which will focus on three specific aspects: proximity to the source text, the translation of dialects, and the translation of taboo language. The impulse behind this work is not only descriptive but hermeneutic, since it intends to interpret the differences and similarities between the two translations, and relate them to the context in which they were produced, published, and read. Our main objective is therefore to understand how *Uncle Tom's Cabin* was translated and received in Portugal in two different time periods and how these processes of change are manifested through translation.

Keywords: Translation, Translation History, *Uncle Tom's Cabin*, Harriet Beecher Stowe, Retranslations.

*Para o Avô
(1931–2017)*

Índice

Resumo	3
Abstract	4
Índice.....	6
Introdução	8
1. Enquadramento Teórico e Metodologia.....	14
1.1 A tradução e a história da tradução.....	14
1.1.2. As retraduições.....	18
1.2. Metodologia	23
1.2.1. Razões para realizar história da tradução.....	24
1.2.2. Perguntas e importância	26
1.2.3. Como escolher as traduções.....	27
1.2.4. Normas e sistemas.....	28
1.2.5. Causas	29
2. Contextualização de Uncle Tom’s Cabin	31
2.1. Escravatura e Abolicionismo nos Estados Unidos da América.....	31
2.1.1. Escravatura: definições e história	31
2.1.2. Escravatura e abolicionismo	34
2.2. Harriet Beecher Stowe	40
2.2.1. Biografia	41
2.2.2. Ideologia e valores	45
2.3. Uncle Tom’s Cabin	48
2.3.1. História da publicação.....	48
2.3.2. Conteúdo e estratégias	50
2.3.3. Impacto social e político	56
2.3.4. O romance sentimental	57

2.4. (Re)leituras de Uncle Tom’s Cabin: transformação e diversidade	59
2.4.1. Outros textos	59
2.4.2. Declínio, crítica e reavaliação	61
3. As traduções escolhidas	63
3.1. Uncle Tom’s Cabin em Portugal: uma visão geral	63
3.1.1. Traduções e reedições: uma cronologia	63
3.1.2. O caso de 1853	66
3.2. A Tradução de 1853 de Francisco d’Andrada	74
3.2.1. Características da tradução	74
3.2.2. O tradutor	80
3.2.3. Contexto histórico e social: Portugal e a escravatura em 1853	83
3.3. A tradução de 2005	87
3.3.1. Características da tradução	87
3.3.2. A anonimato do(s) tradutor(es) – a Languagest	88
3.3.3. Contexto histórico-cultural: Porquê traduzir agora?	91
4. Análise comparativa das traduções	95
4.1. Visão geral	95
4.2. Proximidade ao texto original	96
4.3. A tradução dos dialectos em Uncle Tom’s Cabin.....	106
4.4. Tradução da linguagem tabu	110
Conclusão.....	122
Bibliografia	127
Anexos	132

Introdução

Uncle Tom's Cabin, de Harriet Beecher Stowe, publicado pela primeira vez em 1851, é uma das obras mais emblemáticas da literatura americana e mundial. Muito poucas obras de ficção tiveram tanta influência a nível social, político e histórico como este retrato da escravatura nos Estados Unidos da América, inspirado pelos ideais abolicionistas, que se tornou um dos primeiros *bestsellers* a nível internacional. Ao mesmo tempo, muito poucos romances inspiraram reacções tão intensas e tão contraditórias ao longo da sua história.

A posição especial de *Uncle Tom's Cabin* no cânone da literatura mundial e na história deve-se, em grande parte, à conjugação de dois factores principais: a sua popularidade e o impacto político e social da sua mensagem anti-escravatura. *Uncle Tom's Cabin* foi um sucesso de vendas imediato e esmagador não apenas nos Estados Unidos, mas também a nível internacional: trata-se de um dos livros mais vendidos do século XIX e um dos primeiros *bestsellers* da literatura global. Por outro lado, o impacto do texto na opinião pública e no debate sobre a abolição da escravatura foi fortíssimo, ao ponto de ser considerado um dos factores que contribuíram para o despoletar da Guerra Civil Americana.

A influência contínua de *Uncle Tom's Cabin* é ainda maior se tivermos em conta os inúmeros outros textos e artefactos culturais que o livro gerou e inspirou, directa ou indirectamente: traduções, adaptações, peças de teatro, filmes e *merchandising*, mas também ataques, elogios, estudos académicos e até, durante um breve período, um novo subgénero literário – os romances anti-Tom, incluindo títulos como *Aunt Phillis's Cabin; or, Southern Life as It Is* e *The Cabin and the Parlor, or Slaves and Masters* (Robbins, 2007: 101).

De facto, este texto atraiu controvérsia e polémica desde a sua publicação e nunca deixou de ser alvo de leituras e interpretações diferentes, sobretudo no que diz respeito à representação dos escravos no texto e ao seu estilo e qualidade literária. A reputação do romance teve altos e baixos ao longo dos anos, sendo alvo de críticas e louvores, atravessando períodos de enorme popularidade e outros de quase esquecimento. A nível académico, continua a ser objecto de estudo e de (re)leituras constantes a vários níveis, não apenas sobre a sua importância histórica e literária, mas também sobre a sua relação com a cultura popular, a literatura e a sociedade a um nível mais abrangente.

A complexidade de *Uncle Tom's Cabin* manifesta-se de forma clara nos processos de tradução, incluindo em Portugal. De facto, ao longo dos anos, as várias traduções

portuguesas de *Uncle Tom's Cabin* tiveram características e objectivos distintos. Por exemplo, algumas enfatizavam certas dimensões, como o sentimentalismo, ao mesmo tempo que minorizavam outras, como a sua mensagem política; os públicos-alvo também foram variando, surgindo no século XX uma tendência para apresentar a obra como um texto infanto-juvenil. Seja qual for o caso, o estudo destas traduções numa perspectiva histórica pode trazer-nos informações novas e interessantes sobre a tradução em geral ou sobre a história de *Uncle Tom's Cabin*, mas também ter implicações muito mais vastas:

Translation can tell us a lot about the power of images and the ways in which images are made, about the ways in which authority manipulates images and employs experts to sanction that manipulation and to justify the trust of an audience – which is why the study of translation can teach us a few things not just about the world of literature but also about the world we live in. (Lefevere, 1990: 27)

Em Portugal, a história das traduções de *Uncle Tom's Cabin* é um caso particularmente interessante. Trata-se de um texto que foi traduzido em português muito rapidamente: em 1853 (apenas um ano depois da publicação do livro nos Estados Unidos) foram editadas em Portugal pelo menos quatro edições da obra, num intervalo muito curto e que era extremamente invulgar para a época. Posteriormente, produziram-se pelo menos mais oito traduções portuguesas ao longo do século XX e inícios do século XXI, a um ritmo relativamente constante. Em paralelo, surgiram também outros textos relacionados com o romance de Harriet Beecher Stowe, como produções de teatro e adaptações para crianças. Isto indica que *Uncle Tom's Cabin*, através deste conjunto de traduções e adaptações, se tornou um texto canónico no sistema literário português e que suscitou interesse desde a sua publicação até aos dias de hoje, ao longo de períodos históricos muito distintos. Portanto, é um texto que teve e continua a ter uma relevância considerável.

Esta dissertação consiste, essencialmente, numa análise comparativa de duas traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin*: uma das mais antigas (publicada em 1853, da autoria de Francisco Ladislau Álvares d'Andrada) e a mais recente (publicada em 2005 e traduzida pela Linguagest). Este critério, aparentemente aleatório, para a selecção das duas traduções a estudar prende-se com a necessidade de limitar o *corpus* às dimensões de uma dissertação de mestrado, mas tem outra razão mais específica: ao comparar duas traduções separadas pela maior distância possível, espera-se conseguir ter uma visão mais abrangente da história da tradução desta obra em Portugal, porque se examina, simultaneamente, uma tradução realizada no mesmo momento histórico do texto original e a tradução mais recente,

potencialmente inspirada por uma tradição precedente de retraduições que influenciaram a forma como *Uncle Tom's Cabin* foi sendo percebido na cultura de chegada.

Se, por um lado, a primeira tradução se aproxima mais do contexto histórico, político e social em que surgiu *Uncle Tom's Cabin* e nos dá informações sobre como esta obra foi recebida em Portugal imediatamente a seguir à sua publicação nos Estados Unidos (num período em que a sua mensagem política estava na ordem do dia), a tradução mais recente permite-nos apreciar a posição de *Uncle Tom's Cabin* no sistema literário português contemporâneo, já que surge no seguimento de várias traduções e das constantes releituras e reavaliações de que esta obra foi alvo no espaço de 150 anos.

Além disso, esta distância temporal também facilita a identificação de mudanças significativas ao nível do trabalho dos tradutores e das normas e convenções que regem a tradução em Portugal. É, portanto, uma comparação que se espera produtiva e elucidativa tanto para a história da tradução como para a compreensão do fenómeno de *Uncle Tom's Cabin*.

Ao comparar duas traduções tão distantes, pretende-se não só compreender como os processos de tradução mudaram ao longo do tempo, mas, sobretudo, avaliar como é que o texto foi recebido em momentos históricos muito diferentes e a forma como isto se manifesta através da tradução. Neste sentido, não se pretende fazer uma comparação meramente descritiva ou excessivamente focada em questões linguísticas, mas sim adoptar uma abordagem hermenêutica, que procure interpretar as diferenças concretas e produtivas entre as duas traduções, de modo a relacioná-las com o contexto específico em que cada uma delas foi produzida. Assim, pretende-se identificar processos de mudança historicamente relevantes e estudar diferentes leituras de *Uncle Tom's Cabin* em dois períodos diferentes (meados do século XIX e inícios do século XXI), que influenciaram a forma como o romance foi traduzido em Portugal.

Mais do que fazer avaliações qualitativas sobre as escolhas dos tradutores, o objectivo central deste trabalho é *compreender e discutir* estas escolhas nos seus respectivos contextos, de forma a perceber como e porquê a obra foi traduzida de forma diferente em períodos diferentes.

O facto de esta análise se focar em aspectos potencialmente problemáticos do texto, do ponto de vista da tradução entre este par de línguas – nomeadamente, a proximidade ao texto primeiro, a tradução de dialectos e da linguagem tabu –, justifica-se pela forma como estes

revelam fenómenos de mudança que podem ser importantes quando se reflecte sobre a história da tradução e sobre os processos de tradução em geral, mas, também, que podem vir a contribuir para a prática da tradução. Espera-se que análise destes problemas e das suas soluções possa ajudar a compreender melhor a história de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal e a encontrar estratégias e soluções não apenas para as futuras retraduições deste texto em particular, mas também de outros textos que apresentem dificuldades semelhantes.

Este trabalho teve ainda como objectivo preencher uma lacuna importante relativamente à história de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal. Ao estudar as primeiras traduções, publicadas em 1853, procurámos responder a algumas perguntas até agora sem resposta: quantas traduções foram publicadas em 1853? Estas eram traduções diferentes ou versões da mesma tradução? Qual foi o texto de partida destas primeiras traduções (o original inglês, ou como era habitual na época, será que foram traduzidas, indirectamente, de uma tradução francesa)? A que se deveu a rapidez inusitada com que o livro foi publicado em Portugal (apenas um ano depois da publicação nos Estados Unidos, um intervalo bastante curto para a época)?

A análise cronológica das traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin* permite-nos também obter uma visão ampla da popularidade desta obra em Portugal e das maneiras diversificadas como ela foi encarada ao longo dos anos. De que forma é que estas traduções influenciaram as retraduições posteriores – mais especificamente, a tradução mais recente? Como se traduz este texto no século XXI? Até que ponto é que as traduções já existentes podem contribuir para futuras traduções? Neste trabalho, procurámos avançar algumas hipóteses para responder a estas perguntas, mantendo sempre uma atitude prudente e um espírito crítico, com consciência da dificuldade em apresentar certezas absolutas.

Em termos de estrutura, esta dissertação irá focar-se em quatro temas principais, cada um correspondendo a um capítulo.

No primeiro capítulo, procura-se apresentar a teoria que serve de enquadramento a esta dissertação. Discute-se de forma sumária os principais textos teóricos que inspiraram este trabalho, de forma a situá-lo dentro dos Estudos de Tradução, como uma investigação na área da história da tradução. Também se discute a metodologia utilizada para a escolha e análise das traduções, com um foco especial nas razões que deram impulso a esta investigação, as perguntas a que se pretende responder e a sua importância.

O segundo capítulo consiste numa breve introdução a *Uncle Tom's Cabin*, com o objectivo de situar e contextualizar o texto de partida, tentar explicar a sua relevância, e,

consequentemente, facilitar a compreensão da análise comparativa das traduções. Assim, discute-se o contexto histórico e cultural em que a obra surgiu, descrevendo de forma sintética a história da escravatura e do abolicionismo nos Estados Unidos e a biografia e os valores de Harriet Beecher Stowe – dimensões cruciais para compreender o romance. Seguidamente, aborda-se a história da publicação de *Uncle Tom's Cabin*, a sua posição como um dos primeiros *bestsellers* internacionais, o seu impacto político, social, histórico e literário, a sua presença na cultura popular e, por fim, a constante mudança de atitudes face à obra.

No terceiro capítulo, faz-se uma contextualização mais aprofundada das traduções analisadas, com uma ênfase particular no contexto histórico e literário em que cada uma delas foi produzida. Assim, procura apresentar-se as principais características de cada uma das versões, com um enfoque específico nos seus tradutores e edições. Também se tenta esclarecer quantas traduções ao certo foram produzidas em 1853 e qual terá sido o texto de partida de cada uma delas.

Por fim, no Capítulo 4 realiza-se uma análise comparativa entre excertos das duas traduções selecionadas, com base em três aspectos principais: a proximidade entre as traduções e o texto original, a tradução das variedades dialectais e a tradução da linguagem tabu. Como já referimos, procurou-se encontrar diferenças historicamente relevantes entre as duas traduções e interpretar estas diferenças com base nos contextos em que ambas foram produzidas.

A dissertação enfrentou algumas dificuldades importantes, e, consequentemente, apresenta limitações consideráveis. Isto reflecte bem as dificuldades inerentes a fazer história da tradução, sobretudo de períodos historicamente distantes. O trabalho de arqueologia, que consiste em localizar e em ter acesso às traduções, está necessariamente dependente do trabalho de terceiros, através da existência de catálogos, de listas de traduções e do acesso (presencial ou digital) aos textos mais antigos; o facto de, actualmente, esta obra não se encontrar editada em Portugal significa que também nem sempre é fácil ter acesso às traduções mais recentes. Por esta razão, a investigação realizada, sobretudo no que diz respeito às traduções de 1853, tem sempre uma dimensão de incerteza, já que não foi possível comparar todas as traduções conhecidas, nem consultar todas as traduções francesas que constituem potenciais origens de tradução indirecta. De facto, nada garante que não tenham

existido mais traduções e reedições naquela época que, simplesmente, não aparecem nos registos históricos consultados.

Os limites de tempo, de dimensão e do escopo de uma dissertação de mestrado também trouxeram constrangimentos significativos ao trabalho. A contextualização e o fundamento teórico do estudo têm necessariamente de ser feitos de forma sintética, apesar de muitos dos temas abordados merecerem ser alvo de uma discussão mais aprofundada. Além disso, tratando-se de um trabalho no âmbito dos Estudos de Tradução, questões mais relacionadas com outras áreas como a História, o Estudos Literários ou os Estudos de Cultura acabam por ocupar uma posição menos central no trabalho. Procurou-se, sempre que possível, sumarizar de forma acessível as informações mais relevantes para a análise das traduções em questão e mencionar, ainda que resumidamente, todos os aspectos que se consideraram importantes para compreender esta a análise, mas, naturalmente, este trabalho não representa completamente a enorme complexidade de temas como a escravatura ou a influência de *Uncle Tom's Cabin* na cultura popular a nível mundial.

Por fim, o *corpus* do trabalho e os excertos exemplificativos que nele se apresentam também tiveram de ter dimensões relativamente restritas, devido às características de uma dissertação de mestrado. Perante este problema, optou-se por comparar apenas duas traduções, escolhendo três capítulos de cada uma delas, o que implicou um trabalho de selecção prévia de partes do texto que pudessem trazer informações relevantes para os objectivos do trabalho. Logo, as hipóteses e conclusões aqui discutidas devem de ser encaradas de forma cautelosa, evitando generalizações ou certezas demasiado abrangentes.

Esta dissertação, como qualquer investigação na área das Humanidades, procura encontrar algumas respostas, mas gerou também novas perguntas. Muitas vezes, foi necessário alterar estratégias ou os caminhos previstos, ao encontrar novas informações; por vezes, surgiram ideias novas que implicaram mudanças de interpretação e trouxeram novas dimensões ao trabalho; algumas das ideias iniciais acabaram por não ser seguidas. Ainda assim, espera-se que a dissertação possa contribuir de alguma forma para o conhecimento disponível, embora tenham ficado muitas perguntas por responder, que poderão justificar investigações futuras.

1. Enquadramento Teórico e Metodologia

A presente dissertação realiza-se no âmbito dos Estudos de Tradução e, mais especificamente, da História da Tradução. Como tal, a análise comparativa e a interpretação que foi feita teve como base uma teoria e uma metodologia específicas que a orientaram e que a situam no contexto mais alargado desta disciplina.

1.1 A tradução e a história da tradução

De um modo geral, a tradução é um processo complexo, que envolve muitos métodos diferentes e pode apresentar uma ampla diversidade de funções, tipos, propósitos e características. Para Roman Jakobson (1992: 145), a tradução, a um nível mais básico, é uma forma de interpretar um signo verbal, seja através de outros signos da mesma língua (*tradução intralinguística*), de línguas diferentes (*tradução interlinguística*) ou signos pertencentes a sistemas de símbolos não-verbais (*tradução intersemiótica*). A tradução interlinguística corresponde ao que geralmente se entende por tradução propriamente dita e é o tipo de tradução em que se foca este trabalho. Lawrence Venuti define este tipo de tradução do seguinte modo:

Translation is a process by which the chain of signifiers that constitutes the foreign text is replaced by a chain of signifiers in the translating language which the translator provides on the strength of interpretation. (Venuti, 2008: 17-18).

Por outro lado, Jakobson (1992: 146) aponta como, a nível linguístico, a tradução envolve “two equivalent messages in two different codes” – portanto, o problema central em causa é a ideia de “equivalence in difference”. Este é um processo naturalmente complexo, já que “languages differ essentially in what they must convey and what they may convey” (Jakobson, 1992: 149) e os aspectos culturais e individuais também têm um papel crucial na interpretação da mensagem. Claramente, além das características do texto e da cultura de partida, o processo de tradução é altamente influenciado pelo contexto em que a tradução é produzida e pela situação do tradutor.

Susan Bassnett e André Lefevere entendem a tradução como um acto de reescrita do texto original que é influenciado por vários aspectos, já que “all rewritings, whatever their intention, reflect a certain ideology and a poetics and as such manipulate literature to function in a given society in a given way” (Bassnett e Lefevere, 1990: ix). Em qualquer

tradução nunca há certezas de criar equivalências na cultura de chegada para a qual se traduz, nem garantias de que “the translation will have an effect on readers belonging to the target culture which is in any way comparable to the effect the original may have had on readers belonging to the source culture” (Bassnett e Lefevere, 1990: 3). Como aponta Venuti (2013: 96), a tradução, enquanto prática cultural, envolve “the creation of values, linguistic and literary, religious and political, commercial and educational, as the particular case may be”, valores que passam por transformações na passagem do texto para uma situação cultural diferente. Portanto, o factor humano tem uma influência determinante: a mesma tradução pode ser encarada de forma muito diferente em contextos diferentes, e a ideia de traduções e tradutores infalíveis é uma “utopian chimerae” (Bassnett e Lefevere, 1990: 5). Não existem traduções perfeitas ou incontestáveis.

Os Estudos da Tradução são a disciplina académica que estuda o fenómeno da tradução nas suas múltiplas dimensões e complexidades. Desde a Antiguidade que existem comentários e pensamento teórico sobre o acto de traduzir e os efeitos das traduções nas culturas humanas, mas só na segunda metade do século XX é que os Estudos de Tradução emergiram como uma disciplina independente que, apesar da sua história relativamente recente, se tem afirmado como uma área de estudos multidisciplinar, dinâmica e em constante desenvolvimento, recebendo influências de outras disciplinas.

Como o nome indica, a história da tradução é uma subdisciplina dos Estudos de Tradução que se foca na evolução dos fenómenos tradutórios e das teorias da tradução ao longo do tempo, fornecendo novas informações e perspectivas sobre a tradução a vários níveis.

Translation history can describe changes in literary trends, account for the regeneration of a culture, trace changes in politics or ideology and explain the expansion and transfer of thought and knowledge in a particular era. It may also be used as a tool to open up the study of similar texts across cultures, or of the same text through time. (Long, 2007: 63)

Para André Lefevere, a história da tradução no Ocidente iniciou-se com a *Septuaginta* e foi encarada de diferentes modos, sendo alternativamente “encouraged and commissioned, resisted and rejected” (Lefevere, 1990: 16). Esta história é marcada por períodos de estabilidade e de momentos de transformação. Por exemplo, entre o século IV e o século XIX, a cultura europeia era essencialmente multilíngue e marcada por uma “language of authority” (primeiro o latim e depois o francês), mas, a partir de 1800, há um “break up” e a

ascensão de um novo paradigma, em que “different ways of translation emerge to match different audiences” (Lefevere, 1990: 17). Actualmente, a emergência da globalização e de novas formas de comunicação criam novas necessidades de tradução e, simetricamente, novas formas de encarar e realizar traduções. Há, portanto, uma relação simbiótica entre a tradução e a cultura nas sociedades humanas, e a nossa compreensão dos fenómenos de tradução pode ser aprofundada se adoptarmos uma perspectiva histórica.

Ainda assim, nem sempre é fácil situar a história da tradução dentro dos Estudos de Tradução e a sua centralidade para a compreensão da tradução nem sempre foi reconhecida. Na década de 70 do século XX, James Holmes escreveu um artigo influente em que propôs um mapa conceptual que pretendia estabelecer, descrever e delimitar uma futura disciplina dos Estudos de Tradução, identificando duas grandes áreas: Estudos Descritivos e Teoria da Tradução (Holmes, 2000). No entanto, Holmes não reservava um posicionamento específico para a história da tradução, inserindo a “both into product-oriented and function-oriented [Descriptive Translation Studies], or as an offshoot of both” (D’hulst, 2010: 21). Ainda assim, os Estudos de Tradução têm vindo a prestar mais atenção a questões relacionadas com a história da tradução enquanto factor de mudança e inovação (Bassnett, 2002: 7), em vez de adoptar uma perspectiva histórica focada essencialmente na história das teorias da tradução (Pym, 2014) e trazendo o pensamento sobre a história da tradução e dos tradutores para o centro da disciplina:

[W]e might well be entering a period of gestation in which the discipline seeks a new understanding of itself by turning to history: be this its history as a discipline, the history of theories of translation, the role that translation has played in book and publishing history, or a social-cultural history of the translator. (Kuhiwczak e Littau, 2007: 5)

Lieven D’hulst propõe alguns motivos que poderão explicar este “regresso à história” dos Estudos de Tradução:

History is a practical eye-opener for translation studies.

Insight into history gives the scholar the intellectual flexibility which he or she needs when regularly adapting his or her ideas into new viewpoints.

Insight in history prevents the scholar from blind adherence to one single theory.

Insight into history is maybe the only way to understand the structure of the discipline, by showing the underlying relationships between divergent approaches and practices.

Insight into history helps to develop a “culture of translation”.

Insight into history may inspire translators in search of problem-solving techniques.
(D’hulst, 2001: 22)

Ou seja, a perspectiva histórica do fenómeno da tradução não tem apenas implicações a nível teórico ou académico ou do desenvolvimento da teoria (embora estas contribuições sejam muito importantes), mas também numa dimensão mais prática e concreta, contribuindo de forma directa para o trabalho dos tradutores. Além disso, a história da tradução também pode ajudar a expandir o conhecimento a um nível mais alargado e contribuir para outras disciplinas, já que, como argumenta Lefevere (1990), a história da tradução revela mudanças fundamentais na forma de ver os textos e, de forma mais abrangente, mudanças nas sociedades humanas:

Translation is responsible to a large extent for the image of a work, a writer, a culture. (...) [I]t prepares works for inclusion in the canon of world literature (...) It can be potentially subversive and it can be potentially conservative. It can tell us about the self-image of a culture at a given time, and the changes that self-image undergoes. It can tell us about the strength of a poetics and/or an ideology at a certain time, simply by showing us the extent to which they were interiorized by people creating translations at that time. (Lefevere, 1990: 27)

Lieven D’hulst (2010: 397) considera que a combinação da história com a tradução pode ser entendida segundo dois ângulos diferentes, que se interrelacionam: primeiro, “what can translation do for the understanding of history, in particular practices?” e segundo, “what can history mean for the understanding of the multifarious forms of translation?”. O autor subdivide esta última pergunta em três níveis diferentes: a história (a sequência de factos propriamente dita), a historiografia (“the history of the practices of history-writing”) e a metahistoriografia, que é “the explicit reflection on the concepts and methods to write history and also on epistemological and methodological problems that are related to the use of these concepts and methods” e que se foca em questões relacionadas com pressuposições (por exemplo, os objectivos e critérios da investigação), o tempo, o espaço, o formato e a metalinguagem (D’hulst, 2010: 398).

Noutra perspectiva, Anthony Pym entende a história da tradução como:

[A] set of discourses predicating the changes that have occurred or have actively been prevented in the field of translation. Its field includes actions and agents leading to translations (or non-translations), the effects of translations (or non-translations), theories about translation, and a long etcetera of causally related phenomena. (Pym, 2014: 5)

Pym subdivide ainda a disciplina história da tradução em três componentes principais. A *arqueologia da tradução* diz respeito à questão de “who translated what, how, where, when, for whom, and with what effect?”, por exemplo, através da compilação de catálogos e de pesquisa bibliográfica sobre os tradutores. A *crítica histórica* é “the set of discourses that assess the way translations help or hinder progress”, tendo uma dimensão avaliativa que pretende determinar “the value of a past translator’s work in relation to the effects archived in the past”. Por fim, a *explicação* tenta estabelecer “why archaeological artefacts occurred when and where they did, and how they were related to change” (Pym, 2014: 5-6).

Estes três aspectos são diferentes em termos de métodos e de objectivos, mas são interdependentes quando se realiza uma investigação em história da tradução. O presente trabalho, por exemplo, implicou um trabalho de arqueologia, de forma a localizar, situar e contextualizar traduções passadas, mas também envolveu uma componente de *explicação*, ou seja, uma tentativa de interpretar e compreender as razões das diferenças encontradas entre elas.

Assim, nas suas diferentes vertentes, a história da tradução é vista como uma área abrangente que, além de analisar as teorias sobre a tradução e a maneira como estas evoluíram historicamente, também pode estudar os agentes envolvidos na tradução e os seus efeitos mais amplos na cultura, procurando explicar e interpretar fenómenos de mudanças relacionadas com o acto de traduzir. É este o objectivo central desta dissertação.

1.1.2. As retraduições

A tradução é um conceito instável. As expectativas dos leitores mudam com o tempo e variam de forma significativa de contexto para contexto, o que cria a necessidade de haver retraduições do mesmo texto inicial. Como aponta Susan Sontag:

Works deemed major are regularly redone – because the adaptation now seems too free, not accurate enough; or the translation is thought to contain too many errors; or the idiom, which seemed transparent to the contemporaries of a translation, now seems dated. (Sontag, 2002: n. p.)

Portanto, uma tradução nunca é definitiva; mais tarde ou mais cedo, ela revela-se inadequada ou imperfeita, o que é especialmente verdade no caso de textos que preservam a sua relevância durante longos períodos.

No seu livro dedicado ao tema, Sharon Deane-Cox também define as retraduições como “a temporal phenomenon” definido pela existência de uma tradução anterior, na mesma

língua, de um dado texto e como “a reiterative and multiplicative event” que dá origem a várias instâncias do mesmo texto de partida na cultura de chegada (Deane-Cox, 2014: 1). Por outro lado, esta autora assinala que a retradução é um processo inconstante no que diz respeito à sua “frequency, behaviour and motivations” e que as novas traduções podem aparecer na cultura de chegada “with intervals (...) ranging from the sporadic to the periodic and the simultaneous” (Deane-Cox, 2014: 1). A autora indica ainda que as retraduições também se relacionam quer com o texto de partida, quer umas com as outras e a esta complexidade somam-se factores culturais “which facilitate or obstruct retranslation in particular contexts and at particular moments” (Deane-Cox, 2014: 1-2). Ou seja, as retraduições podem surgir em diferentes momentos históricos, consoante os objectivos subjacentes que se pretendem alcançar com uma nova tradução.

Apesar da omnipresença de retraduições no contexto literário, esta área não tem sido muito explorada no âmbito dos Estudos de Tradução. Contudo, nos últimos anos alguns autores terem vindo a escrever sobre este tema, tentando preencher as aparentes lacunas na teoria.

Em termos conceptuais, Deane-Cox identifica duas lógicas diferentes na análise do fenómeno da retradução, que aprofundam a visão expressa por Susan Sontag. A primeira, defendida por autores como Goethe e Antoine Berman, entende as retraduições como um processo “revelatório” de aperfeiçoamento, segundo o qual as primeiras traduções são imperfeitas e as retraduições seguintes são “more self-aware”, podendo culminar numa “*grande traduction*” – uma tradução perfeita e idealizada. Esta visão está relacionada com a *hipótese da retradução*, que postula que as traduções posteriores tendem a estar mais próximas do texto de partida (Deane-Cox, 2014: 3-4). Esta hipótese, apesar de não estar baseada em provas empíricas, assenta num pressuposto de que a história da tradução segue um movimento de “progresso”: “[I]t implicitly presupposes that the reiterative (and therefore progressively accomplished) force of retranslation will bring about a recovery of the source text and its specificities, be they linguistic or cultural” (Deane-Cox, 2014: 4).

Ou seja, segundo este ponto de vista, a retradução é vista de forma positiva, porque resulta numa melhoria da “qualidade” das traduções ao longo do tempo. O seu corolário é que, inevitavelmente, as traduções cronologicamente mais recentes são sempre “melhores” do que as anteriores – uma melhoria que, implicitamente, está relacionada com a proximidade às características do texto primeiro.

Por outro lado, esta posição também contrasta a longevidade do texto original com a impermanência e a caducidade do texto de chegada. Berman afirma que “[w]hereas the originals remain eternally young (whatever the degree of interest we have in them, and however near or far they are in cultural terms), translations age” (Deane-Cox, 2014: 5-6) e as retraduições são uma solução necessária (embora temporária) para este problema. De facto,

[a]ny attempt to understand retranslation as updating from an extratextual perspective is clearly subordinate to the idea that retranslation happens because of the inherent flaws of the translation itself. The notion of ageing is another way of holding a mirror up to these flaws, of emphasizing the ‘caducity and incompleteness’ (...) of translation and, consequently, of reinscribing retranslation into a paradigm of progress. (Deane-Cox, 2014: 6)

Em contrapartida, outros autores procuram adoptar uma posição mais crítica, explicando o fenómeno das retraduições com base em fenómenos extratextuais, questionando a validade empírica da hipótese de retradução e focando-se

on the sociocultural factors as the driving force behind the shape and substance of retranslation. They all engage with the textual and extratextual dynamics of retranslations and in so doing instigate evidence-based examinations of the phenomenon which then underscore the capacity and the limitations of the Retranslation Hypothesis as a descriptive model in particular for the history-as-progress model in general. (Deane-Cox, 2014: 8)

Deste modo, procura-se um modelo mais elaborado, em que a retradução é utilizada para identificar ideologias em mudança na cultura de chegada, questionando “the supposed ‘near and homologous’ relationship between time period and norms/ideology” (Brownlie, *apud* Deane-Cox, 2014:10) e entendendo a retradução como estando “within a ‘rhizomatic’ space”, constituindo uma “intricate, entangled network of influences and agents, which then allows for a more finely tuned, sensitive and illuminating window onto the multitude of factors which shape retranslation” (Deane-Cox, 2014: 10). É uma visão menos focada nos aspectos qualitativos do impulso que leva à retradução de um texto (sejam estes literários, estéticos, ideológicos, etc.) e que procura explicá-lo dentro de um contexto mais complexo e amplo.

Autores como Anthony Pym e Lawrence Venuti propõem outra perspectiva sobre as retraduições, fazendo perguntas sobre como as diferentes versões do mesmo texto se relacionam entre si e existem em interacção com o texto de partida.

Anthony Pym (2014) aborda a questão das reedições e retraduições do mesmo texto, expondo a importância de cada uma delas para um investigador. Para este autor, as informações sobre a reedição de uma mesma tradução permitem ao investigador ter acesso a dados sobre a popularidade de uma dada tradução (na ausência de dados concretos, como, por exemplo, o número de cópias vendidas). Por outro lado, as retraduições têm razões mais específicas – Pym coloca a hipótese de estas serem “the fruits of some kind of debate about how a particular text should be rendered” (Pym, 2014: 82), introduzindo assim uma dimensão de conflito no processo de retradução.

Este autor identifica três tipos de retraduições: periódicas, passivas e activas. As retraduições *periódicas* ocorrem em períodos alargados em termos cronológicos e geográficos e respondem a processos de mudança linguística ou cultural no longo prazo, na cultura de chegada. As traduções *passivas* estão separadas por fronteiras sincrónicas (geopolíticas ou dialectológicas), caracterizando-se por escassa rivalidade activa ou coexistência entre versões diferentes e têm relativamente poucos efeitos umas nas outras. As retraduições *activas* são traduções com a mesma localização cultural e/ou geracional; não têm uma causa geral. Para Pym, ao contrário das reedições, que reforçam a validade de uma tradução anterior, as retraduições activas questionam a tradução existente, inserindo uma dimensão de negatividade e movimento transcultural que pode ter importância histórica (Pym, 2014: 82-83).

O autor defende, então, que a comparação entre duas ou mais retraduições (por exemplo, a primeira e as seguintes) pode revelar dados sobre mudanças históricas na cultura de chegada. Ou seja, a comparação entre traduções produzidas em momentos históricos diferentes pode revelar uma relação mais estreita entre as mudanças históricas e a mudanças no acto de tradução, identificando padrões concretos. Ao mesmo tempo, o estudo das normas e estratégias usadas numa dada tradução pode fornecer informações sobre aspectos concretos da cultura de chegada. Como veremos mais adiante, as estratégias utilizadas nas traduções de *Uncle Tom's Cabin* produzidas em 1853 e 2005 reflectem as mudanças nas normas de tradução que ocorreram no período que separa as duas traduções mas, simultaneamente, dizem-nos algo sobre aspectos culturais específicos destes dois momentos diferentes, como no caso da tradução dos termos relacionados com questões raciais).

Lawrence Venuti entende a tradução como um processo de criação de valores em que os valores presentes no texto de partida “inevitably undergo diminution and revision”, de

forma a acomodar valores que apelem ao contexto cultural de chegada (Venuti, 2013: 96). As retraduições são um caso especial porque os valores que criam são determinados “not only by the receptor value which the translator inscribes in the source text, but also by the values inscribed in a previous version” (Venuti, 2013: 96). Ou seja, as retraduições são influenciadas pelas traduções que a precederam, uma influência que não tem necessariamente de ser directa, mas que se pode manifestar simplesmente ao nível da escolha do texto de partida que já adquiriu um estatuto canónico na cultura de chegada (Venuti, 2013: 96).

Este autor considera o estudo das retraduições pode ser útil para os Estudos de Tradução no sentido em que pode contribuir para a prática e para a investigação. No entanto, este tipo de análise é especialmente produtivo quando “a linguistic operation or a textual analysis is linked to the cultural and political facts that invest it with significance and value”, sobretudo a nível do agenciamento do tradutor, ou seja, “the ensemble of motivations, conditions, and consequences that decisively inform the work of translating and allow it to produce far-reaching social effects” e da criação de uma dimensão de intertextualidade para o texto traduzido, “a network of relations, not only to the source text but also to other texts written in the translating language (Venuti, 2013: 98). O agenciamento do tradutor é influenciado por uma série de factores externos, incluindo as normas e os valores vigentes na cultura de chegada, as instituições que podem estar envolvidas na tradução e a relação do tradutor com outros agentes, que influenciam as suas decisões e a forma como o texto é recebido (Venuti, 2013: 100-102).

Para Venuti, a análise das traduções e das retraduições sob uma perspectiva histórica pode ser muito reveladora, porque estas estão fortemente ligadas ao momento histórico em que foram produzidas. Portanto, trata-se de um processo que simultaneamente reflecte e provoca transformações na cultura de chegada:

To study retranslations is to realize that translating can't be view as a simple act of communication because it creates values in social formations at specific historical moments, and these values redefine the foreign text and culture from moment to moment. To retranslate is to confront anew and more urgently the translator's ethical responsibility to prevent the translating language and culture from effacing the foreignness of the foreign text. The lesson of retranslation is that this responsibility can be met most effectively by allowing the retranslator's situation, especially the existence of a previous version, to open up new paths of invention so as to inscribe a competing interpretation. (Venuti, 2013: 110)

Assim, ao procurarem incutir nas traduções um conjunto de valores diferentes, as retraduições podem preservar, rever ou modificar normas, criando assim processos de

mudança. As estratégias discursivas utilizadas pelo tradutor podem ter um papel importante, no sentido em que põem em evidência a historicidade do texto e os valores predominantes num momento específico da cultura de chegada:

Ultimately, discursive strategies point to historically specific standards of accuracy, making clear that even definitions of translation vary from period to period. (...) Retranslations deliberately mark the passage of time by aiming to distinguish themselves from a previous version through differences in discursive strategies and interpretations. (Venuti, 2013:104)

Como apontam Bassnett e Lefevere (1990: 11), as retraduições surgem e apresentam diferenças porque

[n]orms, rules and appropriateness conditions are liable to change. Translations made at different times therefore tend to be made under different conditions and to turn out differently, not because they are good or bad, but because they have been produced to satisfy different demands.

É esta perspectiva que está na base da análise comparativa entre duas traduções que faremos no presente trabalho: a ideia de que o estudo da primeira tradução de um texto e de uma das suas retraduições pode trazer informações novas e relevantes sobre o texto de partida (especificamente, a sua posição como texto canónico), o contexto de chegada e os processos de mudança que ocorreram entre 1853 e 2005.

Neste trabalho, analisámos uma retraduição periódica de um texto que adquiriu um estatuto canónico através de uma sequência constante de retraduições com diferentes objectivos e características. Tentou-se avaliar os valores existentes em cada tradução e a forma como estes se alteraram com o tempo, tentando explicá-los com base numa visão mais abrangente do contexto em que as traduções surgiram. Por outro lado, a análise das diferenças entre as duas traduções também permitiu questionar a validade da hipótese da retraduição no caso concreto de *Uncle Tom's Cabin*, ao discutir até que ponto é que a tradução mais recente é mais próxima do texto de partida.

1.2. Metodologia

Em termos metodológicos, a análise comparativa que está na base desta dissertação orienta-se, em grande parte, pelo livro *Methods in Translation History*, de Anthony Pym, que fornece um modelo teórico bastante útil para realização de investigação na área da história da tradução. Ainda assim, este texto não foi seguido de forma exclusiva nem acrítica e consultaram-se outros autores sempre que necessário.

De um modo geral, fazer história da tradução consiste em tentar encontrar respostas a perguntas concretas. Por exemplo, Lieven D’hulst (2001) identificou oito áreas para a história da tradução, correspondentes a um conjunto de perguntas que podem estar na base de um estudo nesta área. Resumidamente, estas são:

Quis? – Quem traduziu?

Quid? – O que se traduz e não se traduz? O que se escreveu sobre a tradução?

Ubi? – Em que espaço surgem as traduções? Onde trabalham os tradutores e as pessoas que estudam a tradução?

Quibus auxiliis? – Quem apoiou os tradutores?

Cur? – Porque surgem as traduções? Porque têm determinadas características?

Quomodo? – Como foram processadas as traduções? Como se alteram as normas de tradução no tempo e no espaço? Quais são as propriedades discursivas das teorias da tradução?

Quando? – Em que momento histórico ocorre a tradução?

Cui bono? – Qual é o efeito, a função ou o uso da tradução na sociedade?

D’hulst pretende que estas perguntas constituam uma lista de orientações práticas ou sugestões para realizar história da tradução: “to show what can/should be covered by a historiography of translation and translation studies”, mas mantendo a ambição geral da historiografia: “It should aim at the best possible reconstruction of the past ‘wie es eigentlich gewesen ist’ [how it really was], taking into account the largest possible number of parameters” (D’hulst, 2001: 31).

Como veremos, muitas destas perguntas encontram expressão no presente trabalho, a um nível mais ou menos aprofundado. Estabelecer quem foram os tradutores, quem apoiou estas traduções, porque surgiram, em que contexto histórico ocorreram e quais os efeitos que tiveram ou pretenderam ter foi essencial para compreender as características de cada uma das traduções e tentar explicar as diferenças entre elas.

1.2.1. Razões para realizar história da tradução

Anthony Pym argumenta que a investigação em história da tradução deve basear-se, no mínimo, em dois parâmetros: primeiro, a investigação deve ser nova (ou seja, não deve ter

sido realizada anteriormente); segundo, os investigadores devem ter um interesse pessoal no tema a investigar. No entanto, Pym considera que estes dois parâmetros, por si só, não são suficientes e que uma investigação deve ter pelo menos outra justificação de carácter mais abrangente, apresentando vários exemplos de possíveis justificações adicionais. Destas, destacam-se:

Translation history can fulfil a service function with respect to the humanistic disciplines concerned with describing individual culture (...). Second, translation history can provide information and ideas that may prove useful for policymakers in the field of general language and culture as well as translation (since translation is a linguistic and cultural option). (...) Greater knowledge of the past can give us wider frames for assessing the future (...) The ideal history that makes me want to do translation history is not primarily about sedentary cultures. It concerns the movement of people and texts (...) Rather than simply complement histories of established cultures, translation history might help write a non-sedentary future. (Pym, 2014:16-17)

A presente dissertação respeita as razões estabelecidas por Pym para realizar investigação em História da Tradução. Em primeiro lugar, é uma investigação nova, porque não existem muitos estudos sobre a história das traduções de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal – mais concretamente, sobre as várias traduções de 1853 –, o que permitirá preencher lacunas no conhecimento existente.

Também é uma investigação baseada num interesse pessoal, o que pressupõe um bom nível de motivação e de envolvimento subjectivo com o tema a estudar, uma vez que se relaciona com uma série de questões que foram abordadas ao longo do percurso do mestrado em Tradução, nomeadamente: até que ponto é que a literatura pode ter um impacto social e cultural concreto? Como é que podemos traduzir textos históricos cujos conteúdos são percebidos de forma diferente ao longo do tempo? Como traduzir textos com imagens e linguagem potencialmente negativa ou ofensiva? A reflexão sobre estes temas acompanhou de forma constante e produtiva esta investigação.

Por último, esta investigação tem justificações adicionais. A análise comparativa da tradução pode ajudar a compreender melhor, e em diferentes contextos, o estudo da cultura e das relações entre culturas. Por outro lado, tem o potencial de ajudar a estabelecer políticas relacionadas com questões linguísticas ou culturais, porque analisar criticamente as maneiras como o mesmo texto foi abordado em diferentes momentos históricos pode contribuir para criar estratégias para a tradução de textos literários ditos “polémicos” ou dependentes de uma contextualização histórico-cultural. Finalmente, ela poderá fornecer algumas pistas

sobre a forma como se processam trocas entre culturas existentes ao longo dos tempos (especificamente, entre Portugal e os EUA) e do papel que os intermediários (tradutores) têm nestes processos, bem como outros agentes envolvidos nas trocas entre culturas, como editores, críticos, académicos, instituições e leitores.

1.2.2. Perguntas e importância

Para Anthony Pym, realizar história da tradução deve começar com uma pergunta que serve de impulso à investigação. Esta questão deve ser “importante”, o que acontece quando “there is disagreement about the answer and this disagreement bears on some wider question of explanation” (Pym, 2014: 23). Neste sentido, o autor propõe um método que começa com a escolha de uma questão importante e que se baseia num envolvimento subjectivo do investigador:

We cannot simply draw a few translations out of a hat then apply the recommended method. One should have good reasons for working on this object in this particular way, and reasons should in both cases minimally concern people, human values, not abstract results. (Pym, 2014: 27)

Para Pym, a opção por um tema na história da tradução não pode ser aleatória, mas sim ter objectivos claros e relevantes. A selecção da pergunta deve ser baseada em critérios de importância e não ter apenas uma dimensão subjectiva ou individual: “intersubjectively framed subjectivity must inform the decision to work on one question or another, making the selection in terms of importance” (Pym, 2014: 29). Além de considerar que o envolvimento subjectivo é positivo e necessário, o autor aponta que “some degree of assistance, no matter how symbolic, is always necessary” (Pym, 2014: 31) – a importância das perguntas não deve limitar-se a quem as coloca: estas devem ser partilhadas e obter apoio de outros, de forma a garantir que a investigação ganha apoio social. Por fim, Pym salienta a importância da autocrítica, do *insight* sobre os tradutores do passado e de ter em conta a subjectividade de outros investigadores, sempre com base numa atitude de humildade e empatia.

Portanto, antes de se adoptar um método específico para escolher e analisar textos, é necessário pensar qual é a pergunta a que queremos responder e por que razão ela poderá ser importante, não apenas para o investigador que trabalha, mas para uma comunidade mais alargada.

A pergunta que serve de impulso à presente investigação é a seguinte: *Quais são as diferenças entre estas duas traduções e o que estas nos dizem sobre os contextos em que as traduções foram realizadas?*

Esta pergunta influenciou a escolha das traduções e dos exemplos a analisar, a maneira como se procedeu à análise comparativa das versões e não tem um carácter unicamente subjectivo ou individual. A presença constante de *Uncle Tom's Cabin* na cultura popular e os muitos estudos académicos que abordam esta obra, bem como a relevância crescente da história da tradução nos Estudos de Tradução, sugerem que as respostas a esta pergunta poderão fornecer informações que interessem a várias pessoas e contribuir, ainda que de forma limitada, para a expansão do conhecimento e possivelmente criar novas perguntas que inspirem futuras investigações.

1.2.3. Como escolher as traduções

Anthony Pym apresenta dois métodos possíveis para escolher as traduções que serão o foco da investigação. Pode usar-se um *método redutivo* – em que se utilizam listas alargadas a partir das quais se extraem *corpora* específicos e relevantes – ou um *método incremental* – em que se parte de um conjunto de objectos mais pequenos, a partir do qual se vai construindo um objecto de estudo maior.

As listas de traduções existentes são ferramentas básicas que se utilizam para realizar arqueologia de tradução. Como aponta Pym, é difícil fazer história a partir de traduções isoladas; uma lista fornece um enquadramento útil para a investigação: “translational documents should ideal be placed within a context formed by other translational documents, particularly those that would otherwise be excluded from our intuitions”, permitindo-nos excluir hipóteses e identificar contextos (Pym, 2014: 40).

Neste ponto, importa distinguir um catálogo de traduções de um *corpus* de traduções. Um catálogo é uma lista de traduções que pretende ser o mais completa possível (por exemplo, a lista de todas as traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin*). Por outro lado, um *corpus* é uma lista criada de acordo com critérios e contextos específicos, com o objectivo de testar uma hipótese de investigação particular.

Em qualquer investigação, torna-se necessário excluir informação de forma a criar um *corpus* que tenha uma dimensão adequada às características do projecto. A passagem de catálogo a *corpus* envolve “forming an object of study” (Pym, 2014: 42) – como sublinha

Pym, corresponde ao acto de construir história. Esta passagem consegue-se com a aplicação de “working definitions”, que o autor define como “explicit criteria used to select items for a corpus” (Pym, 2014: 55). Estas podem ser *inclusivas* (se o seu objectivo for agrupar o maior número possível de traduções constantes numa lista) ou *exclusivas* (se o objectivo for seleccionar itens com uma importância específica).

Nesta dissertação, foi utilizado um método exclusivo: partiu-se de uma lista alargada, a que se aplicaram *working definitions* inclusivas até se obter um *corpus* de traduções com uma dimensão gerível e que se adequasse aos objectivos e características do trabalho. Mais concretamente, partiu-se de catálogos que listavam todas as traduções portuguesas de *Uncle Tom’s Cabin* realizadas entre 1853 e 2005. Seguidamente, aplicou-se a seguinte *working definition* exclusiva, baseada em critérios cronológicos: “escolher a primeira tradução e a tradução mais recente”. Como este *corpus* continuava a ser demasiado extenso para as dimensões de uma dissertação de mestrado, foi necessário reduzi-lo ainda mais. Deste modo, criou-se um *corpus* final constituído por três capítulos de cada uma das duas traduções, que se considera terem as características necessárias para responder à nossa pergunta inicial.

1.2.4. Normas e sistemas

Translations are profoundly linked to their historical moment because they always reflect the cultural formation where they are produced, the hierarchical arrangement of values that circulate in institutions and undergo various developments over time. (Venuti, 2013: 105-106)

Para Venuti (no seguimento da teoria de Gideon Toury), um tradutor avalia as suas decisões de acordo com as normas vigentes na cultura de chegada: “Linguistic and cultural norms determine not only the selection of texts for translation, but also the strategies devised to translate them and the relations of equivalence established between the source and translated texts” (Venuti, 2013: 99). Estas normas podem ser estabelecidas de maneira explícita, mas, na maioria dos casos, são assimiladas pelo tradutor de forma inconsciente ao longo do seu percurso académico e profissional, sem que este se aperceba de que está a utilizá-las na tradução do texto: “Even when an experienced translator is capable of articulating these norms wholly or in part, the translating will proceed amid conditions that remain preconscious or subliminal, even entirely unconscious” (Venuti, 2013:99).

Neste sentido, traduções produzidas em momentos diferentes reflectem os padrões daquilo que é esperado de uma tradução nesse momento específico. À medida que o tempo

passa e as normas se alteram, surge a necessidade de criar traduções novas que contestam as características tradução anterior e seguem os padrões vigentes na cultura de chegada num novo contexto. Cria-se assim uma relação intertextual entre uma tradução e as traduções que a precederam, que é marcada por um desejo de criar diferenças entre os dois textos.

Anthony Pym sugere que a comparação de diferentes traduções na mesma língua pode revelar diferenças com “a direct bearing on translational phenomena”, mas sublinha que estas abordagens “can nevertheless only become properly historical when informed by a context wide enough to reveal change processes extending beyond the individual level” (Pym, 2014: 104). Ou seja, quando feita adequadamente, a comparação de traduções produzidas em momentos diferentes pode trazer informações importantes que não seriam possíveis de alcançar excepto através da história da tradução, revelando o papel crucial que tipo de investigação pode ter.

Em conclusão, fazer história da tradução consiste, essencialmente, em tentar identificar e explicar processos de mudança que afectam as normas que determinam o processo de tradução em diferentes momentos históricos.

1.2.5. Causas

[N]one of our findings will be properly historical until we can hypothesise why certain translations were carried out in certain ways. (Pym, 2014: 143)

Para Anthony Pym, em vez de apenas descrever ou dar conta de dados a nível superficial, o pensamento histórico deve procurar as causas subjacentes aos fenómenos históricos, utilizando um modo de análise especulativo. Para analisar este aspecto, Pym aplica as causas aristotélicas à tradução, de acordo com a seguinte correspondência:

- *Causa material ou inicial*: tudo o que precede o acto de traduzir e é necessário para o conseguir.
- *Causa final*: o propósito específico da tradução.
- *Causa formal*: as normas históricas que permitem que uma tradução seja aceite como tradução (mantendo a “ficção” de que o texto de partida é equivalente ao texto de chegada).
- *Causa eficiente*: o tradutor.

Para este autor, qualquer tradução é necessariamente o produto de uma multiplicidade de causas e não de uma única causa explicativa. Assim, para tentar explicar uma tradução em termos de causalidade, é necessário considerar que existem, pelo menos, quatro causas em jogo, embora possa existir um factor ou uma combinação de factores dominantes.

No caso específico das retraduições, Venuti sublinha o papel importante das motivações comerciais e económicas que estão na base de uma retradução (nomeadamente, o papel das instituições e a sua vontade de reforçar ideologias), quer na selecção de textos, quer nas estratégias adoptadas pelo tradutor (Venuti, 2013:104). Por outro lado, este autor também enfatiza os factores “transindividuais” e a motivação pessoal do tradutor, principalmente no que toca ao estabelecimento de relações intertextuais; isto também tem influência no tipo de público que irá ler as traduções:

Through links to cultural discourses in the translating language, retranslations may select and narrow their audience to those readers who possess the specialized knowledge to recognize the intertextuality and hence the new interpretation inscribed by the retranslator. (Venuti, 2013: 104)

Portanto, nesta dissertação tentar-se-ão identificar os fenómenos de causalidade de cada uma das traduções analisadas, prestando especial atenção ao papel dos tradutores e ao propósito específico de cada tradução no seu momento histórico. Espera-se, assim, ter uma visão mais aprofundada de cada uma das traduções, que poderá ajudar a explicar as diferenças entre elas.

2. Contextualização de *Uncle Tom's Cabin*

2.1. Escravatura e Abolicionismo nos Estados Unidos da América

Slavery in nineteenth-century America is best understood as a survival. It had begun as a device for securing cheap labour to work raw land on the edge of civilization. It outlived its time because soon after men discovered that it was an evil they also discovered that they could not bear to part with it. They would not imagine a tolerable future without it – could not endure to acknowledge the pace and direction of the changes which the world was hurrying upon them. (Brogan, 2001: 468)

Para analisar *Uncle Tom's Cabin* do ponto de vista das suas traduções, é indispensável compreender o seu tema central: o sistema de escravatura praticado no Sul dos Estados Unidos da América até ao século XIX e o movimento a favor da sua abolição. *Uncle Tom's Cabin* foi escrito num momento de viragem na cultura americana, em que a discussão em torno da manutenção da escravatura se assumia como a questão central do debate político e social em todo o país. A história e as características da escravatura – bem como o posicionamento ideológico de Harriet Beecher Stowe face a ela – tiveram uma influência directa e determinante no enredo, no estilo, nas personagens e nas estratégias usadas na escrita de *Uncle Tom's Cabin*, bem como impactos concretos na forma como esta questão foi entendida pela sociedade civil.

De facto, Harriet Beecher Stowe concebeu o livro como uma tentativa deliberada de participar no debate público sobre a escravatura: o objectivo assumido da obra é representar os males do sistema da *chattel slavery* existente no Sul dos Estados Unidos, de forma a convencer a opinião pública da necessidade de abolir esta instituição – um objectivo que só se concretizou treze anos depois da publicação de *Uncle Tom's Cabin*.

2.1.1. Escravatura: definições e história

A escravatura tem características variadas e complexas, consoante os contextos em que é praticada, mas, de forma geral, pode descrever-se como

an institution in whose name communities acquired, maintained, and reproduced people deprived of the protections of kinship or legal status that were available to other members of the community. At the moment of acquisition, and often for the remainder of their lives, they were subordinate individuals with limited claims on the society in which they lived and died. Their bodies, their time, their service and often their children were available to others, as sources of labor, pleasure, and management, or as objects of violence. (Drescher, 2009: 18)

Por outras palavras, o conceito de “escravatura”, no seu sentido mais lato, designa um sistema em que seres humanos são propriedade de outros seres humanos e utilizados para vários fins, mas, sobretudo, como mão-de obra. A escravatura foi uma parte normal das sociedades humanas durante milénios. Nos mais variados contextos históricos e geográficos, desde a Grécia Antiga até ao Alabama de 1850, esta instituição, nas suas múltiplas variedades e frequências, era simplesmente uma parte aceite e indispensável do funcionamento de muitas sociedades humanas e, de forma mais ou menos escondida ou lícita, continua a existir nos dias de hoje.

Neste ponto, é importante distinguir entre *sociedades com escravos* e *sociedades esclavagistas*. O primeiro termo aplica-se a sociedades onde a escravatura ocupava uma posição menos importante na economia e onde a distinção entre os escravos e outros grupos de servos “was portrayed as more porous and ambiguous” (Drescher, 2009: 20). Pelo contrário, as sociedades esclavagistas eram aquelas em que a produção de riqueza dependia fortemente do trabalho escravo, em que a libertação de um escravo era mais difícil e em que a escravatura representava “the normative model of social relationships at the center of economic production” (Drescher, 2009: 21). O Sul dos Estados Unidos, em 1852, inseria-se nesta segunda categoria.

Se é um facto que a escravatura foi parte omnipresente da história da humanidade durante milénios, a escala e a violência deste fenómeno atingiu o seu auge nas colónias europeias das Américas. A partir de meados do século XV, os europeus estabeleceram uma rede transatlântica que consistia no transporte de escravos africanos para o Novo Mundo, criando uma rede de “forced transatlantic migrations” (Williams, 2014: 2) e “the most dynamic, productive, and exploitative system of coerced labor in human history” (Drescher, 2009: 1). Durante este período, os europeus criaram um processo globalizado de *chattel slavery*, em que os escravos eram propriedade privada dos seus amos e podiam ser comercializados como bens comerciais – um sistema que só foi gradualmente desmantelado nos séculos XVIII e XIX.

Na Europa, a escravatura caiu gradualmente em declínio depois da queda do Império Romano, dando lugar a fenómenos de servidão com características diferentes, mas continuaram a existir casos de captura e tráfico de escravos na Europa e no Mediterrâneo. De facto, a captura de europeus para serem vendidos como escravos no Norte de África continuou até ao século XVII, e os europeus compravam escravos africanos a mercadores

árabes, estabelecendo “symmetrical processes of violent seizure, transportation, and disposition” de escravos (Drescher, 2009: 65). Porém, progressivamente, foi-se estabelecendo o princípio de que cristãos e muçulmanos não escravizavam membros da sua religião.

Os europeus eram herdeiros de uma “network of beliefs and rationalizations about slavery inherited from the ancient Mediterranean and Near Eastern worlds” (Drescher, 2009: 23), que era comum às religiões cristã, judaica e muçulmana e que encontrava justificações nas ideias dos filósofos gregos e nos doutores da igreja, como Santo Agostinho. A mundividência dos navegadores europeus que começaram o processo de exploração marítima que criou ligações entre os vários continentes era influenciada por esta tradição, que via a escravatura como algo justificável e até natural. Assim, quando, em meados do século XV, os portugueses chegaram a África, começaram de imediato a capturar habitantes locais para serem vendidos como escravos.

A escravatura era omnipresente em África antes da chegada dos portugueses e há séculos que grupos de africanos eram vendidos como escravos a mercadores árabes por outras etnias. Contudo, a partir da chegada dos europeus, o tráfico de escravos africanos intensificou-se de uma maneira sem precedentes, quer em termos de escala, quer em termos dos tipos de trabalho desempenhado pelos escravos (Williams, 2014: 18). Os escravos africanos tornaram-se uma fonte de riqueza para os europeus, que colaboravam com líderes africanos na sua captura e venda e depois os transportaram para a Europa, para as ilhas na costa africana e para as Américas. Para além das motivações económicas, a religião também servia de justificação para a captura de africanos como escravos: como não eram povos cristãos, os africanos estavam sujeitos a ser escravizados e assim poderiam ser “salvos” ao serem convertidos ao cristianismo. O uso da religião cristã como justificação da escravatura haveria de prolongar-se até ao século XIX.

O transporte de escravos africanos para a Europa ganhou novos contornos à medida que vários países europeus começaram a estabelecer colónias no Novo Mundo. As tentativas iniciais de escravizar os habitantes das Américas não foram bem-sucedidas, e, portanto, os europeus rapidamente começaram a importar africanos para a América como mão-de-obra. Entre 1500 e a década de 60 do século XIX, 35 mil navios de escravos atravessaram o Atlântico (Williams, 2014:6), transportando de mais de 12 milhões de pessoas (uma

estimativa conservadora). Como os escravos eram transportados em condições desumanas, cerca de 2 milhões morreram durante a viagem devido a doenças (Williams, 2014: 8).

Ao mesmo tempo que os europeus desenvolviam o comércio transatlântico de escravos, na Europa ocidental a escravatura tinha sido praticamente abolida, quer a nível legal, quer de facto. Com a emergência do Iluminismo, a instituição da escravatura passou a ser cada vez mais vista como uma violação da liberdade e da dignidade do ser humano; esta ideia estava presente, por exemplo, em obras como *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, publicado em 1748, e *Histoire des Deux Indes*, de G. T. Raynal, publicado em 1770.

For the deeply troubled Abbé [Raynal], the world outside of Europe was developing completely counter to the civilising process evident within Europe itself. One continent had gradually evolved toward freedom, combining material and economic progress. Yet, elsewhere, Europeans seemed to have transformed the gentle civilising mechanism of commerce into avaricious brutality. A thirst for gold combined with a thirst for blood. (Drescher, 2009: 163)

Apesar destes desenvolvimentos, o tráfico de escravos e a escravatura continuaram a ser parte integrante dos impérios coloniais europeus, num processo que atingiu o seu auge no século XVIII e que se prolongou mesmo depois da independência das colónias americanas.

2.1.2. Escravatura e abolicionismo

Os Estados Unidos da América constituem um exemplo paradigmático das contradições que estavam na base do sistema de *chattel slavery* e das dificuldades para abolir esta instituição. De facto, apesar de os Estados Unidos terem sido fundados com base nos princípios do humanismo e da liberdade individual, a escravatura neste país destacou-se pela sua força, durabilidade e resistência – foi preciso uma guerra civil sangrenta para que a instituição fosse finalmente abolida.

O estatuto dos africanos na América não foi sempre igual. Nas colónias britânicas da América do Norte, a principal fonte de mão-de-obra eram *indentured servants* – pessoas, principalmente ingleses, que eram contratadas para trabalhar nas colónias e obrigadas a trabalhar sem remuneração durante alguns anos para pagarem o seu transporte e a sua subsistência. Este sistema distinguia-se da escravatura propriamente dita porque estes trabalhadores tinham um contrato de duração temporária, no fim do qual se tornavam totalmente livres. Os primeiros africanos que chegaram à Virgínia, em 1619, começaram a trabalhar como *indentured servants*, lado a lado com os trabalhadores europeus. O seu

estatuto legal era ambíguo, mas tinham a possibilidade, pelo menos teoricamente, de se tornarem livres.

Porém, a partir do século XVI, à medida que as colónias se tornaram mais dependentes do trabalho não remunerado, teve início um processo no sentido de transformar a escravatura numa instituição formal e regulamentada, com o objetivo de “eliminar a condição ambígua dos africanos” (Williams, 2014: 14). Os primeiros exemplos de escravatura legal nas colónias aconteceram em meados do século XVII. Em 1640, John Punch, um africano, foi condenado à escravatura por um tribunal; em 1654, John Casor tornou-se o primeiro escravo legal na América, passando a ser propriedade de outro africano, Anthony Johnson.

Entre 1640 e 1705, foram criados vários Códigos de Escravos que instituíam uma definição legal da figura do escravo, estabeleciam divisões e criminalizavam as relações entre brancos e negros. No final do século XVII, já estava estabelecida a condição de escravatura vitalícia e hereditária, em que a posição dos escravos estava sujeita a várias regulamentações: por exemplo, a escravatura era transmitida por via materna (isto é, o estatuto de uma pessoa – livre ou não livre – dependia apenas do estatuto da mãe); os escravos não podiam portar armas; e a conversão ao cristianismo não era impedimento para uma pessoa ser escravizada (pois os africanos não estavam sujeitos à *common law* inglesa, que impedia os cristãos de serem escravos).

Perante esta aparente contradição, a existência da escravatura nas colónias americanas passou a ser justificada com base nas diferenças raciais entre grupos de pessoas. A dependência económica do trabalho escravo levou ao desenvolvimento de uma ideologia racista que considerava os africanos e os índios como povos inferiores e, portanto, passíveis de se tornarem escravos dos brancos (Williams, 2014: 14). Com o tempo, a categoria de “escravo” tornou-se praticamente sinónimo de “pessoa de ascendência africana”. A partir de 1700, as colónias britânicas na América do Norte tornaram-se autênticas sociedades escravagistas, onde os escravos estavam na base da economia através do seu trabalho (Williams, 2014 :17).

É impossível menosprezar o impacto humano da escravatura. Os escravos viviam sob “a regime of sorrow, of degradation, of unremitting toil, dreadful personal insecurity and perpetual frustration” (Brogan, 2001: 469). As condições de vida dos escravos e a forma como eram tratados variavam, mas, regra geral, os direitos mais básicos eram-lhes negados. Homens, mulheres e crianças trabalhavam arduamente durante longas horas,

desempenhando todo o tipo de tarefas necessárias ao funcionamento de uma sociedade, de acordo com o local e as necessidades económicas – desde trabalhar nas plantações às tarefas domésticas. Não só não recebiam um salário, como a qualidade da alimentação, habitação, vestuário, cuidados médicos e educação a que tinham acesso estava totalmente dependente de decisões dos seus proprietários. Os escravos estavam sujeitos a uma violência extrema – física, psicológica e sexual. A compra, venda e até o empréstimo de escravos tinha como consequência a insegurança constante das relações humanas: a separação de famílias, independentemente das idades, era habitual e os casamentos entre escravos não eram reconhecidos. Em suma, as suas vidas não lhes pertenciam.

A escravatura era mantida e justificada com base na lei, na violência, na religião e numa ideologia racista que interagiam e se reforçavam entre si, de modo a manter o *status quo* do domínio dos americanos de origem europeia sobre os africanos. No entanto, apesar das diferenças de poder entre escravos e proprietários, existiam tensões latentes, à medida que os escravos utilizavam várias estratégias, activas ou passivas, de resistência. Por isso, a literacia dos negros era considerada uma ameaça à escravatura, devido à possibilidade de os escravos terem contacto com ideias subversivas; assim, em muitos Estados do Sul era proibido ensinar os escravos a ler e a escrever (Williams, 2014: 52). Houve várias revoltas de escravos nos Estados Unidos – a mais conhecida foi a liderada por Nat Turner na Virgínia, em 1831 –, mas estes actos de resistência foram sempre limitados e rapidamente esmagados: “These were isolated events, leading to nothing, meaning nothing, except that in one place, at one particular time, matters had reached a crisis point” (Brogan, 2001: 475).

A mudança de atitudes face à escravatura – isto é, a crescente percepção deste fenómeno como uma violação da dignidade humana e, conseqüentemente, o surgimento de movimentos sociais e políticos para a erradicar – foi um processo extremamente lento e gradual.

Os movimentos para a abolição da escravatura nos Estados Unidos da América baseavam-se, em grande parte, nos princípios fundadores do país, que pareciam estar em contradição com a existência da escravatura em território americano. Como se lê na Declaração da Independência de 1776:

We hold these truths to be sacred & undeniable; that all men are created equal & independent, that from that equal creation they derive rights inherent & inalienable, among which are the preservation of life, & liberty, & the pursuit of happiness.

No entanto, mesmo antes da Revolução Americana já existiam grupos que desafiavam a instituição da escravatura, como por exemplo os Quakers. Durante a Guerra da Independência, os ideais revolucionários de liberdade e autodeterminação entraram em conflito com a presença da escravatura no território americano. De facto, entre 1777 e 1827, todos os estados do Norte dos Estados Unidos aboliram a escravatura.

Ainda assim, nos Estados do Sul, a economia e organização social estavam totalmente dependentes da escravatura. Face a esta situação desigual, a Constituição Americana de 1787 não só não aboliu a escravatura como estabeleceu uma protecção federal para esta prática:

Without ever using the words slave or slavery, the document addressed enslaved people and the institution of slavery in three ways: through the “three-fifths clause” regarding Congressional representation; by setting a date after which Congress could outlaw the Atlantic slave trade; and by providing for the return of fugitive slaves to their owners. (Williams, 2014: 53)

Durante várias décadas, a necessidade política de manter intacta a União foi considerada mais importante do que considerações morais relativas à existência, expansão e abolição da escravatura. Assim, os Estados Unidos permaneceram divididos em duas zonas: os estados livres do Norte e os estados esclavagistas do Sul. Durante o século XIX sucederam-se vários compromissos entre o Norte e o Sul, numa tentativa manter o equilíbrio precário entre estas duas realidades contraditórias. A Constituição Americana estabeleceu um período de 20 anos antes de se poder legislar sobre o tráfico de escravos e, em 1808, o Congresso proibiu formalmente a importação de escravos. Apesar disto, o tráfico a nível interno e a migração forçada de escravos para os estados do Sul continuou. Em 1820, estabeleceu-se também o Compromisso do Missouri, que pretendia manter o equilíbrio entre o número de estados livres e não livres à medida que o país se expandia e ganhava novos territórios a ocidente.

O abolicionismo nos EUA emergiu de forma clara em 1831, com a fundação do jornal *The Liberator*, por William Lloyd Garrison (Brogan, 2001: 488). Neste período, ser abolicionista não era o mesmo que ser contra a escravatura. Embora muitos americanos, sobretudo os habitantes do Norte, se opusessem, pelo menos teoricamente, à escravatura e ao modo como esta era praticada, muito poucos defendiam que esta podia ou devia ser abolida na totalidade. Em contraste, os abolicionistas assumiam a intenção clara de abolir legalmente a escravatura, apesar de haver divergências sobre a rapidez com que isto deveria acontecer. No início, os movimentos abolicionistas eram difusos e reduzidos a pequenos grupos, que defendiam a diminuição da escravatura no futuro e não a sua abolição imediata.

Os abolicionistas estavam localizados principalmente nos Estados do Norte e foram inspirados, em grande parte, pelo movimento abolicionista britânico, que conseguiu abolir a escravatura neste país em 1833.

Na década de 30 do século XIX, já havia vários grupos que se insurgiam contra a escravatura e defendiam a sua abolição imediata, utilizando várias estratégias e argumentos para atingir este fim:

By establishing antislavery societies, publishing newspapers, books, and pamphlets, giving speeches in America and in England, devising strategies, and filing petitions in Congress, black and white abolitionists worked to destroy slavery. Former slaves dictated or wrote narratives of their experiences, highlighting the violence and moral decay of owners and traders, and these narratives inspired northerners to challenge the institution itself. Frederick Douglass, Lydia Maria Child, Rev. J. W. Pennington, Sarah and Angelina Grimké, James Forten, Theodore Weld, and numerous other black and white men and women challenged the powerful institution of slavery in America. They sometimes disagreed on ideology and strategy: Should abolitionists participate in the politics of a corrupt country? Was the Constitution a document that promised liberty for all or a tainted instrument that condoned slavery? But these abolitionists stood up to the power structure that sought to protect the right of property ownership inhuman beings. (Williams, 2014: 56)

A expansão do movimento abolicionista nos EUA foi extremamente rápida. A American Antislavery Society (AAS) foi fundada em 1833 e cinco anos depois já existiam 1356 associações locais com cem mil membros, muitos dos quais eram mulheres (Drescher, 2009: 552).

Em 1850, a escravatura já se tinha tornado o assunto mais polémico do panorama político americano, e o debate sobre a sua abolição alastrou-se a toda a sociedade. Ao mesmo tempo que o movimento abolicionista crescia, a defesa da escravatura intensificava-se, recorrendo a razões morais, pseudocientíficas, religiosas e paternalistas para justificar a manutenção desta instituição nos Estados Unidos. Para satisfazer os estados do Sul, cada vez mais ameaçados, em 1835 o Congresso americano promulgou uma *gag-rule* de oito anos, que o impedia de receber petições públicas a favor da abolição.

Ao longo desta década, a “questão dos escravos” tornou-se o problema central dos Estados Unidos. A magnitude e a dependência económica dos estados do Sul da escravatura pareciam indicar que a abolição imediata seria uma proposta radical e inatingível. De facto, em 1860 existiam nos Estados Unidos quatro milhões de escravos, que constituíam a principal fonte de riqueza do Sul (o seu valor era apenas 20% inferior ao PIB dos EUA), sendo por isso impossível ao governo americano pagar indemnizações aos donos de

escravos, como acontecera no Reino Unido (Drescher, 2009: 568). O algodão produzido no Sul, com recurso à mão-de-obra escrava, tinha uma importância fulcral quer para os Estados Unidos (onde representava quase metade do valor das exportações), quer para a economia global. Além disso, nos Estados Unidos o conceito de “raça” tinha bastante poder e os sentimentos negativos para com os negros eram generalizados, mesmo nos Estados livres:

Race was a dimension of political as well as civil rights. At the outset of the new abolitionist agitation in the 1830s, racial exclusion and segregation were rigorously maintained even in most northern areas, which had long committed themselves to ending slavery. (Drescher, 2009: 573)

Os argumentos a favor da escravatura baseavam-se, sobretudo, em duas ideias: por um lado, a visão da escravatura como “um bem positivo”, que trazia benefícios quer para os brancos, quer para os negros.

A wider range of empirical economic evidence, scientific racial theorizing, and political nationalism was added to the religious, classical, and humanitarian arguments in the apologetic quiver. (Drescher, 2009: 587)

Ou seja, os negros eram vistos como uma “raça inferior” que os tornava incapazes de autodeterminação. Por outro lado, os opositores à abolição da escravatura mencionavam a possibilidade de uma catástrofe económica e o medo das consequências sociais da libertação de milhões de escravos. Ao mesmo tempo que se defendia a impossibilidade de abolir a escravatura dos EUA nas mesmas condições do que no Reino Unido, as semelhanças entre os dois países facilitavam a transmissão das ideias abolicionistas, bem como a importância da sociedade civil e do activismo individual (Drescher, 2009: 577).

A promulgação da *Fugitive Slave Law* (Lei dos Escravos Fugitivos), em 1850, foi um ponto de viragem no conflito entre os estados do Norte e os estados do Sul, que expôs as profundas divisões da União. Com esta lei, a escravatura passava a receber uma protecção a nível federal. Os habitantes dos Estados livres do Norte passavam ser forçados a colaborar com a escravatura, visto que a lei tornava obrigatório devolver os escravos fugitivos aos seus proprietários e criminalizava a prestação de auxílio a estas pessoas. Neste sentido, a *Fugitive Slave Law* foi considerada “an intolerable affront to the rights of Northern states and the consciences of Northern men and women” (Brogan, 2001: 530). Assim, apesar de ter sido concebida como uma tentativa de consenso, esta lei acabou por fazer com que muitos brancos do Norte passassem de se opor teoricamente à escravatura a ser activamente pró-abolicionismo.

É importante referir que, até então, os abolicionistas eram vistos nos Estados Unidos de forma negativa e até hostil, sendo considerados por muitos como rebeldes, subversores e uma ameaça à estabilidade da sociedade e da União. Naturalmente, esta animosidade perante os abolicionistas era mais forte no Sul, mas mesmo nos estados livres os abolicionistas enfrentavam obstáculos importantes: “in the North, when they were not being attacked as ‘nigger-lovers’, they were avoided as bores, and denounced as agitators whose activities threatened the existence of the American Union” (Brogan, 2001: 518).

Foi neste contexto de indignação e contestação que Harriet Beecher Stowe escreveu e publicou *Uncle Tom’s Cabin*. O debate que surgiu em redor do livro reflectia e alimentava a desunião mais alargada que existia em todo o país por causa da continuação da escravatura. No entanto, este problema só viria a ser resolvido na década seguinte.

Em 1860, Abraham Lincoln venceu as eleições presidenciais, com um programa que continha a vontade de pôr termo à expansão da escravatura (mas não a sua abolição), precipitando uma crise política. Lincoln foi eleito sem o apoio de nenhum dos estados do Sul, que o consideravam uma ameaça à sua instituição. Em 1861, sete destes estados saíram da União e formaram os Estados Confederados da América, cuja constituição protegia a escravatura. Na sequência da secessão de mais estados e da intervenção do exército federal, teve início a Guerra Civil Americana. Em 1863, com a Proclamação da Emancipação, Lincoln proclamou a emancipação de todos os escravos nos territórios da Confederação.

A guerra terminou finalmente em 1865, com uma vitória do Norte e depois de causar 750 mil mortos. Em Dezembro de 1865, já depois da morte de Lincoln, chegaram ao fim os 250 anos de escravatura na América, com a promulgação da 13ª Emenda à Constituição americana, que declarava:

Neither slavery nor involuntary servitude, except as a punishment for crime whereof the party shall have been duly convicted, shall exist within the United States, or any place subject to their jurisdiction.

2.2. Harriet Beecher Stowe

“So here’s the little lady who started this big war.”

O episódio em que Abraham Lincoln terá cumprimentado Harriet Beecher Stowe com esta frase é provavelmente apenas uma lenda, mas revela dois aspectos importantes sobre a autora: primeiro, a extrema importância atribuída a *Uncle Tom’s Cabin* na cultura americana,

principalmente no período da Guerra Civil; segundo, a relevância de Harriet Beecher Stowe enquanto personalidade pública e como “one of the most controversial writers America has produced” (Hedrick, 2004: n.p.).

De facto, um dos problemas ao estudar a biografia de Stowe prende-se com a construção cuidada da sua imagem pública, cultivada pela própria autora e pela sua família e amigos próximos, antes e depois da sua morte. Também é difícil medir, em termos concretos, a contribuição que *Uncle Tom’s Cabin* teve no movimento abolicionista dos Estados Unidos, que culminou com Guerra Civil Americana (1861-1865) e a com abolição da escravatura em 1865.

A “mitologização” da figura de Stowe também resulta de uma cuidadosa revisão póstuma do seu legado e da sua vida, marcada pela ênfase na ideia de que “the author’s career had been unselfishly dedicated to the anti-slavery cause” (Robbins, 2007: 2). Assim, “Mrs. Stowe” apresentava-se (e era apresentada) como uma mãe de família, respeitável e modesta, cujas posições abolicionistas se baseavam em fortes princípios morais e religiosos. Deste ponto de vista, o sucesso crítico e comercial de Stowe, as suas intervenções políticas e a gestão inteligente que esta fez da sua carreira como “mulher de escrita” passaram para segundo plano, de forma a criar uma imagem pública que fosse mais apelativa para os seus leitores (Robbins, 2007: 1-3). Logo, torna-se difícil ter uma visão objectiva sobre quem era e como pensava Harriet Beecher Stowe e é necessário adoptar uma posição crítica face as informações sobre a sua vida, incluindo as suas próprias palavras.

2.2.1. Biografia

Harriet Elizabeth Beecher nasceu em Litchfield, Connecticut (Estados Unidos da América), a 14 de Junho de 1811. Era a sétima dos oito filhos de Lyman Beecher – um conhecido pregador evangélico – e de Roxana Foote – que morreu quando ela era pequena.

A autora cresceu numa família numerosa em que as actividades intelectuais eram muito valorizadas. Ela destacou-se desde cedo entre os irmãos, mas o facto de ser mulher limitava as suas possibilidades – ao ponto de o seu pai se lamentar por ela não ter nascido rapaz (Robbins, 2007: 3). Ainda assim, ela teve uma educação esmerada: aos oito anos entrou para a Litchfield Female Academy e entre 1824 e 1832 estudou e deu aulas na Hartford Female Seminary, uma escola feminina fundada pela sua irmã Catharine. Esta escola destacava-se por oferecer às alunas um currículo igual aos das escolas masculinas, não se limitando às

“artes femininas” que normalmente constituíam a educação das raparigas: a autora estudou Latim, Grego, Geografia, Ciências Naturais e Filosofia, obtendo uma educação praticamente igual à de um homem (Hedrick, 1994: 35).

A situação social e geográfica de Harriet Beecher Stowe também teve uma importância determinante no desenvolvimento da sua carreira de escritora. A cidade de Litchfield tinha uma cultura literária activa em que os clubes literários – onde se liam, produziam e criticavam vários tipos de textos – eram parte habitual da vida social das mulheres de classe média (Hedrick, 2004). Harriet Beecher era membro de uma sociedade literária, o Semi-Colon Club, e foi neste contexto que começou a escrever de forma regular. As suas primeiras publicações foram um manual de geografia para crianças e vários ensaios, poemas e contos em periódicos locais.

Em 1836, Harriet Beecher casou-se com Calvin Ellis Stone, um pastor e professor, de quem teve sete filhos. A partir de então ela adoptou o nome “Harriet Beecher Stowe”, uma sugestão do marido. De facto, Calvin Stowe apoiava a carreira literária da mulher, escrevendo-lhe:

You must be a literary woman. It is so written in the book of fate. Make all your calculations accordingly, get a good stock of health, brush up your mind, drop the E out of your name, which only encumbers it and stops the flow and euphony, and write yourself only and always, Harriet Beecher Stowe, which is a name euphonous, flowing, and full of meaning; and my word for it, your husband will lift up his head in the gate, and your children will rise up and call you blessed. (C. Stowe, *apud* Hedrick, 1994: 138)

Ainda assim, nos anos que se seguiram ao casamento a sua carreira literária ocupou um plano secundário em relação à vida familiar. Tudo isto mudou em 1850, quando Harriet Beecher Stowe começou a escrever aquela que se tornaria a sua obra principal: o romance anti-escravatura *Uncle Tom's Cabin*.

Existem relatos contraditórios sobre o que terá impulsionado Stowe a escrever um texto deste género, muito mais extenso e ambicioso do que tudo o que tinha escrito até à época. No entanto, o início da escrita coincidiu com dois acontecimentos importantes: a morte do filho Charley, em 1849, e a promulgação, no ano seguinte, da controversa *Fugitive Slave Law*.

Charley Stowe era o filho preferido de Harriet Beecher Stowe e tinha apenas três anos quando morreu, em grande sofrimento, numa epidemia de cólera. Este trauma terá levado Stowe a identificar-se emocionalmente com a dor das mães escravas que eram separadas dos

filhos. Assim, ela decidiu canalizar a sua dor para a escrita de algo que pudesse ajudar os outros, escrevendo: “I felt that I could never be consoled for it unless this crushing of my own heart might enable me to work out some great good to others” (Stowe, *apud* Hedrick, 1994:198).

Outra motivação crucial para Stowe foi a sua indignação face à *Fugitive Slave Law*. A família de Stowe, tal como muitos habitantes do Norte, opôs-se veementemente a esta nova legislação, que colocava numa posição ambígua todos aqueles que se opunham à escravatura por princípio, mas não eram necessariamente a favor da abolição. A partir de 1850, deixou de ser possível aos habitantes do Norte ver a escravatura como um problema unicamente sulista que não lhes dizia respeito, uma vez que qualquer pessoa que ajudasse um escravo fugitivo ficava sujeita a multas ou mesmo a pena de prisão.

Depois da *Fugitive Slave Law*, Stowe passou a ser activamente abolicionista (Robbins, 2007: 6). A família encorajou-a a usar os seus talentos para a escrita numa obra que mostrasse os males da escravatura, de modo a colocar o público americano contra a instituição; ela decidiu tomar uma posição pública e fazer tudo o que pudesse ajudar a causa abolicionista, declarando: “I will write something. I will if I live” (Kelley, 2007: n.p.). Stowe escreveu a Gamaliel Bailey, editor do jornal abolicionista moderado *National Era*, e propôs-lhe a publicação de uma história sobre este tema:

Up to this year I have always felt that I had no particular call to meddle with this subject, and I dreaded to expose even my own mind to the full force of its exciting power. But I feel now that the time is come when even a woman or a child who can speak a word for freedom and humanity is bound to speak. (Stowe, *apud* Hedrick, 1994: 289)

Na mesma carta, Stowe anunciou que a sua história seria escrita com base “either from observation, incidents which have occurred in the sphere of my personal knowledge, or in the knowledge of my friends”, declarando que o seu objectivo era mostrar “the best side of the thing, and something faintly approaching the worst”, revelando claramente a sua posição perante a escravatura e o desejo de escrever uma história que representasse fielmente a realidade cruel da instituição aos leitores, comparando o seu papel ao de uma mera “pintora”:

My vocation is simply that of a painter, and my object will be to hold up in the most lifelike and graphic manner possible slavery, its reverses, changes, and the negro character, which I have had ample opportunities for studying. There is no arguing with pictures, and everybody is impressed by them, whether they mean to be or not. (Stowe, 1851)

A publicação de *Uncle Tom's Cabin* – primeiro como folhetim e depois como livro – foi um enorme sucesso e transformou Stowe numa celebridade internacional, trazendo-lhe recompensas sociais e financeiras importantes (Robbins, 2007: 8). Permitiu-lhe, por exemplo, realizar várias viagens à Europa, onde era recebida como uma celebridade.

Stowe soube gerir a sua carreira e a sua imagem pública de forma cuidadosa e bem-sucedida. Quer em vida, quer depois da sua morte, a sua actividade literária foi entendida sobretudo do ponto de vista das emoções, minorizando de certa forma a dimensão intelectual, política e mesmo literária do seu trabalho. Stowe enfatizou sempre a sua condição de mãe de família e senhora oitocentista respeitável, sobretudo para fazer frente aos ataques que recebeu devido ao conteúdo polémico de alguns dos seus textos. Por exemplo, nas aparições perante leitores e admiradores, Stowe nunca falava em público; os seus discursos eram normalmente lidos pelo marido ou pelos irmãos. A ideia que pretendiam transmitir era a de que a escrita de Stowe se devia, sobretudo, aos seus sentimentos e princípios religiosos, possivelmente para contrariar a visão negativa que muitos americanos tinham dos abolicionistas como radicais: Stowe viria a afirmar que tinha sido impelida a escrever por uma visão que tivera na igreja, o que ajudou a propagar a ideia de que *Uncle Tom's Cabin* era fruto de uma inspiração divina, ou mesmo de *autoria* divina:

[O]ne story portrayed Stowe as having an inspirational vision of Tom's death scene during a church service, then beginning her actual composing process by working backward from what would become the novel's climax. Associated with this tableau of Stowe's heavenly motivation to write were her own assertions that God was the true author of the text – a claim which reinforced the moral message of the narrative while also promoting Stowe as an unselfish Christian servant rather than a savvy manager of a worldly literary career. (Robbins, 2007: 31)

No entanto, a um nível mais pragmático, a actividade literária de Stowe foi influenciada por aspectos bem mais mundanos. A sua situação financeira era relativamente insegura, devido à dimensão da família e aos poucos rendimentos de Calvin Stowe, que ela descrevia como “a man rich in Greek & Hebrew, Latin & Arabic, & alas! rich in nothing else” (Stowe, *apud* Hedrick, 1994: 239). Neste sentido, os rendimentos que obtinha com a escrita tinham uma importância fundamental para a autora e a sua família. Por outro lado, a posição social de Stowe também contribuiu de forma decisiva para a publicação da obra, graças aos contactos que muitos membros da família tinham em meios editoriais (Robbins, 2007: 57). Na realidade, antes da publicação de *Uncle Tom's Cabin*, Stowe já tinha uma certa reputação enquanto autora, ao ponto de ser incluída numa colectânea sobre mulheres notáveis

(Winship, 2007: n. p.). Apesar da sua modéstia e de uma certa revisão histórica, Stowe era uma escritora profissional.

Nas décadas seguintes à publicação de *Uncle Tom's Cabin*, Stowe continuou a escrever e a publicar romances, ensaios e poesia, numa carreira prolífica que abrangeu géneros diversos, da poesia à literatura de viagens, mas nunca atingiu o mesmo sucesso de *Uncle Tom's Cabin*. Harriet Beecher Stowe morreu a 1 de Julho de 1896, aos oitenta e cinco anos, depois de vários anos de declínio físico e mental e de ter perdido três dos seus sete filhos. Embora a sua morte tenha sido recebida com manifestações públicas de pesar, a sua reputação como autora começava já a entrar em declínio.

2.2.2. Ideologia e valores

The visionary qualities of Stowe's fiction make it a ground of revolutionary potential, woven from common strands of daily life and fraught with all the contradictions of that life. (Hedrick, 2004)

A carreira e a obra de Harriet Beecher Stowe foram muito avançadas para a época: por ser uma mulher escritora, pelo enorme sucesso nacional e internacional que obteve, por assumir posições políticas controversas no espaço público e pelo conteúdo inovador e muitas vezes subversivo de *Uncle Tom's Cabin*, sobretudo no que diz respeito à representação da escravatura e à humanização dos escravos num contexto literário. No entanto, o modo como Stowe via os negros e o seu estatuto político e social nos EUA era complexo, o que se reflecte na representação destes em *Uncle Tom's Cabin*.

Como a maior parte das pessoas da sua época, Stowe dava por garantida a existência de “raças” humanas com características físicas, psicológicas e morais diferentes, uma posição que está na base da construção das personagens de *Uncle Tom's Cabin*. Veja-se, por exemplo, este excerto do capítulo XX, em que o narrador descreve o contraste entre Evangeline e Topsy, enquanto exemplos das suas respectivas “raças”:

There stood the two children representatives of the two extremes of society. The fair, high-bred child, with her golden head, her deep eyes, her spiritual, noble brow, and prince-like movements; and her black, keen, subtle, cringing, yet acute neighbor. They stood the representatives of their races. The Saxon, born of ages of cultivation, command, education, physical and moral eminence; the Afric, born of ages of oppression, submission, ignorance, toil and vice! (Stowe, 1994: 213).

Este excerto é um exemplo paradigmático do “racialismo romântico” de Stowe. Esta ideologia tinha-se popularizado no século XIX e pressupunha a existência de diferenças

inatas entre negros e brancos, mas não defendia necessariamente a existência de uma hierarquia entre estes grupos (Frederickson, 1994: 436). Ainda assim, nesta época e mesmo nos estados livres do Norte, era comum aceitar a existência e a superioridade da cultura anglo-saxónica, assente numa suposta base biológica e determinista de certas características, que constituía a base étnica e histórica das instituições dos Estados Unidos da América (Frederickson, 1994: 431-432). Ao mesmo tempo, era aceite a ideia de que os negros eram “naturalmente” inaptos e incapazes de se desenvolver e governar sozinhos e de que não possuíam as mesmas capacidades intelectuais do homem branco. Segundo esta perspectiva, a escravatura e a dominância dos brancos podiam ser desculpáveis ou mesmo necessárias. Porém, o racialismo romântico distinguia-se ao não enfatizar a ideia de inferioridade, atribuindo aos negros características que eram consideradas positivas ou idealizadas na sociedade americana como, por exemplo, a sua afinidade “natural” com o Cristianismo (Riss, 2004: 64); a suposta “infantilidade” e as “virtudes” dos negros podiam até ser vistas como *superiores* ao carácter do homem branco (Frederickson, 1994: 436). Deste ponto de vista, a escravatura contribuía para a opressão dos negros e era, portanto, injustificável.

Em *Uncle Tom's Cabin*, o racialismo romântico de Stowe traduz-se numa representação positiva mas essencialista e estereotipada dos negros. No romance, os negros são representados como sendo por natureza dóceis, pueris e muito religiosos. Estas diferenças teriam uma base inata ou biológica. Existem igualmente diferenças na representação dos escravos negros de ascendência exclusivamente africana (como Tom e Topsy) e dos que são descendentes de brancos (como George e Eliza), que apresentam características mais semelhantes aos europeus a nível físico e psicológico (o que é mais evidente na forma como falam).

Esta visão benévola mas paternalista foi enfatizada por Stowe em *The Key to Uncle Tom's Cabin*, a obra que escreveu para se defender das críticas ao romance: ela considerava que os negros eram essencialmente diferentes, mas, em certos aspectos, eram *superiores* aos brancos: “She came to share his view that Africans as a race possessed spiritual gifts that made them peculiarly susceptible to the teachings of Christianity and capable of an exalted religiosity” (Hill, 2007, n.p.) – o que, para uma mulher tão religiosa como Stowe, era uma característica de extrema importância.

No entanto, o romance contém outros aspectos mais negativos, que ilustram atitudes complexas e contraditórias de Stowe perante os negros e os seus direitos. Por exemplo, em

Uncle Tom's Cabin, está presente a ideia do regresso dos negros a África como a melhor solução para estes desenvolverem as suas capacidades, uma ideia que tinha apoiantes em alguns sectores abolicionistas – e que, no romance, encontra uma expressão maior no destino de George Harris e da sua família¹.

Por outro lado, o uso de caricaturas e estereótipos abertamente racistas, em particular as referências aos espectáculos de *minelstry*, é um dos exemplos mais claros dos preconceitos de Stowe e um dos conteúdos mais abertamente ofensivos presentes na obra.

Ainda assim, as posições de Stowe para com os negros expostas em *Uncle Tom's Cabin* resistem a juízos de valor definitivos ou anacrónicos, sobretudo quando analisados por um leitor moderno. *Uncle Tom's Cabin* deve ser encarado de uma forma crítica e informada, questionando as ideias de Stowe de um ponto de vista histórico, mas evitando leituras simplistas ou desculpadoras. Como aponta Sarah Robbins (2007: 48), “[i]n this distance, we should recognize the racist elements in Stowe’s text – making her both a product and a shaper of her day’s culture”.

Em suma, Stowe era um produto do seu tempo – algumas das suas posições eram progressistas para a época, ao passo que outras eram bastante conservadoras e foram criticadas desde o início. A representação dos negros em *Uncle Tom's Cabin* reflecte a complexidade da situação sociopolítica da América em meados do século XIX, bem como relações complexas de Stowe com os negros – que, na vida real, incluíam interacções com pessoas tão diferentes como Frederick Douglass e as criadas negras da família Stowe. Ainda assim, os elementos racistas da sua obra continuam a gerar discussão nos dias de hoje e afectam o modo como este romance foi lido e interpretado desde a sua publicação.

¹ A posição de Stowe face à questão da “colonização” – ou seja, a deslocação de afro-americanos para África, onde estes estabeleceriam uma sociedade nova – mudou com o tempo, devido às críticas que recebeu sobre esta matéria, sobretudo vindas de abolicionistas negros.

2.3. *Uncle Tom's Cabin*

2.3.1. História da publicação

Uncle Tom's Cabin foi originalmente publicado sob a forma de capítulos no jornal abolicionista *National Era*, entre 5 de Junho de 1951 e 1 de Abril de 1952 (Rosenthal, 2004a: 8). O *National Era* era um semanário abolicionista moderado, sediado em Washington, D.C., com um conteúdo que era uma mistura de reportagens sobre política, ficção sentimental e poesia (Robbins, 2007:33). Ainda que o seu número de leitores não fosse muito alargado, o facto de ser um jornal moderado permitiu ao romance de Harriet Beecher Stowe atingir um público mais abrangente (Robbins, 2007: 33).

O sucesso de *Uncle Tom's Cabin* deveu-se a uma combinação de situações favoráveis. Em meados do século XIX, a evolução da tecnologia de impressão e do papel e os desenvolvimentos na literacia faziam com que o mercado de livros e jornais tivesse uma expansão meteórica. Havia nos Estados Unidos um mercado considerável de leitores – sobretudo mulheres – que podiam e queriam consumir textos literários. Por outro lado, Stowe também se inspirou num fenómeno literário popular na época, as narrativas sobre escravos libertados. Por exemplo, o livro *The Life of Josiah Henson, Formerly a Slave, Now an Inhabitant of Canada, as Narrated by Himself* foi utilizado por Stowe para comprovar a veracidade da sua história, levando muitos leitores a criarem uma identificação entre Josiah Henson e Tom (Railton, 2012: n.p.).

O facto de *Uncle Tom's Cabin* ter sido inicialmente publicado como folhetim teve uma influência considerável quer no seu sucesso, quer na construção da própria narrativa. Este formato implicou vantagens e constrangimentos para a autora. Ao manter contacto directo com os leitores, Stowe recebia testemunhos e opiniões, levando-a a expandir a história para lá do que tinha previsto inicialmente (Robbins, 2007: 33). Por outro lado, o facto de a história ser publicada semanalmente permitiu a Stowe conciliar a escrita com o seu papel de mãe de seis filhos pequenos, o que resultava em interrupções constantes do trabalho (Robbins, 2007: 7).

O romance em folhetim teve bastante sucesso, mas tornou-se verdadeiramente um fenómeno de popularidade quando foi publicado em livro e pôde chegar a um público mais vasto do que apenas os leitores do *National Era*, tendo para tal contribuído uma verdadeira campanha de publicidade. A 20 de Março de 1952, *Uncle Tom's Cabin* foi publicado em

dois volumes por John P. Jowett, de Boston, e foi um sucesso de vendas imediato. Um mês depois da publicação, Jowett escreveu:

Three paper mills are constantly at work, manufacturing the paper, and three power presses are working twenty-four hours per day, in printing it, and more than one hundred book-binders are incessantly plying their trade to bind them, and still it has been impossible, as yet, to supply the demand. (Jowett, *apud* Winship, 2007: n.p.).

A publicação foi acompanhada de uma campanha publicitária agressiva onde *Uncle Tom's Cabin* era apresentado como “O maior livro do seu género” e o grande número de vendas era enfatizado (Winship, 2007). Além disso, publicaram-se várias edições diferentes da obra, com preços e qualidades variáveis (por exemplo, uma edição especial ilustrada foi lançada no Natal de 1851), que facilitavam o acesso ao texto por vários tipos de público. *Uncle Tom's Cabin* tornou-se assim um dos primeiros *bestsellers* dos Estados Unidos do século XIX: só no primeiro ano foram impressas um milhão e meio de cópias nos Estados Unidos² (Rosenthal, 2007a: 29).

O livro cedo adquiriu uma dimensão internacional, sobretudo com o êxito no Reino Unido, e foi rapidamente traduzido para várias línguas. Este sucesso internacional explica-se pelo facto de, em 1852, o debate sobre a escravatura estar na ordem do dia na maior parte dos países europeus, sendo especialmente relevante nas potências coloniais como o Reino Unido. No entanto, como não estavam estabelecidas leis sobre direitos de autor internacionais, Stowe não recebeu quaisquer benefícios destas edições internacionais e ao longo da carreira teve bastantes problemas legais devido a edições e “traduções-pirata” da sua obra.

Nas décadas seguintes à publicação, *Uncle Tom's Cabin* continuou a ser lido e publicado nos Estados Unidos, e a sua presença na cultura popular foi cimentada por um número crescente de adaptações ao palco. Em 1879, foi publicada uma nova edição da obra em que esta era apresentada como um clássico americano e mundial, em que se incluía um prefácio anónimo escrito por Stowe, que enfatizava o impacto social da obra e incluía uma lista das edições e traduções do livro no estrangeiro (Winship, 2007).

² É bastante habitual a literatura referir-se a *Uncle Tom's Cabin* como “o livro mais vendido do século XIX”, apenas atrás da Bíblia no que toca ao número de cópias vendidas. No entanto, nunca se apresentam números concretos das vendas de *outros* romances populares na época, o que faz com que esta observação seja difícil de provar.

Nos Estados Unidos, o livro foi publicado de forma relativamente constante ao longo do século XIX, o que permitiu a Stowe lucrar com os direitos de autor, até que este passou para domínio público em 1893, e continuou a ser publicado até à actualidade.

2.3.2. Conteúdo e estratégias

Uncle Tom's Cabin foi escrito com o objectivo manifesto de comover os leitores, de modo a convencer a opinião pública a rejeitar a escravatura enquanto sistema desumano e opressivo. Como expressa Stowe no prefácio:

The object of these sketches is to awaken sympathy and feeling for the African race, as they exist among us; to show their wrongs and sorrows, under a system so necessarily cruel and unjust as to defeat and do away the good effects of all that can be attempted for them, by their best friends, under it. (Stowe, 1994: xii)

Para atingir este objectivo, Stowe utiliza várias estratégias narrativas.

Em primeiro lugar, o livro incentiva os leitores a sentir empatia pelas personagens negras. Um dos aspectos mais revolucionários de *Uncle Tom's Cabin* é a forma como o texto representa a humanidade e a subjectividade dos escravos e leva o leitor (branco) a sofrer com a suas provações. Ao gerar uma identificação com os escravos e o seu sofrimento, Stowe pretendia levar os leitores a rejeitar a escravatura e a insurgir-se contra ela (Robbins, 2007: 36), numa espécie de apelo às emoções.

Para tal, Stowe recorre muitas vezes ao uso de imagens vívidas e memoráveis, sobretudo em cenas de violência extrema. Episódios como a fuga de Eliza e a morte de Tom serviam, assim, para gerar horror, indignação e compaixão nos leitores.

To bring the reading public to the same conclusion, Stowe narrates the slaves' physical suffering, but focuses even more dramatically on the emotional horrors inflicted on slaves, especially on mothers: on what a lady in Chapter Twelve calls "its outrages on the feelings and affections". (Railton, 1999: n.p.)

Em segundo lugar, *Uncle Tom's Cabin* é, em muitos aspectos, um texto de pendor religioso, que inclui várias referências ao imaginário cristão. Stowe situa a causa da abolição da escravatura nos Estados Unidos num contexto alargado que se identifica com uma luta espiritual e com a ideia da salvação cristã. À época, a questão da escravatura tinha dividido as igrejas na América e as justificações para a escravatura com base na religião eram habituais. Stowe ataca esta situação e apresenta a escravatura como absolutamente incompatível com

o Cristianismo: “Both North and South have been guilty before God; and the *Christian church* has a heavy account to answer” (Stowe, 1994: 388).

Neste sentido, *Uncle Tom’s Cabin* insere-se na “cultura evangélica” da época, que tinha uma forte presença quer na esfera doméstica, quer na imprensa e nos meios literários. A mundividência teológica e moral de Stowe estava marcada por uma série de correntes diferentes, como por exemplo a filosofia do Senso Comum escocesa, o Romantismo e a teologia do Romantismo Alemão; estas influências traduziam-se no racialismo romântico e no idealismo estético e ético presente em *Uncle Tom’s Cabin* (Hill, 2007, n.p.). Stowe pretendia pôr a arte ao serviço do Cristianismo:

But another and better day is dawning; every influence of literature, of poetry, and of art, in our times, is becoming more and more in unison with the great master chord of Christianity, "good-will to man." The poet, the painter, and the artist now seek out and embellish the common and gentler humanities of life, and, under the allurements of fiction, breathe a humanizing and subduing influence, favorable to the development of the great principles of Christian brotherhood. (Stowe, 1994: xiii)

Ao enfatizar esta dimensão religiosa, Stowe desejava convencer os seus leitores evangélicos de que a escravatura não era compatível com o cristianismo, nem sequer nas suas vertentes supostamente mais benéficas. Alguns exemplos do texto exemplificam bem este ponto de vista. Por exemplo, no Capítulo IV a autora apresenta uma reunião de escravos em que estes rezam e encontram conforto na sua fé, um momento que partilham com o seu jovem patrão, George Shelby. No entanto, apesar de a propriedade dos Shelby ser um exemplo da “boa” escravatura – em que existe uma relação de respeito e afecto entre os patrões e os escravos – e da propagação da religião, isto não impede que os seus escravos estejam sujeitos à violência da instituição, quando as circunstâncias se alteram. Por razões de ordem económica, Mr Shelby, para pagar uma dívida, tem de vender o pequeno Harry e Tom a um traficante de escravos, o que implica separar uma criança pequena da mãe e o fiel escravo Tom da mulher e dos filhos. Mais tarde, a história repete-se, quando a morte inesperada de Evangeline e de Augustine St. Clare faz com que Tom volte a ser vendido, desta vez a um amo cruel, o que acaba por resultar na sua morte violenta. Stowe mostra como o deteriorar da situação de Tom se deve, acima de tudo, a um conjunto de circunstâncias resultantes da própria natureza da escravatura, em que os seres humanos eram comprados e vendidos como propriedade privada por razões financeiras, que muitas vezes nem os brancos bem-intencionados podem contrariar – porque os negros são, também para estes, inferiores. Mesmo em situações em que não existe violência física, a violência psicológica da

escravatura – resultante da separação das famílias e, sobretudo, de pais e filhos, é um tema constante ao longo do romance.

Além disso, Stowe representa a maioria dos escravos como cristãos devotos – e, em muitos aspectos, como os cristãos ideais. A humanização e a devoção profunda dos escravos, em especial de Tom, não se limitam a esbater os medos e preconceitos dos leitores brancos face à figura do “homem negro” – Stowe vai mais longe e constrói toda a personagem de Tom, através do seu martírio corajoso e altruísta, como uma imitação de Jesus Cristo (Robbins, 2007: 38).

Noutra dimensão, Stowe também apresenta a escravatura como um pecado nacional, que implicava todos os cidadãos, tanto os do Norte como os do Sul. A fuga de Eliza e Harry, por exemplo, demonstra como uma série de personagens é obrigada a colaborar com a escravatura e a obedecer à *Fugitive Slave Law*, ainda que não concordem com ela. Mesmo a personagem de Mrs Bird – uma mulher branca que sente compaixão por Eliza e pretende ajudá-la – serve para demonstrar como até os comportamentos mais humanos são limitados, a nível social e legal, pelo poder da instituição da escravatura.

A história de Emmeline e Cassy, que representa a ameaça de violência sexual que paira sobre as jovens escravas, é outro exemplo de como Stowe mostra a escravatura como uma instituição que consente e fomenta situações de brutalidade e opressão sistemáticas.

Em suma, em *Uncle Tom's Cabin* está presente a ideia recorrente – reflectida nas acções e nos destinos das personagens – de que esta instituição é uma ameaça aos princípios cristãos, quer dos escravos, quer dos proprietários. Stowe representa a escravatura como uma fonte de todo o tipo de imoralidades, incluindo a destruição das famílias e a violência física e sexual, contra a qual a maioria dos cidadãos não tem qualquer poder.

Stowe needed a panoramic canvas to make her most subtle and controversial theological argument, the nature of slavery as organic or social/institutional sin, a sin for which there is no atonement in Christ's sacrifice. Individuals were enmeshed in this system. Even those conscious of its moral evil were helpless as individuals to change the system. (...) Evangelical reform in a democratic culture depended upon a delicate balance between individual regeneration and the collective social (and spiritual) power of a growing body of regenerated individuals within the public. (Hill, 2007)

Em terceiro lugar, *Uncle Tom's Cabin* é, em grande parte, um apelo dirigido ao público feminino, no sentido em que, para Stowe, as características da instituição deveriam ser especialmente repugnantes para as mulheres – sobretudo, para as mães – que, na sua visão,

teriam uma perspectiva e uma sensibilidade diferentes das dos homens, quer a nível moral, quer a nível religioso.

However ambition and the love of political power may blind the stronger sex, God has given to women a deeper and more immovable knowledge, in those holier feelings, which are peculiar to womanhood and which guard the sacredness of the family state. (Stowe, 1994: 427)

Neste romance, o “problema da escravatura” (ou seja, a discussão sobre se esta deve existir nos Estados Unidos) é, frequentemente, visto do ponto de vista das mulheres brancas, que em 1852 não tinham direitos políticos. Personagens como Mrs Shelby e Mrs Bird, por exemplo, servem para demonstrar como a escravatura se opõe às “sensibilidades femininas”, em contraste com as justificações económicas e legais associadas aos maridos destas. Além disso, ao longo do romance, Stowe interpela directamente as leitoras, dirigindo-se às mães e mulheres.

Stowe escrevia num momento histórico em que a sociedade americana estava a ser transformada pela entrada de mulheres brancas de classe média na vida pública, como escritoras, professoras ou reformistas (Kelley, 2007, n.p.). Mulheres como Stowe, que tinham tido uma educação em tudo semelhante à dos homens, estavam, no entanto, excluídas da participação na vida política, pelo que se tornava necessário encontrarem outros espaços onde pudessem intervir na sociedade. Stowe, em concordância com os ideais da época, via a capacidade intelectual das mulheres como diferenciada dos homens e marcada por uma tendência especial para os afectos e a sensibilidade (Kelley, 2007). Sem atacar nem questionar os papéis de género vigentes ou a desigualdade a nível político e legal das mulheres americanas, Stowe recorreu ao modelo ideal da mulher da época, a “sensible and industrious ‘good wife’, whose most visible characteristic was devotion to her family's spiritual and secular needs” (Kelley, 2007), para construir várias personagens femininas servissem de exemplo às leitoras. Stowe transmite a ideia de que a oposição à escravatura é um dever de todas as mulheres: “as mother, wife, sister or member of society, she is bound to influence on the right side” (Stowe, 1994: 428).

Ao representar as mulheres e mães como “moral and spiritual leaders”, Stowe reclamava para elas uma autoridade especial, baseada na diferença (Kelley, 2007). Para Stowe, os homens e as mulheres tinham capacidades morais e cognitivas diferentes e diferentes maneiras de exercer o poder. Por exemplo, em *Uncle Tom's Cabin*, são personagens femininas como Mary Bird que estão dispostas a violar a *Fugitive Slave Law* – cometendo

um acto de desobediência civil – com base nos seus afectos e princípios morais e religiosos (Kelley, 2007). Stowe classifica a escravatura como uma “patriarchal institution”, contrária à natureza feminina, e que nenhuma mulher pode aceitar ou defender.

Isto revela a visão essencialista do género que Stowe tinha, mas também a ideia de que, dentro das suas posições específicas e bem delimitadas na sociedade, as mulheres tinham o dever de se insurgirem contra a escravatura e a capacidade de contribuírem de maneira decisiva para o movimento abolicionista. Assim, Stowe incentiva as mulheres brancas de classe média a assumirem um papel activo no combate à escravatura.

Contudo, ela não advoga um envolvimento das mulheres na esfera política. Em vez disso, a sua influência deverá fazer-se através da “*feminine moral suasion*” e o seu poder de impulsionar mudanças na sociedade (Robbins, 2007: 49). Segundo esta perspectiva, as mulheres tinham um papel decisivo na sociedade americana, que era exercido através da sua influência moderadora sobre homens e a educação das crianças. Deste modo, com *Uncle Tom’s Cabin*, Stowe trouxe a questão política da escravatura para a esfera doméstica (Robbins, 2007: 5), ao apresentá-la como uma questão moral em que todos – mesmo os que não tinham direitos políticos, como as mulheres – estavam envolvidos e podiam ter um papel a desempenhar.

Por fim, Stowe promoveu abertamente o realismo da obra, ou seja, a noção de que as cenas ficcionais representavam de forma fidedigna a realidade da escravatura, uma ideia que a autora assegura aos leitores no Capítulo XLV:

The separate incidents that compose the narrative are, to a very great extent, authentic, occurring, many of them, either under her own observation, or that of her personal friends. She or her friends have observed characters the counterpart of almost all that are here introduced and many of the sayings are word for word as heard herself or reported to her. (Stowe, 1994: 381)

A defesa do realismo de *Uncle Tom’s Cabin* é importante, porque muitos dos seus críticos, especialmente no Sul, acusaram Stowe de exagerar, manipular ou mesmo inventar os acontecimentos representados no romance, ao passo que Stowe considerava que o objectivo e o propósito deste era, precisamente, *mostrar* as consequências da escravatura a leitores que pudessem não ter contacto com ela, ou que conheciam apenas alguns aspectos limitados. Como resposta a estes ataques, Stowe publicou o livro *The Key to Uncle Tom’s Cabin*, em que apresentava provas e testemunhos que comprovavam a veracidade das cenas de *Uncle Tom’s Cabin*, que afirmava terem sido escritas com base em factos reais. Segundo

Stowe, a representação da escravatura no romance era inadequada apenas porque não se tinha atrevido a representar os seus *piores* aspectos (Railton, 1999: n.p.). A sugestão de que os episódios do romance eram apenas ficção tinha como objectivo claro contrariar a mensagem abolicionista do romance e desvalorizar as representações mais negativas, pelo que Stowe se empenhou em garantir que as emoções dos leitores ao ler o texto eram baseadas em experiências de pessoas reais.

De facto, Stowe esforçou-se por realizar pesquisa que desse credibilidade e realismo às cenas mais importantes, que eram concebidas para ter um impacto emocional forte nos leitores. Por exemplo, o Capítulo XLV – que consiste numa mensagem directa da autora aos leitores, em que ela sumariza e reitera a mensagem anti-escravatura do romance – mostra de forma clara a importância dada por Stowe à pesquisa e à recolha de testemunhos verídicos (por exemplo, através da correspondência com Frederick Douglass), da leitura de narrativas de escravos fugitivos e de casos mencionados nas notícias e nos tribunais da época, que serviram de “fontes” para a escrita do romance:

Some of the most deeply tragic and romantic, some of the most terrible incidents, have also their parallel in reality. The incident of the mother's crossing the Ohio river on the ice is a well-known fact. The story of "old Prue," in the second volume, was an incident that fell under the personal observation of a brother of the writer, then collecting-clerk to a large mercantile house, in New Orleans. From the same source was derived the character of the planter Legree. Of him her brother thus wrote, speaking of visiting his plantation, on a collecting tour: "He actually made me feel of his fist, which was like a blacksmith's hammer, or a nodule of iron, telling me that it was 'calloused with knocking down niggers'". (Stowe, 1994: 381)

Esta dimensão activa de pesquisa e debate, que constituiu uma parte importante da escrita do romance foi, no entanto, menorizada posteriormente, favorecendo uma imagem mais sentimental e convencional de *Uncle Tom's Cabin* e da própria Harriet Beecher Stowe. Por exemplo, na sua biografia póstuma, Charles Stowe descreve a escrita da mãe como um mero resultado do sentimento e do coração, em vez de um esforço intelectual:

Even in reporting on his mother's research, Charles Stowe still insisted that her work came pouring out onto the page from "moral and religious exaltation," that it was a text "from the heart rather than the head," and that it represented "an outburst of deep feeling" rather than a product of professional craft. Harriet Beecher Stowe, he asserted, "had no more thought of style or literary excellence than the mother who rushes into the street and cries for help to save her children from a burning house". (Robbins, 2007: 34):

Este é discurso claramente revisionista e redutor – ao representar Stowe como motivada apenas por “sentimentos”, apaga a sua carreira como uma escritora profissional de sucesso, como autora que interveio no principal debate político da época, além de minorizar a sua capacidade intelectual e criativa como escritora – o que, de resto, pode ter contribuído para a subsequente desvalorização da obra.

2.3.3. Impacto social e político

A mensagem abertamente anti-escravatura e pró-abolicionista de *Uncle Tom's Cabin* cedo gerou polémica. Na década de 1850, os abolicionistas eram geralmente vistos como extremistas radicais e subversivos. Em contrapartida, Stowe era branca, de classe média, cristã, mãe e membro de uma família respeitável, pelo que alinhar-se com a causa abolicionista representava um risco considerável (Robbins, 2007).

No entanto, o sucesso de *Uncle Tom's Cabin* conferiu a Stowe o poder de influenciar a opinião pública na América e no estrangeiro: “For over a million northerners during the 1850s, however, while the conflicted issue of slavery was growing more and more urgent, Stowe's novel served to define what it was the nation was arguing about” (Railton, 1999, n.p.). De imediato, o livro gerou reacções contraditórias de adesão e repulsa, à medida que ambos os lados da discussão sobre a escravatura compreenderam que o texto e a sua popularidade e influência sobre a opinião pública representavam uma ameaça à instituição. Para os abolicionistas, tratava-se de uma arma poderosa que representava a injustiça e violência inerente à escravatura, a humanidade dos escravos e que expunha o público em geral aos argumentos da causa abolicionista. Para os defensores da escravatura, tratava-se de uma obra parcial que dava uma imagem errada desta instituição, levando-os a atacar a obra e a autora, acusando-a de propagar uma imagem falsa e manipuladora da situação dos escravos, exagerando os maus tratos aos negros ou ignorando os “benefícios” da instituição para, deste modo, servir como ataque aos direitos dos estados do Sul. Quase de imediato, nasceu a “literatura anti-Tom”: um conjunto de textos inspirados em *Uncle Tom's Cabin* que procuravam apresentar uma representação “alternativa” e positiva do Sul, satirizando a causa abolicionista e apresentando a escravatura como justificada. Como resposta, Stowe publicou vários textos a defender-se das críticas, com o objectivo de provar que os episódios de *Uncle Tom's Cabin* se baseavam em situações reais.

Mesmo depois da Guerra Civil, a popularidade da obra manteve-se graças às numerosas adaptações da história no teatro e no cinema. Apesar de a escravatura ter terminado, *Uncle Tom's Cabin* passou a ser interpretado como um objecto histórico que “offered the nation a set of images that claimed to represent, or re-present, its past” (Railton, 1999).

A popularidade de *Uncle Tom's Cabin* deu origem a uma série de produtos e objectos, como brinquedos, louças, jogos e têxteis, que constituíam uma verdadeira campanha de marketing e servem de testemunho da influência constante quer do livro, quer das suas adaptações no teatro:

[T]he popular stage shows derived from the novel and the decorative arts that both novel and plays inspired indicate how Harriet Beecher Stowe artfully drew on popular culture. This immersion helped to make the novel a bestseller and it, in turn, catalyzed the manufacture of popular culture commodities that extended the influence of the novel because of their ubiquity and popularity. (Stevenson, 2007: n.p.)

Posteriormente, o cinema e a televisão também tiveram impactos na reputação da obra de Stowe e do seu estatuto na cultura popular. Devido aos seus conteúdos controversos, as últimas adaptações para cinema datam da década de 30, mas *Uncle Tom's Cabin* continuou a marcar presença através de séries de televisão, telenovelas, filmes de animação e, de forma indirecta, inspirando ou sendo referenciado em outros filmes.

2.3.4. O romance sentimental

Like all other commercial commodities in our industrial culture, literary texts are the result of a complicated and lengthy process of production that is itself controlled by a host of material and social factors (Radway, 1984: 19).

Para além do contexto social e político em que surgiu, muito do sucesso de *Uncle Tom's Cabin* deve-se ao seu estilo. Trata-se de um romance sentimental – o que designa um conjunto de romances escritos em meados do século XIX, caracterizado por ser escrito “by, for, and about women” (Tompkins, 2007: 44). *Uncle Tom's Cabin* faz, deste modo, parte de uma tradição literária começa no século XVIII e se caracteriza por enfatizar, acima de tudo, as emoções e os sentimentos.

O século XIX ficou marcado por um conjunto de inovações tecnológicas que facilitaram o desenvolvimento de um mercado de consumo em massa para a literatura, juntamente com uma “new idea of the book as a sellable commodity” (Radway, 1984: 22). Ao mesmo tempo que a tecnologia e o desenvolvimento da imprensa permitiam uma grande expansão do

número de leitores, a literacia feminina também aumentou, conduzindo a um maior número de mulheres leitoras, bem como uma maior participação das mulheres no panorama literário. Entre 1854 e 1857, “America’s first great literary boom” contribuiu para a criação de uma nova prática de produção literária, que “aimed to sell remarkably similar novels (...) to the same audience over and over again” (Radway, 1984: 25) e os romances sentimentais tornaram-se extremamente populares. Contudo, eram menorizados por certos grupos de escritores, que criticavam as temáticas e a qualidade literária deste tipo de obras. Por exemplo, em 1855 (três anos depois da publicação de *Uncle Tom’s Cabin*) Nathaniel Hawthorne criticava a popularidade dos romances escritos por mulheres, que considerava inferiores:

America is now wholly given over to a damned mob of scribbling women, and I should have no chance of success while the public taste is occupied with their trash – and should be ashamed of myself if I did succeed. What is the mystery of these innumerable editions of the ‘Lamplighter,’ and other books neither better nor worse – worse they could not be, and better they need not be, when they sell by the 100,000. (Hawthorne, *apud* Winship, 2001: n.p.)

O romance sentimental nunca foi popular nos meios académicos e da crítica e, no século XX, também perdeu popularidade junto dos leitores. Com a emergência do modernismo, o romance sentimental (e, num contexto mais alargado, os romances para mulheres) passou a ser considerado um subgénero inferior, sendo, deste modo, excluído do cânone literário.

Literary texts, such as the sentimental novel, that make continual and obvious appeals to the reader’s emotions and use technical devices that are distinguished by their utter conventionality, epitomize the opposite of everything that good literature is supposed to be. (Tompkins, 1985:44)

Consequentemente, alguns dos romances americanos mais lidos do século XIX, e que se inseriam nesta categoria, praticamente caíram no esquecimento – incluindo, durante vários anos, *Uncle Tom’s Cabin*.

Com a emergência da crítica feminista na década de 70 do século XX, deu-se uma redescoberta do romance sentimental e especificamente uma tentativa de reavaliação da sua importância literária e social. Autores como Jane Tompkins apontaram a desvalorização sistemática deste tipo de literatura, em grande parte devido ao facto de ser produzida por mulheres, por ser identificada por um estilo “feminino” e por apresentar uma mundividência que passou a ser vista como ingénua e mesmo irrealista (Tompkins, 1985: 44). Tompkins e outros autores passaram a analisar obras como *Uncle Tom’s Cabin* de uma perspectiva

diferente, questionando as razões para a sua exclusão nos meios acadêmicos, comparando-a favoravelmente com obras contemporâneas escritas por autores masculinos:

The popular domestic novel of the nineteenth century represents a monumental effort to reorganize culture from the woman's point of view; (...) this body of work is remarkable for its intellectual complexity, ambition, and resourcefulness; and (...), in certain cases, it offers a critique of American society far more devastating than any delivered by better-known critics such as Hawthorne and Melville (Tompkins, 1985: 43).

Ainda assim, o estatuto do romance sentimental continua a ser um tema polémico, discutindo-se se a leitura deste tipo de textos será “fundamentally conservative” ou “incipiently oppositional” (Radway, 1984: 209). Este panorama explica a trajetória complexa de *Uncle Tom's Cabin* e de Harriet Beecher Stowe no cânone da literatura americana e mundial: um dos textos mais lidos e discutidos do século XIX deixou de ser visto como literatura “séria” e a sua posição no canône literário americano só foi recuperada em finais do século XX:

By the end of the nineteenth century, *Uncle Tom's Cabin* was widely available in a multitude of editions, many very cheap indeed, but who could have forecast its fate during the twentieth century? From American classic — a work of genius, as George Sand had called it — it came to be viewed as an embarrassment: racist, sentimental, and poorly written. Only recently have scholars begun the task of reassessing its place in American literary culture, and it remains to be seen just how it will be evaluated as we continue, during the twenty-first century, to struggle with our vexed history of race relations in the United States. (Winship, 2007)

Ao contrário de muitos outros romances sentimentais, *Uncle Tom's Cabin* teve um impacto político e social considerável que o distingue dos restantes. A complexidade dos temas abordados em *Uncle Tom's Cabin* – na representação dos escravos, das mulheres, dos oprimidos e da violência da escravatura –, a força da sua mensagem política e moral e o seu impacto na cultura popular poderão explicar a sua longevidade e as mudanças no modo como o livro foi percebido em diferentes contextos.

2.4. (Re)leituras de *Uncle Tom's Cabin*: transformação e diversidade

2.4.1. Outros textos

A relevância de *Uncle Tom's Cabin* não desapareceu com o fim da escravatura nos Estados Unidos e o livro continuou a ser lido, traduzido, adaptado e discutido. Um aspecto

fundamental da história de *Uncle Tom's Cabin* é a enorme variedade de outros textos a que deu origem: adaptações e traduções, críticas e apologias e estudos académicos. Estes textos e objectos, que nasceram da popularidade do romance, acabaram por estabelecer um diálogo intenso com a obra a que lhes deu origem, ao ponto de influenciarem significativamente a forma como a história de *Uncle Tom's Cabin* é vista na cultura popular. Por exemplo, a representação habitual de Tom como um velho frágil tem origem nas ilustrações do romance, que originalmente tinham o objectivo de tornar menos ameaçadora a figura da personagem (especialmente na sua relação com a pequena Eva), e tem muito pouco a ver com a descrição da personagem no texto original.

Depois de 1852, quase de imediato se publicaram edições e traduções do livro no estrangeiro. No entanto, numa época em que os direitos de autor eram incipientes e difíceis de aplicar, Stowe beneficiou pouco, a nível financeiro, das edições internacionais do seu trabalho, a maioria das quais era produzida sem a sua autorização (Robbins, 2007:8).

O grande potencial dramático da história, sobretudo nas suas cenas ou *tableaux* particularmente cinematográficos, faz com que esta história seja muito propícia à representação teatral (Rosenthal, 2007c: 75). Assim, desde a publicação do livro, os chamados *Tom-shows* tornaram-se extremamente populares. Estes espectáculos teatrais inspiravam-se no romance, mas muitas vezes adaptavam a história e os seus temas mais ou menos livremente.

A história das produções em palco de *Uncle Tom's Cabin*, um fenómeno conhecido como *Tomming*, é uma dimensão particularmente importante da história do romance, pelo modo como influenciou a sua transmissão na cultura americana. Estas representações utilizavam amplamente caricaturas racistas, como a prática do *minelstry* ou *blackface*, em que as personagens negras eram representadas por actores brancos, com as caras pintadas de preto e uma caracterização exagerada do aspecto e do comportamento dos negros, resultando numa “caricatura grotesca” (Rosenthal, 2004c: 76).

O uso de representações racistas nos *Tom-shows* contribuiu de forma importante para a percepção da obra na cultura popular norte-americana. É neles que se pode encontrar o início do estereótipo racista do “Uncle Tom”, que também deve pouco ao texto propriamente dito. Ao eliminar a complexidade da personagem que existe no romance de Stowe e ao misturar a personagem de Tom com personagens pré-existentes dos espetáculos de *minelstry*, eles contribuíram para a afirmação dos aspectos mais negativos da personagem, que se viriam a transportar para outros meios como, por exemplo, o cinema.

2.4.2. Declínio, crítica e reavaliação

Mesmo depois do fim da escravatura nos Estados Unidos, a dimensão política de *Uncle Tom's Cabin* continuou a ser enfatizada e aproveitada para outras causas. Por exemplo, o Prefácio da “Nova Edição” de 1879 (escrito, anonimamente, por Stowe) defendia que a relevância do romance não estava apenas relacionada com a abolição da escravatura, mas que aquele era também “a work that fostered Christian support to suppressed classes around the world” (Winship, 2007).

No entanto, nas décadas que se seguiram à Guerra Civil americana, a representação da escravatura como fonte de violência e sofrimento nem sempre foi preservada, sobretudo em edições destinadas a crianças e outras representações que enfatizavam a “felicidade” das personagens negras da obra de Stowe. Deste ponto de vista, *Uncle Tom's Cabin* foi muitas vezes apresentado e lido como uma *recordação saudosista* da escravatura:

[I]t could be argued that after the Civil War *Uncle Tom's Cabin* served white Americans, north and south, chiefly as a defense against feeling any collective guilt about slavery. Audiences probably left most "Tom Shows" feeling that Legree was an evil man, but slavery itself an essentially benign institution. Stowe's story might even have become part of the cultural project that culminates in the building of Tara in *Gone With the Wind*: the construction of the myth of the old plantation as America's Camelot. There was no protest, for example, when Joel Chandler Harris, in his 1881 Introduction to the first of his best-selling Uncle Remus books about the pre-war south, identified his work as a supplement to "Mrs. Stowe's wonderful defense of slavery." In the 20th century songs that the archive contains, you can hear America's nostalgia for what one of them calls "those happy days before emancipation". (Railton, 1999)

No imaginário norte-americano, a história continuou viva, sobretudo através de inúmeras representações teatrais que alteravam, em maior ou menor grau, o conteúdo do texto original e que focavam em certos aspectos da história, em muitos casos acrescentando leituras racistas muito mais exageradas do que as originalmente presente na obra de Stowe. É, como já dissemos, nestas representações que se encontra a origem da figura do “Uncle Tom”, representando um negro submisso, passivo, e obediente, que nos Estados Unidos passou a ser visto como um estereótipo insultuoso. Embora estas representações estivessem muito distantes do livro que lhes deu origem, elas continuam a influenciar a reputação e as leituras modernas de *Uncle Tom's Cabin*.

A posição de *Uncle Tom's Cabin* no cânone literário nem sempre foi consensual. Como vimos, o romance sentimental nunca foi muito valorizado entre os críticos literários. Por

outro lado, o conteúdo racista da obra e a forma como os negros nela são representados passou a ser abertamente escrutinado. Num extremo, como aponta Riss (2004: 63), alguns autores consideraram a obra como “intrinsically ‘racist propaganda’ and that ‘their effect must always have been to instil or strengthen racist ideas’”. Em contrapartida, a partir da década de 70 do século XX deu-se uma redescoberta do romance sentimental e da obra de Stowe. Surgiram assim leituras mais positivas que destacavam a qualidade literária da obra e a importância da perspectiva feminina e do *empowerment* das mulheres na sociedade, assim como a forma como o texto consegue atingir os seus objectivos:

For the novel functions both as a means of describing the social world and as a means of changing it. It not only offers an interpretative framework for understanding the culture, and, through the reinforcement of a particular code of values, recommends a strategy for dealing with cultural conflicts, but it is itself an agent of that strategy, putting into practice the measures it prescribes. (Tompkins, 2004: 46)

A diversidade de reacções e leituras de *Uncle Tom's Cabin* ao longo dos anos é um indicador da complexidade e da riqueza do texto de Stowe e das ideias nele reflectidas. Independentemente da perspectiva com que se aborda o texto, parece inegável que este continua a ser relevante, e a sua importância não apenas enquanto texto literário, mas também do ponto de vista histórico e social, pela sua presença na cultura popular e pelo modo como pode ajudar a compreender e interpretar realidades culturais muito diversas.

3. As traduções escolhidas

3.1. *Uncle Tom's Cabin* em Portugal: uma visão geral

3.1.1. Traduções e reedições: uma cronologia

Não será exagero afirmar que, desde o início, *Uncle Tom's Cabin* teve uma presença importante na cultura portuguesa. Desde que foi editado em português pela primeira vez, em 1853 (apenas um ano depois da sua publicação em livro nos Estados Unidos), este romance tem sido um exemplo de reedições e de retraduições periódicas e constantes no nosso país.

Na tabela *infra* apresentam-se as traduções desta obra que foram publicadas em Portugal, desde 1853 até aos dias de hoje³. Esta lista, organizada de forma cronológica desde a tradução mais antiga até à mais recente, foi compilada com base nos registos de três fontes de referência: a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e o *website Intercultural Literature in Portugal 1930-2000*.

Pretendeu-se que esta lista fosse o mais completa possível, mas, ainda assim, na sua preparação foi necessário estabelecer um critério do que constitui uma “tradução”, para os propósitos desta dissertação. De facto, nos catálogos analisados, encontraram-se vários textos relacionados com *Uncle Tom's Cabin* que não são traduções do romance. Alguns estão claramente identificados como adaptações teatrais – por exemplo, um *Drama em 7 actos*, de 1889 e um *Drama em sete actos e 5 quadros* de 1893. Neste caso, estamos perante exemplos de adaptação teatral de *Uncle Tom's Cabin* – um fenómeno que, como vimos, tem uma importância considerável na história desta obra, mas que está para lá dos objectivos do presente trabalho. Outro exemplo são as adaptações infanto-juvenis, como a versão ilustrada de Claudio Cernuschi, Maria de Filippo e Alberto Gnudi, publicada pela Ulisseia em 1997. Apesar de, em alguns casos, estes textos serem efectivamente traduções *interlinguísticas*, o texto de partida não é o romance de Stowe e estas versões são claramente identificadas como adaptações.

Assim, para os efeitos deste trabalho, considerou-se que uma “tradução de *Uncle Tom's Cabin*” é um texto, publicado em português, que é *apresentado* como um romance da autoria

³ Em anexo, apresenta-se uma lista mais completa, que inclui algumas reedições.

de Harriet Beecher Stowe. Não se tem em conta a proximidade semântica ao texto original de Stowe nem qual foi o texto de partida, porque, sem analisar individualmente cada um dos textos, é impossível saber se este foi traduzido do original em inglês ou a partir de uma tradução noutra língua ou avaliar o grau de transformação que o tradutor aplicou ao texto (por exemplo, omissões). Mas, de um modo geral, estes romances têm em comum o facto de serem *entendidos* como textos equivalentes a *Uncle Tom's Cabin* no contexto literário português.

Data de publicação	Título	Tradutor(es)
1853	<i>A cabana do pai Thomé, ou Vida dos negros na América</i>	Anónimo
1853	<i>A cabana do pai Thomaz ou A vida dos Pretos na América</i>	Francisco Ladislau Álvares d'Andrada
1853	<i>Cabana do pae Thomaz, ou Os negros na América</i>	Anónimo
1853	<i>A cabana do Tio Thomaz ou A vida dos negros na América</i>	Anónimo
1905	<i>A cabana do pai Thomaz ou A vida dos negros na América</i>	Anónimo (Reedição?)
1933	<i>A cabana do pai Tomaz: Romance de emoção, dos Tempos da Escravatura...</i>	Mercedes Blasco
1938	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Julião da Cunha
1949	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Leyguarda Ferreira
1965	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Luís Miranda
1980	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Maria da Graça Lima
1995	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Ricardo Alberty
2001	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Maria João Bento
2005	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Linguagest

A análise deste conjunto de traduções permite-nos chegar a algumas conclusões relativamente à história de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal.

Em primeiro lugar, constata-se que a obra chegou muito rapidamente a Portugal, já que no ano seguinte à sua publicação nos Estados Unidos surgiram pelo menos quatro edições do romance no nosso país. Isto é sintoma da enorme popularidade internacional de *Uncle Tom's Cabin* – visível, por exemplo, no grande número de exemplares vendidos nos Estados Unidos e no Reino Unido e do surgimento de traduções do texto em várias línguas – e

demonstra que Portugal não ficou indiferente à “Tom Mania” que existiu nos Estados Unidos e na Europa a partir de 1851.

Ainda assim, é de assinalar que não se encontraram novas traduções desta obra entre 1853 e 1933 – um intervalo de oitenta anos que parece bastante significativo, sobretudo em contraste com o elevado número de traduções que se verificaram nos anos seguintes. De facto, a partir da década de 30 e até à primeira década do século XXI, *Uncle Tom’s Cabin* foi alvo de retraduições periódicas e relativamente frequentes: um total de oito traduções entre 1933 e 2005, ou seja, uma média de uma nova tradução em cada nove anos (o período mais alargado sem novas traduções foi de 15 anos).

A história de *Uncle Tom’s Cabin* em Portugal terá, portanto, duas fases: uma popularidade imediata no período imediatamente a seguir ao aparecimento do livro, em que surgiram várias traduções num curto espaço de tempo e, depois de um hiato de 80 anos, uma sequência relativamente constante de retraduições periódicas, sugerindo que o livro continuou a ser lido e a ter procura no nosso país durante o século XX. Isto é relativamente coerente com a história da popularidade de *Uncle Tom’s Cabin* nos Estados Unidos da América: como vimos no Capítulo 2, a obra perdeu popularidade no final do século XIX (sobrevivendo sobretudo através de representações teatrais, o que aliás também se verificou em Portugal) antes de se afirmar como obra canónica da literatura americana e de se ter assistido a uma revalorização da mesma. Em Portugal, esta afirmação de *Uncle Tom’s Cabin* como parte do cânone da literatura universal parece ter acontecido a partir da década de 30. É de assinalar, contudo, que podemos estar a assistir a uma terceira fase, em que *Uncle Tom’s* está novamente a perder relevância: note-se que a última tradução foi editada em 2005, como parte de uma colecção de “clássicos infanto-juvenis” promovida por um jornal, e que actualmente não há nenhuma edição publicada em Portugal, fazendo com que seja difícil aos leitores portugueses ter acesso a uma tradução portuguesa de *Uncle Tom’s Cabin*.

A análise das várias traduções de *Uncle Tom’s Cabin* também nos permite identificar um fenómeno interessante, que diz respeito às diferentes formas como o texto foi classificado e publicado ao longo do tempo. Por exemplo, diferentes edições do livro incluem subtítulos como “romance moral” (1853) e “romance de emoção, dos tempos da escravatura” (1933), que enfatizam certas dimensões concretas do conteúdo da obra, como, por exemplo, o seu conteúdo sentimental (e minorizando, implicitamente, a sua mensagem política).

Também vale a pena assinalar a frequente inclusão de *Uncle Tom's Cabin* em colecções de carácter infanto-juvenil, como é o caso das traduções de 1995 e 2005, o que sucede em paralelo com adaptações ilustradas ou em banda-desenhada que também foram publicadas em Portugal no século XX. Isto sugere que, no contexto português, há uma certa tradição em que se vê *Uncle Tom's Cabin* como um romance para jovens ou para crianças. Esta *infantilização* de clássicos da literatura universal não é um fenómeno isolado: veja-se os casos de *Alice no País das Maravilhas*, de Lewis Carroll, ou de *As Viagens de Gulliver*, de Jonathan Swift, obras que são muitas vezes apresentadas como literatura infanto-juvenil, o que por vezes leva a uma adaptação ou simplificação dos seus conteúdos e que, naturalmente, tem efeitos na forma como os textos são traduzidos.

3.1.2. O caso de 1853

Uncle Tom's Cabin foi um *bestseller* a nível internacional que de imediato gerou traduções em várias línguas. Isto explica o facto de, apenas um ano depois da publicação da obra nos Estados Unidos, terem sido lançadas, pelo menos, quatro edições em português desta obra e sido produzidas, pelo menos, duas traduções diferentes⁴.

De um modo geral, as edições portuguesas de *Uncle Tom's Cabin* de 1853 caracterizavam-se do seguinte modo:

[A] predominância de edições voltadas a um público amplo, atreladas a colecções em suporte simples, vendidas em fascículos a baixo preço. Assim, o livro de Stowe aproveitou os novos formatos das colecções populares recém-surgidas em Portugal, que permitiram uma difusão do romance por públicos diversificados, parte significativa dele entrado há pouco no mundo da leitura. (Ferretti, 2016: 201)

O século XIX foi marcado por uma explosão do mundo editorial a que Portugal não foi alheio. De facto, o panorama literário português oitocentista caracterizava-se por ligações intensas com o estrangeiro, nomeadamente com Londres e Paris, cidades onde se publicavam e circulavam obras em várias línguas (incluindo o português) e que depois eram enviadas para todo o mundo. Como aponta Pascale Casanova, Paris era, nesta época, “the capital of

⁴ Esta conclusão baseia-se na investigação que foi feita e na análise de três das edições portuguesas de 1853 que foram encontradas, não se podendo excluir liminarmente a hipótese de existirem mais traduções do texto na época, a que não tivemos acesso.

the literary world, the city endowed with the greatest literary prestige on earth” (Casanova, 2004: 24). Esta cidade teve um papel fundamental na “publicação e circulação de impressos lusófonos em todo o mundo” (Cooper-Richet, 2009: 341), porque, além das editoras francesas que editavam e divulgavam publicações em português e dos periódicos em português aí sediados, nesta cidade estavam fixados “homens de letras e ciências, tradutores, directores de periódicos e artistas, tanto portugueses como brasileiros” que “ajudaram a tornar a cidade um pólo de difusão da cultura e da língua portuguesa e brasileira” (Cooper-Richet, 2009: 541). De facto, estima-se que na primeira metade do século XIX tenham sido impressos em Paris cerca de 300 mil livros em português (Cooper-Richet, 2009: 456). As traduções de obras e folhetins estrangeiros para português ocupavam uma posição de destaque, nomeadamente “a tradução das grandes obras da literatura romântica” (Cooper-Richet, 2009: 456), incluindo *Uncle Tom’s Cabin*.

Portanto, Portugal estava inserido numa cultura literária internacional, facilitada pela presença significativa de mediadores culturais portugueses em Paris que faziam a ligação entre as diferentes culturas, garantindo que chegavam a Portugal textos e ideias vindas do estrangeiro e que o país não ficava à margem dos fenómenos literários internacionais. A publicação de *Uncle Tom’s Cabin* é um bom exemplo disto: a obra foi publicada nos Estados Unidos em 1851 e depressa ficou disponível na Europa (sobretudo em Paris e em Londres), chegando a Portugal em 1853 ao Brasil nos anos seguintes. Num período em que os direitos de autor eram limitados ou inexistentes, a presença de várias traduções e edições diferentes de *Uncle Tom’s Cabin* na mesma cultura de chegada é um fenómeno comum a outros países europeus: por exemplo, existiram 11 edições em francês, 15 em espanhol e quatro na Rússia (Ferretti, 2016).

As traduções portuguesas

Neste trabalho consultaram-se e compararam-se três edições de *Uncle Tom’s Cabin* publicadas em Portugal em 1853, de forma a tentar estabelecer relações entre elas (isto é, saber se seriam versões diferentes ou reedições da mesma tradução) e, também, tentar perceber qual terá sido o texto de partida de cada uma delas.

A primeira tradução portuguesa de 1853 foi publicada em Lisboa pela Typographia Universal, tendo como título *A Cabana do Pai Thomé, ou Vida dos negros na América*. Trata-se de uma tradução anónima e, aparentemente, traduzida a partir da tradução francesa

de Émile de La Bédollière, que foi publicada em Paris em 1852. Note-se que a tradução de textos a partir do francês era uma prática comum em Portugal que perdurou até ao século XX – à época da publicação desta tradução, era habitual os textos em inglês serem traduzidos para português indirectamente através do francês.

Na realidade, a análise dos paratextos desta edição (que incluem o prefácio da tradução francesa, assinado por La Bédollière) e a comparação entre o texto e a versão final permitem-nos chegar a algumas conclusões interessantes.

Consideremos os seguintes exemplos, retirados dos Capítulos I, IV, XX e XLIV:

Exemplo 1

Late in the afternoon of a chilly day in February, two gentlemen were sitting alone over their wine, in a well-furnished dining parlor, in the town of P——, in Kentucky. There were no servants present, and the gentlemen, with chairs closely approaching, seemed to be discussing some subject with great earnestness. (Stowe, 1994: 1)

Par un jour glacial de février, à une heure avancée, deux gentlemen buvaient ensemble dans une salle à manger richement meublée d'une petite ville du Kentucky. Aucun domestique n'était présent, et les deux personnages, don't les chaises étaient rapprochées, semblaient s'occuper d'un sujet du plus haut intérêt. (Stowe, 1853d: 5)

Por um dia glacial de fevereiro, a uma hora adiantada, dois *gentlemen* estavam bebendo juntos numa casa de jantar ricamente mobilada de uma pequena cidade do Kentucky. Nenhum criado estava presente, e os dois personagens, cujas cadeiras estavam mui chegadas, pareciam ocupar-se de assunto do mais alto interesse. (Stowe, 1853c: 4)

Exemplo 2

The cabin of Uncle Tom was a small log building, close adjoining to “the house”, as the negro *par excellence* designates his master's dwelling. In front it had a neat garden-patch, where, every summer, strawberries, raspberries, and a variety of fruits and vegetables, flourished under careful tending. The whole front of it was covered by a large scarlet bignonia and a native multiflora rose, which, entwining and interlacing, left scarce a vestige of rough logs to be seen. Here, also, in summer, various brilliant annuals, such as marigolds, petunias, for-o'clocks, found an indulgent corner in which to unfold their splendors, and were the delight and pride of Aunt Chloe's heart (Stowe, 1994: 17).

La case du père Tom était un petit bâtiment en troncs d'arbres attenant à la principale habitation. Elle était précédée d'un jardin où venaient en abondance, grâce à une culture soignée, divers légumes, des fraises, des framboises et autres fruits. La façade était entièrement couverte de roisiers et de bignonias qui en dissimulaient la grossière construction. En été, des chrysanthèmes, des pétúnias, des volubilis et autres plantes annuelles troubaient moyen d'y étaler leurs fleurs, et faisaient les délices de la mère Chloé. (Stowe, 1853d: 18).

A cabana do pai Thomé era uma casinha construída de troncos d'árvores que ficava juncta á habitação principal. Era precedida por um jardim onde crescia em abundancia, graças a uma cultura esmerada, diversos legumes, morangos, framboesas e outros fructos. A fachada estava inteiramente coberta de roseiras e de bignómias que escondiam a sua grosseira construção. No verão, os chrysantemos, as petúnias, as volubiles e outras plantas de todo anno achavam meio de ahi desabrocharem as suas flôres, e faziam as delicias da mãe Chloé. (Stowe, 1853c: 9)

Exemplo 3

She was one of the blackest of her race; and her round shining eyes, glittering as glass beads, moved with quick and restless glances over everything in the room. Her mouth, half open with astonishment at the wonders of the new Mas'r's parlor, displayed a white and brilliant set of teeth. (Stowe, 1994: 206)

C'était une des plus noires de sa race. Ses yeux ronds, brillants comme des grains de verroterie, erraient avec une vivacité incessante d'objets en objets. Sa bouche, entr'ouverte par l'étonnement qui lui causaient les richesses du salon, déployait deux rangées de dents étincelantes (Stowe, 1853d: 172).

Era uma preta das mais negras da sua raça. Seus olhos redondos, brilhantes como grãosinhos de missanga, erravam com uma vivacidade incessante de objecto em objecto. Sua bocca, entre-aberta pelo espanto que lhe causavam as riquezas da sala, deixava ver duas ordens de dentes brilhantes. (Stowe, 1853c: 174)

Exemplo 4

It was on his grave, my friends, that I resolved, before God, that I would never own another slave, while it was possible to free him; that nobody, through me, should ever run the risk of being parted from home and friends, and dying on a lonely plantation, as he died. So, when you rejoice in your freedom, think that you owe it to that good old soul, and pay it back in kindness to his wife and children. Think of your freedom, every time you see UNCLE TOM'S CABIN; and let it be a memorial to put you all in mind to follow in his steps, and be as honest and faithful and Christian as he was. (Stowe, 1994: 380)

C'est sur sa tombe, mes amis, que j'ai résolu, devant Dieu, que je n'aurais plus d'esclaves; que je ne ferais courir à personne le risque d'être séparé de ses amis, e de mourir comme lui sur une plantation lointaine. Ainsi, quand vous vous félicitez de votre liberté, pensez que vous la devez à ce brave homme, et prouvez-lui votre reconnaissance en traitant avec égards sa femme et ses enfants. Songez à votre affranchissement toutes les fois que vous verrez la case du père Tom; qu'elle vous rappelle qu'il vous a laissé un exemple à suivre, et que vous devez tâcher d'être honnêtes, fidèles et chrétiens comme lui. (Stowe, 1853d: 316).

Foi sobre a sua sepultura, meus amigos, que eu tomei diante de Deos a resolução de não possuir mais um só escravo, afim de não fazer correr a pessoa alguma o risco de se vêr separado da sua família e dos seus amigos, e de morrer como elle! Assim pois, cada vez que vos alegrardes da vossa liberdade, lembrai-vos que é a elle que a deveis, e provai-

lhe o vosso reconhecimento pela vossa afeição para com sua mulher e seus filhos. Pensai na vossa liberdade, cada vez que virdes a Cabana do Pai Thomaz, e fazei por imita-lo nas suas virtudes! (Stowe, 1853c: 128)

Os primeiros três exemplos parecem indicar claramente que a tradução portuguesa é traduzida a partir da tradução francesa. Isto é evidente, por um lado, na omissão de passagens presentes no original, como por exemplo “in the town of P” ou “as the negro *par excellence* designates his master’s dwelling”. Por outro lado, a escolha de certas construções e opções de tradução portuguesa também segue a versão francesa, como por exemplo ao traduzir “seemed to be discussing some subject with great earnestness” como “pareciam ocupar-se de um assumpto do mais alto interesse”, que está muito mais próximo de “semblait s’occuper d’un sujet du plus haut intérêt”; e “moved with quick and restless glances over everything in the room” como “erravam com uma vivacidade incessante de objecto em objecto”, muito semelhante a “erraient avec une vivacité incessante d’objets en objets”.

No entanto, como se vê no quarto exemplo, nos capítulos finais da tradução começam a surgir diferenças notáveis entre a tradução portuguesa e a francesa, como, por exemplo, o facto de a primeira não incluir o Capítulo XLV – contendo as conclusões finais da autora – que está traduzido na versão francesa. Este exemplo, retirado do capítulo XLIV, demonstra que a tradução deste capítulo está bastante distante quer da tradução francesa, quer do texto original, como se verifica na última frase: “fazei por imita-lo nas suas virtudes”, que parece ter uma correspondência bastante tênue com “qu’il vous a laissé un exemple à suivre, et que vous devez tâcher d’être honnêtes, fidèles et chrétiens comme lui” mas também com “follow in his steps, and be as honest and faithful and Christian as he was”.

O que poderá explicar esta mudança súbita?

A análise das duas outras traduções portuguesas de 1853 – *A Cabana do Pai Thomaz ou a vida dos Pretos na América: romance moral*, da editora Rey e Belhatte (Stowe, 1853a) e *A cabana do pae Thomaz ou Os negros na América*, editada pela Typographia do Centro Comercial (Stowe, 1853b) pode trazer-nos algumas respostas.

Em primeiro lugar, verifica-se que estas são, de facto, duas edições diferentes de uma mesma tradução, distinguindo-se apenas por diferenças menores de ortografia, vocabulário e na numeração dos capítulos. Ou seja, a segunda tradução anónima é na verdade uma reedição da tradução de Francisco Ladislau Álvares d’Andrada.

Exemplo 4

Topsy was smart and energetic in all manual operations, learning everything that was taught her with surprising quickness. With a few lessons, she had learned to do the proprieties of Miss Ophelia's chamber in a way with which even that particular lady could find no fault. (Stowe, 1994: 216)

Topsy, como já dissemos, não carecia de habilidade, e aprendia tudo que lhe ensinavam com uma rapidez admirável. Bastou-lhe algumas lições para saber arranjar o quarto de Miss Ophélia com uma tal perfeição, que mesmo uma pessoa tão difícil como ella, não achava nada a notar-lhe. (Stowe, 1853a: 66)

Topsy, como já dissemos, não carecia de habilidade, e aprendia tudo que lhe ensinavam com uma rapidez admirável. Poucas lições lhe foram precisas para saber arranjar o quarto de Miss Ophélia com uma tal perfeição, que mesmo uma pessoa, tão difícil de contentar como ella, não achava nada a notar-lhe. (Stowe, 1853b: 107)

Topsy aprendia tudo o quanto lhe ensinavam com uma celeridade prodigiosa, e mostrava rara destreza para todas as operações manuaes. Em poucas lições, ficou sabendo arranjar o quarto de miss Ophélia, sem haver que lhe dizer. (Stowe, 1853c: 174)

Exemplo 5

Tears had fallen on that honest, insensible face, – tears of late repentance in the poor, ignorant heathen, whom his enduring love and patience had awakened to repentance, and bitter prayers, breathed over him to a late-found Saviour, of whom they scarce knew more than the name, but whom the yearning ignorant heart of man never implores in vain. (Stowe, 1994: 631)

Desgraçados e ignorantes pagãos, cujo tardio arrependimento o amor e a paciência da victima haviam despertado, deixavam cair as suas lagrimas sobre esse rosto insensível e, ajoelhados ao pé d'elle, elevavam as suas preces ao Senhor, cujo nome ha pouco ignoravam, e que a alma, ávida de consolação, nunca implora de balde. (Stowe, 1853a: 280)

Desgraçados e ignorantes pagãos, cujo tardio arrependimento o amor e a paciência da victima haviam despertado, deixavam cair as suas lagrimas sobre esse rosto insensível e, ajoelhados ao pé d'elle, elevavam as suas preces ao Senhor, cujo nome ainda há pouco ignoravam, e que a alma, ávida de consolação, nunca implora de balde. (Stowe, 1853b: 446)

[omitida]

Exemplo 6

There is no monument to mark the last resting-place of our friend. He needs none! His Lord knows where he lies, and will raise him up, immortal, to appear with him when he shall appear in his glory. (Stowe, 1994: 365)

Não há lousa, nem tumulto que signale o lugar aonde repousa o nosso amigo; mas elle não precisa d'isso! O seu Salvador sabe perfeitamente onde o seu corpo descança, quando vier o dia de o revestir da eterna gloria! (Stowe, 1853a: 285)

Não há lousa, nem tumulto que indique o lugar onde repousa o nosso amigo; mas elle não precisa disso! O seu Salvador sabe perfeitamente onde o seu corpo descança, quando vier o dia de o revestir da eterna gloria! (Stowe, 1853b: 453)

Não há lousa, nem tumulto que signale o lugar aonde repousa o nosso amigo; mas elle não precisa d'isso! O seu Salvador sabe perfeitamente onde o seu corpo descança, quando vier o dia de o revestir da eterna gloria! (Stowe, 1853c: 128)

Porém, quando comparamos esta tradução com a tradução da *Typographia Universal* (Stowe, 1853c), chegamos a duas observações interessantes. Primeiro, verificamos que as duas traduções são marcadamente diferentes ao longo da maior parte do texto – por exemplo, nos Capítulos I, IV e XX. Isto sugere que a tradução de Francisco d'Andrada não teve como base a tradução de La Bédollière.

No entanto, também é visível que os exemplos que identificámos nos últimos capítulos da tradução da *Typographia Universal* como sendo “diferentes” – isto é, que não correspondiam nem à versão francesa, nem ao texto original – são *iguais* aos últimos capítulos da tradução de Francisco d'Andrada, apesar de serem bastante condensados e de omitirem algumas passagens, como o parágrafo “Tears had fallen on that honest, insensible face”.

Exemplo 7

– Foi sobre a sua sepultura, meus amigos, que eu tomei diante de Deus a resolução de não possuir mais um só escravo, afim de não fazer correr a pessoa alguma o risco de se vêr separado da sua família e dos seus amigos, e de morrer como elle! Assim pois, cada vez que vos alegrardes da vossa liberdade, lembrai-vos que é a elle que a deveis, e provai-lhe o vosso reconhecimento pela vossa afeição para com sua mulher e seus filhos. Pensai na vossa liberdade, cada vez que virdes a Cabana do Pai Thomaz, e fazei por imita-lo nas suas virtudes! (Stowe, 1853a: 303)

Foi sobre a sua sepultura, meus charos amigos, que eu tomei, diante de Deus, a resolução de não possuir mais um só escravo, afim de evitar que pessoa alguma corresse o risco de se ver separado da sua familia e dos seus amigos, e morresse como elle! Assim, pois, no meio do vosso regozijo por haverdes recobrado a liberdade, lembrai-vos delle e, considerando que é a elle que a deveis, provai-lhe o vosso reconhecimento por uma devida afeição para com sua mulher e filhos. Pensai na vossa liberdade, cada vez que virdes a Cabana do Pae Thomaz, e fazei por imitar as suas exemplares virtudes! (Stowe, 1853b: 483-484)

– Foi sobre a sua sepultura, meus amigos, que eu tomei diante de Deos a resolução de não possuir mais um só escravo, afim de não fazer correr a pessoa alguma o risco de se vêr separado da sua família e dos seus amigos, e de morrer como elle! Assim pois, cada vez que vos alegrardes da vossa liberdade, lembrai-vos que é a elle que a deveis, e provai-lhe o vosso reconhecimento pela vossa afeição para com sua mulher e seus filhos. Pensai na vossa liberdade, cada vez que virdes a Cabana do Pai Thomaz, e fazei por imita-lo nas suas virtudes! (Stowe, 1853c: 128)

O facto de a tradução da *Typographia Universal* omitir o último capítulo do romance (tal como a tradução de d’Andrada e ao contrário da tradução francesa) é consistente com esta observação.

Isto sugere que a versão da *Typographia Universal* não teve sempre como texto de partida a versão francesa de *La Bédollière*, em que se baseia a maior parte da tradução: na realidade, esta edição usa a tradução de Francisco d’Andrada, e não a tradução francesa, mas apenas últimos capítulos do romance. Ainda assim, a edição da *Typographia Universal* é não pode ser considerada idêntica às outras duas edições portuguesas de 1853: é uma espécie de tradução híbrida, porque a maior parte do texto é uma tradução aparentemente original, feita a partir de uma tradução francesa, e o restante é uma cópia (com omissões) da tradução de d’Andrada.

Qual terá sido o texto de partida que Francisco d’Andrada utilizou para a sua tradução? A edição não revela quaisquer pistas sobre o assunto, mas a hipótese de ter sido traduzida a partir da versão de *La Bédollière* fica praticamente excluída. O tradutor parece indicar que o texto foi traduzido a partir do original, mas, face às diferenças entre o texto português e o inglês e tendo em conta o contexto da tradução em Portugal em 1853 (em que a tradução directa de inglês para português era rara), esta hipótese deve ser vista criticamente. Na realidade, é bem possível que a tradução de Francisco d’Andrada tenha sido, pelo menos, influenciada por textos que não o original, mais concretamente traduções para o francês. Note-se, por exemplo, o facto de d’Andrada viver em Paris e de aí ter publicado a sua tradução e a escolha de traduzir *Uncle* como *Pai*, que é consistente com várias traduções francesas, que optam pela mesma estratégia. No entanto, na impossibilidade de ter acesso a todas as versões francesas anteriores a 1853, não foi possível confirmar esta hipótese.

Em suma, em 1853 temos duas traduções portuguesas de *Uncle Tom’s Cabin*: a tradução de Francisco d’Andrada (com duas reedições diferentes) e a tradução “híbrida” da *Typographia Universal*.

É ainda de referir a existência de uma quarta edição, cujo título é *A cabana do Tio Thomaz ou A vida dos negros na América*, editada pela Typographia Urbanense. Contudo, não foi possível localizar a tradução e proceder à sua comparação com ambas as traduções identificadas, de modo a estabelecer com certeza se se trata de uma terceira tradução portuguesa de *Uncle Tom's Cabin*, de uma reedição de uma destas duas traduções, ou de uma mistura de ambas. Portanto, é possível que tenha existido pelo menos mais uma tradução portuguesa em 1853. Além disso, não podemos excluir a hipótese de haver mais edições ou traduções que ainda não foram identificadas.

Estas observações expõem bem as dificuldades em realizar história da tradução, ainda que num período relativamente próximo como o século XIX, numa área pouco explorada. Nem sempre é possível localizar e ter acesso a todas as traduções relevantes, sobretudo traduções estrangeiras. Portanto, a investigação está altamente dependente de catálogos de traduções elaborados por terceiros e de instituições que arquivam e disponibilizam (em pessoa ou digitalmente) as traduções mais antigas.

Por outro lado, fazer história da tradução é dificultado pelo facto de trabalharmos num período em que as traduções eram frequentemente publicadas de forma anónima, sem que se identificasse o texto de partida, e em que era habitual reeditar e copiar traduções sem indicar o nome do tradutor original. Além disso, a perspectiva dos tradutores e editores, que poderia explicar o porquê das suas decisões, perde-se no tempo. Em grande parte, estamos a trabalhar com meras conjecturas que criam mais questões e, neste sentido, as nossas hipóteses estão acompanhadas de um grande nível de incerteza, em que não se pode adoptar uma posição definitiva ou acrítica. A hipótese avançada por alguns autores de que teria havido quatro traduções portuguesas diferentes de *Uncle Tom's Cabin* publicadas em 1853 parece prematura, mas a verdade sobre as primeiras traduções deste texto só poderá ser estabelecida com um estudo mais aprofundado que envolva todas as edições da época.

3.2. A Tradução de 1853 de Francisco d'Andrada

3.2.1. Características da tradução

Uma das traduções que será alvo de análise nesta dissertação é, precisamente, a tradução de Francisco Ladislau Álvares d'Andrada. Esta tradução foi publicada em 1853, em Paris, pela editora francesa Rey e Belhatte, especializada no comércio de livros em português

(Ferretti, 2016), tendo como título *A Cabana do Pai Thomaz ou A Vida dos Pretos na América: romance moral*.

Trata-se de uma edição ilustrada, presumivelmente cara e dividida em dois volumes. A divisão dos capítulos corresponde à da edição original; contudo, existem pequenas diferenças: os capítulos XVII e XVIII são fundidos, e o capítulo XLV – em que a autora se dirige directamente aos leitores, apresentando as suas conclusões finais – é omitido, pelo que a tradução tem menos dois capítulos do que a versão original (43 no total).

Nesta versão, e ao contrário das restantes, o tradutor, Francisco Ladislau Álvares d’Andrada, aparece em destaque – para além do nome, a capa do livro inclui informações sobre a sua formação académica e carreira profissional.

Por outro lado, a tradução de Francisco d’Andrada também se destaca das outras traduções de 1853 por conter um conjunto relativamente alargado de elementos peritextuais que situam e contextualizam *Uncle Tom’s Cabin* e a sua tradução em português perante os leitores. De facto, o livro é precedido de uma dedicatória, um prefácio do tradutor, uma crítica da autoria de George Sand e uma nota biográfica sobre Harriet Beecher Stowe, que analisaremos em seguida.

A dedicatória

Esta tradução de *Uncle Tom’s Cabin* é dedicada ao Visconde de Sá da Bandeira. Francisco d’Andrada justifica esta dedicatória não por “lisonja” ou oportunismo, mas sim por esta lhe lembrar “as ideias generosas e os patrióticos sentimentos” de Sá da Bandeira, e como “testemunho público do respeito e veneração” que sente pelas virtudes deste.

Bernardo de Sá Nogueira de Figueiredo (1795–1876), um militar e homem político, foi uma figura maior do período da monarquia constitucional em Portugal. Mais conhecido por Sá da Bandeira, ele participou nas guerras liberais e pertencia à ala mais à esquerda do movimento liberal português. Também ocupou por cinco vezes a posição de presidente do Conselho de Ministros e foi o maior impulsionador da abolição da escravatura em Portugal.

Desta forma, o tradutor (independentemente das suas motivações pessoais) estabelece uma ligação entre *Uncle Tom’s Cabin* e o contexto político português na época, ao associar a sua tradução directamente a uma das figuras mais notáveis do liberalismo – um homem que se destacou pelas suas políticas de reforma nas colónias portuguesas e, de forma mais relevante para uma tradução *Uncle Tom’s Cabin*, foi o político português que esteve por trás

de grande parte da legislação que levou à abolição do tráfico de escravos e da escravatura no Império português, como veremos mais adiante.

O Prefácio do Tradutor

O Prefácio do Tradutor é um dos elementos mais interessantes desta edição, uma vez que nela o tradutor apresenta, nas suas próprias palavras, os motivos que impulsionaram a tradução e contextualiza a obra para o público português, influenciando deste modo possíveis leituras da mesma.

Francisco d'Andrada começa por referir o entusiasmo internacional gerado por *Uncle Tom's Cabin*, que se reflecte no grande número de vendas nos Estados Unidos e em Inglaterra e pelo seu apelo e popularidade transversais:

[N]ão houve um só jornal, político ou litterario, que d'ella não tratasse. Não houve casa aonde ella não penetrasse, nem homem, mulher, velho, ou criança, sabêndo ler, que ávidamente não a lesse. Os theatros já se ampararam d'ella, e os melhores romancistas não se tem dedignado imita-la. Não se vê, em fim, em Inglaterra (...) que o rótulo, em grandes letras: UNCLE TOM'S CABIN” (Andrada, 1853: VIII).

O tradutor relata também como esta “mesma voga, o mesmo furôr” se reflecte nas edições e traduções que disseminaram em vários países europeus, nomeadamente França, Alemanha, Itália e Espanha e afirma que começou a traduzir para português a obra assim que dela teve conhecimento, apresentando duas razões para a rapidez da tradução:

[N]ão só para que o meu paiz não ficasse atraz dos outros; mas porque não havia língua alguma em que ella conviesse melhor ser traduzida que na Portugueza, pois é nos paizes aonde ella se falla que se conservão, pouco mais ou menos, as mesmas interessantes scenas que Mrs. Harriet Beecher Stowe descreve com tão vivas côres. (Andrada, 1853: VIII–XIX)

Portanto, d'Andrada relaciona de forma directa a situação descrita em *Uncle Tom's Cabin* com o contexto português e lusófono e reconhece a importância de transmitir as mensagens anti-escravatura da obra para a língua portuguesa.

Seguidamente, d'Andrada cita uma “Analyse do Jornal dos Debates” em que se contextualiza mais aprofundadamente a recepção de *Uncle Tom's Cabin*. Este texto enfatiza os efeitos do livro, sobretudo a nível emocional, que fazem dele “talvez o golpe mais intenso que ainda se tenha dado n'essa impia instituição da escravatura”. Também assinala a especificidade de a obra ter sido escrita por uma mulher, sublinhando a importância das mulheres na “propaganda”. De facto, esta análise identifica a perspectiva feminina de *Uncle*

Tom's Cabin e ao seu apelo à emoção (um “grito da mulher e da mãe”) como um factor essencial do sucesso e da eficácia deste romance para alterar mentalidades face à escravatura:

Este livrinho (...) fará mais para a emancipação dos escravos, e para a abolição do tráfico da escravatura, que não têm feito todos os discursos, todos os sermões, todos os Tratados, e todos os cruzeiros. E porque? Porque falla não só á razão, mas aos corações e aos olhos. (Andrada, 1853: X)

Neste texto, destaca-se o sucesso de *Uncle Tom's Cabin*, sobretudo no que toca à humanização dos escravos, e é dada uma ênfase particular à dimensão religiosa do romance (“A única moral d’este livro é a do Evangelho”) e, principalmente, à figura do Pai Tomás como um herói cristão exemplar. No entanto, o autor faz uma ressalva sobre o conteúdo implicitamente político da obra, argumentando que Stowe “não pretende fazer, todavia, uma pregação democrática” e que o texto “devia manter-se sobre esse terreno puramente moral” (Andrada, 1853: XIII), o que sugere uma certa tendência para desencorajar o leitor a interpretar *Uncle Tom's Cabin* como um manifesto político em vez de, como sugere o subtítulo da tradução portuguesa, “um romance moral.”

Isto é um exemplo de como o texto de *Uncle Tom's Cabin* pode ser lido de diversas formas, destacando algumas das dimensões que coexistem no romance e menorizando outras, para atingir certos objectivos. Em alguns contextos, há uma vontade de sublinhar a dimensão do texto como um melodrama ou uma história de acção; noutros, há um foco nas questões políticas do texto, lendo-o como um objecto para promover a justiça social; noutros ainda, a dimensão moral e religiosa da obra tem maior predominância. Por exemplo, muitas das representações teatrais de *Uncle Tom's Cabin* focavam-se em momentos mais “dramáticos” como a fuga de Eliza ou a morte de Eva (Robbins, 2007:77). A tradução de Francisco d’Andrada, principalmente através do prefácio e da omissão do último capítulo do livro, encaixa-se nesta terceira categoria, visto que, de forma mais ou menos explícita, há uma tentativa de diminuir a relevância da mensagem política do texto e de distanciar as situações representadas da realidade da cultura de chegada.

De facto, as traduções, pelas suas características próprias, parecem ser um meio em que esta diversidade de leituras pode ser bastante visível. Como mencionam Bassnett e Lefevere (1990), “translation is manipulation”: a possibilidade de omitir passagens do texto, de o acompanhar de paratextos explicativos ou mesmo as escolhas relativas à edição podem servir para *empurrar* os leitores para uma determinada leitura da obra, consoante os objectivos subjacentes à produção da tradução.

O Prefácio apresenta o argumento de que a legalidade da escravatura nada tem a ver com a sua moralidade e de que as leis podem ir contra a moral e ter um efeito nocivo na sociedade. Com efeito, aqui apresenta-se *Uncle Tom's Cabin* como um exemplo da escravatura não apenas como um mal em si, mas como uma potencial origem de outros males, em que toda a sociedade está mais ou menos implicada.

Paradoxalmente, o Prefácio reconhece que o romance não é consensual “nos paizes onde a escravatura ainda existe” e argumenta que *Uncle Tom's Cabin* não é apenas um livro sobre a escravatura, mas sobretudo um romance religioso de apelo universal. Existe, portanto, uma tentativa explícita de promover *Uncle Tom's Cabin* junto de um público que não estaria necessariamente interessado em ler um romance abolicionista ou que não simpatizaria com a sua mensagem, suavizando qualquer impulso “revolucionário” que pudesse ser inspirado pelo romance.

Neste sentido, o Prefácio conclui com um posicionamento ambíguo, senão mesmo abertamente toleracionista⁵, quando tenta aplicar as razões do romance ao contexto da escravatura em território português.

A persistência da escravatura nos Estados-Unidos, contra a qual esta obra reclama, não pode ter ahi a mesma desculpa que no Brasil, e nas colónias Portuguesas, cujo estado physico e moral não se pode comparar com o daqueles. (Andrada, 1853: XVIII)

Cita-se um texto de um prefácio de uma edição inglesa na obra, em que se argumenta que até um abolicionista tem de aceitar que, em certos países, a abolição da escravatura seria um caso mais complexo e determinado pelas das circunstâncias, devido aos muitos “interesses capitaes” em jogo.

Logo, estamos perante um Prefácio em que o tradutor tenta influenciar a leitura do texto no espaço cultural português, partindo de uma visão ideológica específica em que o toleracionismo tem um peso importante. Francisco d'Andrada reconhece o mérito e a eficácia dos argumentos abolicionistas apresentados em *Uncle Tom's Cabin* e aceita a que a escravatura é intolerável do ponto de vista humano e moral. Contudo, o Prefácio dá mais relevo aos valores emocionais e religiosos da obra, deixando para segundo plano as suas implicações políticas. D'Andrada reconhece a urgência de trazer este livro para o contexto

⁵ A questão do toleracionismo é abordada mais a fundo na secção 3.2.4 deste trabalho.

português, mas distancia este mesmo contexto da situação norte-americana exposta por Stowe, admitindo o carácter distinto – e, implicitamente, desculpável – da escravatura no contexto lusófono, onde a abolição enfrentaria “dificuldades praticas” significativas. Logo, é uma visão que adopta teoricamente a posição moral de Stowe, mas não admite uma aplicação prática, no contexto português, da sua ambição radical de abolir a escravatura de forma universal e imediata.

Juízo da Obra por George Sand

Além do Prefácio, esta edição de *Uncle Tom's Cabin* também é precedida por um texto da escritora francesa George Sand que apareceu em edições francesas do romance, em que esta faz uma defesa do valor da obra e da figura de Harriet Beecher Stowe. Tecendo grandes elogios à autora – que descreve como “uma santa”, “um génio do bem”, “um coração forte e corajoso” –, Sand também confronta as críticas sobre a qualidade literária de *Uncle Tom's Cabin*. Apesar de reconhecer os “defeitos” do texto – “delongas, repetições, ou inabilidade” –, Sand argumenta que estes perdem importância face às emoções geradas pela leitura da obra.

A leitura de *Uncle Tom's Cabin* é, deste modo, apresentada como um conflito entre a razão e a emoção, em que a última sai sempre a ganhar. O livro é apresentado como familiar e acessível, independentemente do talento literário nele reflectido, cujo valor reside na sua “sinceridade”. Para Sand, “a arte conhece duas regras: mostrar, e commover” (Sand, 1853: XVIII) e ambos estes aspectos triunfam em *Uncle Tom's Cabin*. A escritora elogia ainda a representação das crianças e das personagens femininas no romance e a sua apologia da liberdade.

Portanto, estamos perante um texto em que se defende o valor literário e o apelo universal de *Uncle Tom's Cabin*. Apesar de este poder ser considerado “mal feito, segundo as regras do romance moderno em França”, considera-se que o seu sucesso é justificado e que é um texto digno de ser lido. O elogio de George Sand também tem o efeito de apresentar Harriet Beecher Stowe, uma autora ainda largamente desconhecida, legitimando-a aos olhos dos leitores franceses e, através da tradução, portugueses.

Nota Biográfica

No seguimento do elogio de George Sand, inclui-se uma breve apresentação da biografia de Harriet Beecher Stowe, que coloca uma ênfase particular nas suas origens familiares – sobretudo, a carreira do marido e do pai – e nos seus princípios cristãos. Também se faz referência à veracidade das cenas representadas no livro, que teriam sido testemunhadas “diariamente” pela autora quando estivera no Kentucky. A nota biográfica inclui ainda referência ao facto de Stowe ter “uma certa reputação litteraria, quando publicou esta ultima obra” e ao sucesso de *Uncle Tom’s Cabin* “que a elevou á mais alta posição que escriptor algum moderno ainda occupou” (Andrada, 1853: XXXII).

Em suma, Harriet Beecher Stowe é novamente apresentada aos leitores como uma verdadeira estrela do meio literário e alvo de admiração internacional. A autora também é situada no contexto de uma família proeminente no campo religioso e político, mas, curiosamente, esta nota aborda o percurso literário de Stowe sem mencionar a sua situação familiar ou condição de mulher e mãe. Por último, é de assinalar as referências à veracidade das cenas representadas no romance, como forma de sublinhar o realismo das situações expostas na obra.

Concluindo, estes textos que precedem a tradução propriamente dita podem exercer influência nos leitores, ao enfatizar certos aspectos do romance em detrimento de outros. De um modo geral, Francisco de Andrada procura adaptar este texto à cultura de chegada, contextualizando a mensagem abolicionista de Stowe face à realidade portuguesa e lusófona de 1853 e, deste modo, influenciando possíveis leituras do texto. Para atingir este objectivo, os elementos peritextuais que acompanham a tradução atribuem uma maior importância aos aspectos morais e religiosos da obra do que à sua dimensão política ou até à sua qualidade literária.

3.2.2. O tradutor

Segundo Anthony Pym, compreender uma tradução num contexto histórico implica compreender a subjectividade do tradutor, sobretudo no seu papel como intermediário num espaço intercultural. Isto torna-se mais relevante numa tradução em que este tem uma presença muito forte. É o caso de Francisco d’Andrada, que na sua tradução procura imprimir uma marca pessoal e ideológica própria, para influenciar as leituras da obra de Stowe, quer

através do Prefácio, quer das várias notas de rodapé que insere ao longo da tradução, em que tece observações e comentários pessoais sobre o texto.

A nível biográfico, sabe-se muito pouco sobre Francisco Ladislau Álvares d’Andrada. Na capa da tradução, este é apresentado como alguém com um percurso profissional e académico com alguma relevância:

Bacharel em Bellas-Letras e em Philosophia pela Universidade de Paris, Sócio da Academia das Ciências, Bellas-Lettras e Artes d’Orléans, Membro da Sociedade dos Antiquários de França, da de Estatística Universal, etc.

No seu *Dicionário Bibliográfico Português* (1859: 414), Inocêncio Francisco da Silva menciona que se trata de um autor e tradutor de várias obras do francês para português (nomeadamente, de Alexandre Dumas), referindo ainda este era empregado da secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Além disso, relata que d’Andrada esteve envolvido no jornal literário português *A Abelha*, que era publicado mensalmente em Paris.

No seu artigo de 1985, Rosa Esteves realizou uma investigação mais alargada, no âmbito dos Estudos Comparatistas, que nos permite ter acesso a dados mais concretos sobre a vida pessoal e profissional de Francisco d’Andrada. Sabe-se que nasceu em 1799, em Tavira, filho de pai militar. O seu percurso educativo inclui estudos no Seminário, uma passagem pelo exército e alegadamente estudos em Coimbra (apesar de, como aponta Esteves, o seu nome não constar dos livros de matrícula desta instituição), antes de se tornar membro do Corpo Diplomático em 1820 – o início de uma carreira “obscura”, “sinuosa” e “algo acidentada” (Esteves, 1985: 488). Terá estudado medicina em Paris, mas o título académico em Belas Letras e Filosofia que lhe é atribuído parece ser algo duvidoso.

Em paralelo com a carreira diplomática, Francisco d’Andrada teve uma carreira como autor, tradutor e editor. Foi responsável pela edição do periódico *A Abelha*, que pretendia “informar os seus compatriotas dos progressos da civilização que, em Paris e em Londres, o maravilhavam” (Esteves, 1985: 500), mas que, contudo, não teve grande divulgação. Também foi responsável pela autoria de várias obras literárias, como *A História de José de Faro* (adaptação livre do livro *Simon de Nantua ou le Marchand Forain*, de Laurent Jussieu) e uma antologia de textos de Benjamin Franklin – projectos que expressavam a sua “fé no constitucionalismo” (Esteves, 1985:500). Em 1836, d’Andrada cria, juntamente com a mulher, Catarina Douthat, um segundo jornal bilíngue, *L’Abeille*, dirigido a um público sobretudo feminino, que tem como missão “instruir e divertir as suas leitoras” (Esteves,

1985:506). Politicamente, Andrada terá adoptado um posicionamento ambíguo ao longo da vida, sobretudo durante as guerras liberais: “tentou sempre estar ao lado de quem detivesse o mando nos termos que mais directamente lhe pudessem trazer vantagens”, acabando por se afirmar como defensor do liberalismo (Esteves, 1985: 595) – o que, de resto, é consistente com as posições que expõe no Prefácio do Tradutor e com sua admiração por Sá da Bandeira.

A actividade de d’Andrada como tradutor começou a partir de 1838, enquanto este vivia entre Lisboa e Paris, e incluiu as seguintes obras: *A leitora ou uma loucura de rapaz*, de Jean-François Bayard (1838); *Picciola*, de Saintine (1847-48); *A Condessa de Charny*, de Alexandre Dumas (1854); *Pastoral do Arcebispo de Paris para desenvolver e confirmar o decreto do Concílio de Paris relativo à intervenção do clero nos negócios políticos* (1851); e, por fim, *A Cabana do Pai Tomás* (1853). A escolha das obras que d’Andrada traduziu e adaptou não terá sido aleatória, mas sim situada em princípios ideológicos de contribuir para o desenvolvimento intelectual do país e de nele introduzir ideias novas, vindas do estrangeiro. Como aponta Esteves:

Para além de necessidades económicas prementes e do permanente desejo de se notabilizar, as traduções que produz caracterizam-se, na nossa leitura, por dois propósitos bem definidos: instruir os leitores e configurar pela palavra, a imagem da França mítica que sempre o há-de acompanhar (Esteves, 1985: 514).

Assim, podemos concluir várias coisas a respeito de Francisco d’Andrada, sobretudo no seu papel como tradutor e mediador. Era um homem que “sempre viu Portugal com o olhar de Paris” (Esteves, 1985: 518) e que tentou influenciar a cultura e a sociedade portuguesa de forma concreta: um “intermediário” que tinha uma consciência ideológica e política importante (como revela no prefácio da sua tradução de *Uncle Tom’s Cabin*) e que influenciou de forma determinante no seu trabalho de tradutor, quer nas obras que escolheu traduzir, quer no modo como estas foram traduzidas.

Neste sentido, Francisco Ladislau Álvares de Andrade é um bom exemplo do tradutor enquanto mediador, situado num plano intercultural e cuja subjectividade e ideologia própria são causa das traduções que produz. Uma análise, ainda que breve, da sua carreira profissional e literária, bem como contexto histórico-social em que desenvolveu a sua actividade, permite-nos compreender melhor a tradução que produziu e as opções que nela se observam. Em conclusão:

No seu tempo, Francisco de Andrada desempenhou os seus deveres de “letrado” numa terra de poucas letras. Podemos incluí-lo no número dos intelectuais que segundo as

suas possibilidades e as suas luzes, foram determinados pela História e tentaram determiná-la, melhor ou pior, individual e colectivamente, quer disso tenham, ou não, tido consciência (Esteves, 1985:518).

3.2.3. Contexto histórico e social: Portugal e a escravatura em 1853

Tendo sido a primeira nação ocidental a ligar-se, de forma sistemática, ao comércio e exploração coerciva dos escravos africanos, Portugal foi uma das últimas a suprimirem as instituições escravistas. O que se explica pela dificuldade em lançar novas actividades coloniais que pudessem substituir os velhos interesses negreiros e, sobretudo, pelo quadro ideológico existente no país. Apanhado pela mudança de maré abolicionista desencadeada na Grã-Bretanha, Portugal viu-se obrigado, por força das circunstâncias impostas a partir do exterior, a cumprir um calendário de modernização filantrópica que não correspondia às suas necessidades materiais nem estava de acordo com as ideias vigentes no país. Basicamente toleracionistas, os portugueses procuraram compatibilizar o incompatível e foram-se arrastando num percurso ambíguo e sinuoso de resistência à supressão das instituições escravistas, percurso que inflectiram apenas quando a pressão externa abalou a honra nacional (Marques, 2004: 151).

A ideia de que Portugal foi um dos pioneiros na abolição da escravatura é um mito. De facto, a abolição da escravatura em Portugal foi um processo lento e tardio, que não resultou de um impulso interno, mas sim de uma resposta a pressões internacionais. Durante o século XIX, Portugal era muitas vezes visto internacionalmente como um factor de obstáculo e incumprimento no processo abolicionismo, uma reputação que, aliada ao seu papel no início do tráfico de escravos transatlântico, continua a perdurar nos dias de hoje.

No Capítulo 2, referiu-se que Portugal foi um dos primeiros participantes no tráfico transatlântico de escravos no século XV e a escravatura era parte integrante do Império Português. Na maior parte do mundo ocidental, a escravatura era uma componente normal da sociedade e este *status quo* – baseado num conjunto de argumentos filosóficos, religiosos, políticos e económicos – só começou a ser activamente questionado a partir de finais do século XVIII:

No último terço do século XVIII estava em curso no mundo ocidental uma profunda revolução ao nível das sensibilidades e das expectativas do progresso humano que induziu esse mundo a alterar radicalmente a forma como se perspectivava o escravo africano. (Marques, 2004: 128)

Ainda assim, esta evolução coexistia com um conjunto de argumentos que defendiam, ou pelo menos desculpavam, a manutenção ou o prolongamento da escravatura em certas circunstâncias. A posição mais moderada baseava-se no princípio do “toleracionismo”, que José Pedro Marques define como “o reconhecimento de que a escravatura era

indubitavelmente iníqua e desumana, mas ainda assim tolerável se razões políticas ou económicas o exigissem” (Marques, 2004: 129). Em termos práticos, o toleracionismo aceitava que a abolição da escravatura se desse de forma lenta e gradual, sem pôr em causa o desenvolvimento económico que se baseava nesta instituição.

O movimento abolicionista que se afirmou nos países anglo-saxónicos no início do século XIX, que se opunha à escravatura por princípios religiosos, morais e até económicos (uma crença na superioridade do trabalho livre) e defendia a sua abolição imediata, era um movimento minoritário. A sua ascensão ao *mainstream* político e social deveu-se em grande parte a uma campanha propagandística sem precedentes, iniciada no Reino Unido e promovida pelas primeiras sociedades abolicionistas.

Relativamente à libertação dos escravos, Portugal também teve um percurso lento, que ocorreu por fases. Em 1761, o Marquês de Pombal proibiu que se introduzissem novos escravos em Portugal e nas ilhas e, em 1773, legislou-se a libertação de todos os escravos importados. Contudo, esta legislação não se aplicou às colónias. De facto, em finais do século XVII e meados do século XIX, o Império Português “intensified its commitment to slavery” e mais de um milhão de escravos foram transportados de África para o Brasil entre 1810 e 1829 (Drescher, 2009: 401). Ainda segundo Drescher (2009: 217), isto causou “no public discussion whatever in Portugal, its African colonies, or Brazil” relativamente à escravatura. De facto, depois da independência do Brasil as elites políticas viraram-se com mais atenção para as colónias africanas, aumentando a dependência dos escravos (Lucas, 1993: 303): “The Portuguese wanted to be allowed to continue slavery in Africa to offset their anticipated revenue losses from abolition of the slave trade to Brazil” (Drescher, 2008: 563).

A Inglaterra aboliu o tráfico de escravos entre 1805 e 1807 e emancipou os seus escravos em 1838 e, posteriormente, tentou expandir este impulso abolicionista aos restantes países do mundo, incluindo Portugal. No seguimento disto, em Portugal começa a surgir legislação no sentido de abolir o tráfico e, posteriormente, a escravatura: em 1810, restringe-se o tráfico de escravos a sul do Equador e em 1836, o tráfico foi definitivamente ilegalizado, mas estas leis nem sempre eram cumpridas: “As leis respeitantes ao tráfico (...) acabaram por tornar-se letra morta, em grande parte devido à falta de meios para as fazer cumprir” (Lucas, 1993: 296). A sul do Equador, o tráfico continuou a acontecer até 1860.

Apologetic literature registered a retreat to gradualism. Acknowledging the moral reprehensibility of the slave trade and the institution of slavery, the Portuguese pressed for some negotiated time period of tolerance, and refused to discuss any time frame at all on the ending of slavery. Plenty of ideological space was allowed to accommodate both clandestine slavers and nominally antislavery liberals. Abolitionist voices were virtually absent from the small Portuguese political class. There were no emotional appeals to the horrors of the slave trade. (Drescher, 2009:413-414).

Dada esta tendência para abolir a escravatura apenas de forma gradual e ao reduzido impacto de movimentos abolicionistas, só a partir da década de 1830, com Sá da Bandeira, é que surgiram as primeiras tentativas de abolir legalmente a escravatura.

É certo que a partir da década de 1850 as Cortes foram aprovando leis emancipacionistas, mas essas leis correspondiam, no essencial, aos desejos dos que se opunham à abolição e, sob a aparência da inovação e do triunfo, mantiveram a essência escravista. Através de diferentes mecanismos, os escravos foram convertidos em libertos que, por sua vez, continuaram sujeitos a regimes de trabalho obrigatório. (Marques, 2004: 134-135).

A abolição plena só foi legislada em 1875, numa lei que estabelecia que os escravos libertados “ficariam livres, mas sujeitos sob a tutela pública até Abril de 1878”, um processo designado por *regulamentação do trabalho* (Marques, 2004: 135). Este período de “transição” devia-se à impossibilidade de pagar indemnizações aos proprietários de escravos (Lucas, 1993: 303).

De um modo geral, no nosso país, o movimento abolicionista teve uma expressão muito reduzida entre as elites e na sociedade civil, fortemente marcada pelo toleracionismo, e contava com a oposição das burguesias coloniais, elites que lucravam com o tráfico e a escravatura (Lucas, 1993: 296). Consequentemente, a abolição do tráfico e da escravatura só se afirmou politicamente no nosso país de forma relativamente tardia, influenciada por pressões externas (sobretudo da Grã-Bretanha) e pela necessidade de defender o prestígio nacional no estrangeiro.

Portanto, em 1853 – quando surgem as primeiras traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin* –, o abolicionismo não era um movimento com expressão significativa em Portugal, ao contrário do que acontecia no espaço de influência britânica. Além disso, a escravatura tinha sido abolida em Portugal continental e nas ilhas já no século XVIII, pelo que se supõe que a maioria dos portugueses, ao contrário dos habitantes dos Estados Unidos, não tinha um contacto ou envolvimento directo com a realidade do tráfico e da escravatura praticada nas colónias. Politicamente, a primeira metade do século XIX português ficou marcada pelas invasões francesas, a independência do Brasil, uma guerra civil, as revoluções liberais e uma

enorme instabilidade política e social. Neste quadro geral, a questão da escravatura não era considerada tão urgente como em outros países.

É difícil julgar se esta tradução (ou as traduções de 1853, no seu conjunto) teve um impacto significativo na opinião pública ou sociedade portuguesa. De qualquer modo, os possíveis impactos emocionais da leitura do romance não se traduziram numa movimentação social ou política significativa. Como demonstra o próprio Prefácio do tradutor, o toleracionismo vigente e as diferentes condições da escravatura praticadas pelos portugueses – em comparação com a situação norte-americana – dificultavam a adopção na cultura de chegada da mensagem abolicionista intransigente que era defendida por Stowe. Se a opinião pública portuguesa foi afectada por este livro, isto não teve consequências directas. Como vimos, os ideais abolicionistas só se concretizaram plenamente em Portugal, em termos legais, cerca de vinte anos depois da primeira publicação em português de *Uncle Tom's Cabin*.

No entanto, é interessante apontar que esta tradução teve impacto no considerável no Brasil, onde a escravatura só foi abolida em 1888. Neste país, *Uncle Tom's Cabin* só foi traduzido e publicado tardiamente as edições do livro chegavam a ser apreendidas pelas autoridades (Ferretti, 2016). A tradução de Francisco d'Andrada foi das primeiras a chegar ao Brasil e continuou a ser publicada e posta à venda nas décadas seguintes (Ferretti, 2016), vindo a ter um papel importante na recepção de *Uncle Tom's Cabin* neste país. Assim, estamos perante uma tradução que tem um carácter transnacional e transcultural, bem como um tempo de vida relativamente duradouro.

3.3. A tradução de 2005

3.3.1. Características da tradução

Esta tradução de *Uncle Tom's Cabin* tem como título *A Cabana do Pai Tomás* e foi publicada em 2005 como parte da colecção infanto-juvenil Geração Público. Trata-se de um volume único, que não contém ilustrações nem elementos peritextuais, à excepção da ilustração da capa e dos textos das badanas, que expõem brevemente a importância histórica e cultural da obra. A tradução é identificada como sendo da autoria da Languagest, uma empresa de tradução, pelo que, para todos os efeitos, se trata de uma tradução anónima.

Nos pequenos textos das badanas, é feita uma breve apresentação de *Uncle Tom's Cabin*. Este é apontado como um dos “factores impulsionadores” da Guerra Civil Americana, por ter contribuído para a “expansão do movimento abolicionista” e propiciado o “confronto entre [os seus adeptos] e os seus detractores”. É ainda mencionada a sua popularidade nos dois lados do Atlântico e o facto de ter sido traduzido em vários idiomas.

Relativamente ao conteúdo, é referido que se caracteriza por uma combinação de “drama”, “tragédia” e “escrupuloso realismo”, que se aliam para “emocionar vivamente o leitor e destacar a gravidade da terrível situação social da época”, ou seja, a situação dos escravos. O conteúdo emocional do romance também é sublinhado na capa do livro: “[d]aí a tremenda importância deste romance, que nos recorda quão arbitrária é a alma humana, pois nela pode nascer a mais pavorosa crueldade ao lado da compaixão sincera”.

Portanto, nesta tradução de 2005, *Uncle Tom's Cabin* é apresentado, simultaneamente, como o testemunho de um passado negro e como um texto com um impacto político e social concreto e historicamente relevante. Neste sentido, estamos perante uma edição que sublinha os aspectos históricos e sociológicos, e não literários, da obra. O estatuto canónico de *Uncle Tom's Cabin* reside, segundo esta perspectiva, não necessariamente na sua qualidade literária – apesar de certos aspectos da narrativa serem elogiados, como por exemplo a representação que a autora faz do “jargão dos escravos negros” –, mas, sobretudo, no seu poder para afectar as emoções do leitor e expor uma realidade histórica que se considera importante conhecer, mesmo no início do século XXI. Ou seja, há uma *historização* da obra, que não é vista “apenas” como um texto literário, mas sim como um testemunho de uma realidade histórica concreta, um aspecto que é determinante para a sua importância no sistema literário português.

3.2.2. A anonimato do(s) tradutor(es) – a Languagest

Esta tradução destaca-se pelo facto de, ao contrário de todas as traduções publicadas desde 1933 – e até da tradução de 1853 –, a identidade do tradutor ou tradutores ser desconhecida. Em vez disso, a tradução é atribuída à Languagest, uma empresa sediada no Porto.

Esta empresa fornece uma variedade de serviços linguísticos em vários idiomas, como aulas de línguas, formações para empresas e traduções. O seu Gabinete de Traduções, em actividade desde 1999, “colabora com uma vasta equipa de tradutores especializados em trabalhos literários e técnicos” (Languagest, 2017) e oferece ainda serviços de interpretação simultânea e consecutiva. Entre os tipos de textos traduzidos pela empresa, incluem-se obras literárias, manuais técnicos, publicações científicas, websites, conteúdos jurídicos, entre outros⁶.

Não se sabe porque é que esta tradução de *Uncle Tom’s Cabin* é atribuída a uma empresa e não a um tradutor ou equipa de tradutores. Isto não acontece com outros volumes da mesma colecção, traduzidos de inglês ou francês, por exemplo, em que os tradutores são identificados. O *Público*, tal como outros jornais, publica frequentemente colecções de livros dedicadas a vários temas, muitos dos quais são traduções, mas não parece ter uma política concreta sobre as traduções que são escolhidas para incluir nesta colecção ou sobre a decisão de reutilizar traduções anteriores⁷.

Também se desconhece a razão por que se realizou uma tradução nova em 2005, quando à época já existia uma tradução relativamente recente, de Maria João Bento, publicada em 2001 pela Europa-América. A decisão de retraduzir a obra poderá explicar-se precisamente por questões de direitos de autor – seria mais fácil, em termos financeiros, encomendar uma retradução de uma obra que pertence ao domínio público do que adquirir os direitos para republicar uma tradução contemporânea pré-existente.

Ainda assim, esta situação é inusitada porque, no início do século XXI, este tipo de “anonimato” dos tradutores literários é invulgar em Portugal. De facto, o *Código do Direito*

⁶ A empresa não respondeu a pedidos de informação sobre as suas políticas internas e sobre esta tradução específica.

⁷ Quando contactado, o *Público* também não forneceu informações sobre esta questão.

de Autor e dos Direitos Conexos (2008) estabelece regras relativas aos direitos dos tradutores sobre as suas traduções, incluindo a obrigação de estes serem identificados nas obras publicadas – portanto, a publicação de traduções anónimas (como as traduções de 1853, que analisámos anteriormente) não seria possível em 2005.

No Artigo 27.º, esta lei classifica como “obras equiparadas a originais” as “traduções (...) de qualquer obra, ainda que esta não seja objecto de protecção”; além disso, “[p]resume-se autor aquele cujo nome tiver sido indicado como tal na obra, conforme o uso consagrado, ou anunciado em qualquer forma de utilização ou comunicação ao público”. Por outro lado, segundo o Artigo 29.º, “[o] autor pode identificar-se pelo nome próprio, completo ou abreviado, as iniciais deste, um pseudónimo ou qualquer sinal convencional.” No caso concreto das traduções, o Artigo 171.º estabelece ainda que:

O nome do tradutor deverá sempre figurar nos exemplares da obra traduzida, anúncios do teatro, nas comunicações que acompanhem as emissões de rádio e de televisão, na ficha artística dos filmes e em qualquer material de promoção.

É certo que a norma EN 15038 de 2006 (e, mais recentemente, a norma ISO 15038 de 2015), que procura uniformizar e estabelecer critérios de qualidade para o sector da tradução, substitui o conceito de tradutor por *Translator Service Provider (TSP)* (ICS, 2004), criando a possibilidade de a autoria das traduções ser atribuída a empresas ou instituições. Deste modo, o facto de o autor da tradução ser identificado como uma empresa satisfaz quer as normas de qualidade relativas às traduções, quer a obrigatoriedade legal de identificar o autor da tradução. Portanto, neste caso específico o “autor” legal do texto é a Languagest, e não o indivíduo ou indivíduos que realizaram de facto a tradução. Por outro lado, é habitual os tradutores cederem os direitos de autor das suas traduções às editoras – nomeadamente, o direito de reeditar as traduções –, pelo que é possível que, neste caso, o detentor dos direitos de autor da tradução seja a editora Público Comunicação Social, S.A.

Que ilações se poderão retirar deste tipo “anonimato” do tradutor? Há várias hipóteses possíveis que poderão explicar as razões por que a tradução é atribuída à Languagest e não a um tradutor ou tradutores específicos. Por exemplo, isto poderá revelar que se trata de uma tradução “feita a várias mãos” por vários tradutores ou mesmo ocultar que se trata de uma readaptação de uma tradução pré-existente. Num cenário mais negativo, poder-se-á inferir aqui que que a empresa em questão recorre a serviços externos e trata a tradução literária da mesma forma que outras traduções (jurídicas, económicas, técnicas), em que não é habitual

incluir o nome do(s) tradutor(es), e que desta forma garante ser a “autora” legal da tradução e detentora dos seus direitos (que poderá, ou não, vender aos seus clientes).

Em suma, está aqui patente o estatuto marginal do tradutor que continua a ser realidade no nosso país no século XXI, numa espécie de aplicação literal do conceito de *invisibilidade do tradutor* concebido por Lawrence Venuti em 1995. Apesar de em Portugal as traduções estarem sujeitas a direitos de autor e de existir no nosso país uma legislação que regulamenta esta actividade e que estabelece critérios relativamente a como e quando o nome do tradutor (ou do TSP) deve ser identificado na tradução, na prática, continua a haver no nosso país traduções em que a identidade do tradutor individual não é revelada, por estar atribuída a empresas de tradução ou mesmo a editoras – ou seja, ainda se publicam “traduções anónimas”, inclusivamente de obras literárias.

Esta situação também pode ser reforçada pelo facto de esta tradução se apresentar como uma obra infanto-juvenil. Como refere Paiva (2014), as traduções de literatura infanto-juvenil em Portugal sofrem uma *dupla marginalização*, devido à posição marginal do texto de chegada (pelo facto de ser uma tradução) e, ao mesmo tempo, da posição inferior da literatura infanto-juvenil nos sistemas literários.

Assim, e em comparação com outras traduções – inclusivamente, as traduções mais próximas, como a de 2001, de Maria João Bento –, estamos perante uma tradução em que a individualidade e a subjectividade do tradutor está marcadamente ausente ou, pelo menos, oculta, e em que este é substituído por uma entidade impessoal. O facto de se tratar de uma edição barata, promovida por um jornal, sugere que esta tradução possa ter sido sujeita a condicionantes editoriais económicas que afectaram o trabalho e o estatuto do tradutor. Neste sentido, estamos perante uma tradução que reflecte, de forma mais ou menos transparente, a marginalização dos tradutores e o estatuto ainda precário da tradução em Portugal. No caso concreto deste trabalho, o facto de não se saber quem é o tradutor tem implicações quando se pretende analisar a tradução, sobretudo o ponto de vista histórico.

O que fazer para contrariar esta situação? Talvez seja necessário um estatuto jurídico do tradutor mais abrangente e actualizado, que promova a identificação do tradutor enquanto autor da tradução. No entanto, o facto de isto nem sempre acontecer também é responsabilidade das empresas de tradução e, talvez de forma mais relevante, das próprias editoras e outras instituições. Quando há jornais, como o *Público*, que promovem traduções literárias sem identificar o seu autor, estão a contribuir para reforçar a ideia do tradutor como

um mero técnico, cuja subjectividade não é importante para o texto. Em última análise, isto pode vir a ter efeitos negativos na qualidade das traduções, ao não se considerar o tradutor como um especialista. Logo, esta situação demonstra que é necessário haver uma maior consciencialização da complexidade do processo de tradução e do papel tradutor como co-autor do texto, principalmente no contexto das traduções literárias.

3.3.3. Contexto histórico-cultural: Porquê traduzir agora?

Num tempo em que o imaginário dos mais novos é, sobretudo, influenciado pela magia dos filmes de ficção científica ou dos jogos de computadores, os clássicos da literatura juvenil correm cada vez mais o risco de desaparecer das estantes das livrarias. E, com eles, todos os heróis e aventuras que, durante anos, despertaram o gosto pela leitura e foram uma “porta” para gentes e lugares desconhecidos. Esta foi, por isso, a principal razão pela qual o PÚBLICO, ao longo de quase um ano, se aventurou na edição de obras de alguns dos maiores escritores de sempre — de Mark Twain a Júlio Verne, passando por Alexandre Dumas ou Charles Dickens. (Colecção *Geração Público*, 2005)

Esta retradução faz parte da colecção *Geração Público*, uma colectânea de clássicos da literatura dirigida a um público infanto-juvenil e promovida por um jornal. A esta colecção, que conta com 35 volumes com capas ilustradas, pertencem obras canónicas de autores internacionais de prestígio como Charles Dickens, Alexandre Dumas, Mark Twain ou Victor Hugo e obras como *A Volta ao Mundo em 80 Dias*, *As Viagens de Gulliver*, *Moby Dick* ou *Mulherzinhas*. A colecção inclui ainda um volume que consiste num “Guia de Leitura”, composto por textos introdutórios que explicam os objectivos da colecção (sobretudo, a relevância destas obras para os jovens contemporâneos) e a importância literária dos “clássicos” nela incluídos, além de todos os artigos publicados no jornal sobre cada uma das obras, em que estas são contextualizadas de uma forma mais aprofundada.

A inclusão de *Uncle Tom’s Cabin* nesta lista revela, portanto, que, no início do século XXI esta obra readquiriu um prestígio considerável no contexto literário português: é considerada parte integrante do cânone literário internacional, ao ponto de ser apontado como uma obra “obrigatória” para os leitores mais jovens.

Neste sentido, os objectivos da tradução são bastante diferentes dos da tradução de 1853. Em 2005, *Uncle Tom’s Cabin* já não é apresentado como um romance política ou socialmente pertinente. Em vez disso, faz parte de uma colecção literária descrita do seguinte modo:

Livros que nos transportam para o plano da aventura da fantasia, da descoberta e da ficção, apelando à imaginação de cada leitor para criar as imagens, as personagens e os cenários. (Colecção *Geração Público*, 2005)

Por outro lado, esta edição de *Uncle Tom's Cabin* não inclui, à excepção da contracapa e das badanas, elementos peritextuais significativos. Tendo em conta as características do texto e da colecção em que esta tradução se insere, poderia ser expectável a presença de materiais introdutórios ou explicativos sobre a importância histórica e literária da obra, que pudessem orientar os leitores ou facilitar a interpretação de aspectos potencialmente problemáticos, como o conteúdo racista do texto. Em vez disso, esta contextualização foi feita através de um ensaio publicado no jornal e incluído noutra volume da colecção, o *Guia de Leitura*.

Este texto, da autoria de José Vítor Malheiros, apresenta a “vida atribulada” de *Uncle Tom's Cabin*: aborda o percurso histórico deste *bestseller* internacional e explica que foi “causa directa” do fim da escravatura, mencionando que “o livro foi caindo gradualmente no esquecimento e só voltaria ao primeiro plano após a Segunda Guerra Mundial, para conquistar um lugar cativo no panteão dos ‘grandes romances americanos’” (Malheiros, 2005: 301-302). É feita uma biografia de Harriet Beecher Stowe em que se referem os motivos que impulsionaram a escrita do romance, nomeadamente a *Fugitive Slave Law* e “uma visão (...) em que à frente dos seus olhos viu desfilar o martírio e morte do Pai Tomás” (Malheiros, 2005: 302).

O estilo da obra também é abordado de forma directa, procurando contextualizá-lo perante os leitores do século XXI. Malheiros descreve o texto como “[m]isto de romance e panfleto”, “cheio de interpelações lacrimogéneas ao leitor (...) fórmulas de fervor religioso que datam o texto e podem tornar a leitura fastidiosa”, referindo mais concretamente o seu pesado conteúdo religioso (Malheiros, 2005: 302-303). Ainda assim, é feito o elogio à “viva caracterização dos seus personagens”, que torna *Uncle Tom's Cabin* uma “obra poderosa, que se lê com inevitável adesão” (Malheiros, 2005: 303).

Malheiros também aborda o paralelo entre o papel de *Uncle Tom's Cabin* na consciencialização dos americanos acerca dos males da escravatura e as leituras de críticos posteriores, sobretudo do movimento dos direitos civis nos anos 60, que a viam “como uma obra racista e perpetuadora da submissão dos negros” (Malheiros, 2005: 303). É ainda mencionada a figura do Uncle Tom (“nos EUA, o mais violento insulto que se pode lançar a um negro”) em contraste com a sua representação no romance:

[N]ão um líder revoltoso, um Spartacus, como queria o movimento negro americano, mas um mártir, dócil e piedoso, que aceita todos os castigos como penitências e que perdoa a todos os seus inimigos. Tomás é um homem de extrema nobreza, sem uma réstia de servidão, com uma coragem física e uma abnegação suprema, que reconhece a ignomínia da escravatura e que não a aceita de forma alguma, mas que recusa a violência como forma de resistência e que é incapaz de mentir mesmo ao mais vil dos homens – não por medo, mas por respeito a si próprio. Tomás é um santo, quando os negros americanos do século XX buscavam um herói. (Malheiros, 2005: 303-304)

Finalmente, este texto inclui ainda informações sobre a biografia e a carreira literária de Harriet Beecher Stowe e um resumo sobre as adaptações de *Uncle Tom's Cabin* para cinema e televisão.

Logo, estamos perante um texto introdutório que sublinha a importância histórica de *Uncle Tom's Cabin*, apresentando-o (de modo algo hiperbólico) como “o livro que levou ao fim da escravatura americana”, referindo a popularidade da obra e o seu simbolismo no movimento abolicionista. Também se mencionam as polémicas envolvidas na história do texto, fazendo referências claras à questão da representação dos negros em *Uncle Tom's Cabin* e às diferentes visões críticas de que a obra foi alvo ao longo dos anos e, em particular, da figura do “Uncle Tom” como um estereótipo pejorativo. Além disso, este texto também interpela as diferentes expectativas dos leitores do século XXI que irão ler a tradução, preparando-os para interagir com o estilo do texto. Malheiros admite que se trata de um texto “datado” que poderá não agradar aos gostos dos leitores contemporâneos, sobretudo pela sua grande carga religiosa.

No entanto, esta abordagem tão enriquecedora – no sentido em que oferece uma contextualização da obra aos leitores – não está presente na edição do livro propriamente dito, mas apenas como material de apoio inserido na colecção promovida pelo jornal. Assim, é de supor que muitos dos leitores desta tradução não tenham acesso ao texto explicativo de José Vítor Malheiros, perdendo-se a oportunidade de, simultaneamente, contextualizar a obra e orientar as expectativas dos leitores e, deste modo, aprofundar a sua compreensão do valor global do texto.

Em suma, esta tradução de 2005 apresenta *Uncle Tom's Cabin* como um texto de referência no cânone da literatura mundial, do ponto de vista da cultura portuguesa, mas, simultaneamente, apresenta-o como um “Clássico Juvenil”, apropriado a leitores de idades mais jovens, sublinhando a dimensão histórica (e, conseqüentemente, didática) do texto. Desta forma, esta edição revela uma certa *infantilização* da obra de Harriet Beecher Stowe,

ao reposicioná-la como uma obra destinada a leitores mais jovens – o que, como veremos, tem repercussões na tradução da obra.

Esta infantilização também se faz sentir porque, apesar dos objectivos aparentemente didáticos da Colecção em que se insere, esta tradução de *Uncle Tom's Cabin* é apresentada de forma praticamente não mediada. Cria-se assim uma certa incoerência nos objectivos desta edição. Por um lado, as complexidades do texto de partida – reconhecidas e discutidas no texto de José Vítor Malheiros – não são apresentadas na edição propriamente dita: um “apagamento” que pode contribuir ainda mais para a infantilização da obra, afastando potenciais leitores adultos ou impedindo leituras mais aprofundadas do texto. Por outro lado, o facto de esta edição se destinar a leitores jovens que, pelo menos teoricamente, estariam menos familiarizados com um texto destas características e que teriam mais dificuldades em o ler criticamente, poderia criar a necessidade de existir essa mediação, ainda que de formas mais adaptadas ao público-alvo da tradução.

A ausência de paratextos é uma opção curiosa, pelo menos tendo em conta as traduções anteriores, que reconhecem a necessidade de introduzir paratextos para contextualizar o texto de Stowe: por exemplo, a tradução de 2001 inclui um breve prefácio em que se discute a história da obra e a sua importância cultural. Em qualquer dos casos, esta ausência não facilita interpretações críticas e informadas da importância histórica da obra nem procura confrontar as expectativas dos leitores modernos com o estilo e o conteúdo do texto, e, consequentemente, pode ter efeitos na recepção desta tradução.

4. Análise comparativa das traduções

4.1. Visão geral

A um nível macro, as duas traduções escolhidas apresentam diferenças claras entre si. O vocabulário e a ortografia são as diferenças mais imediatas, ilustrando bem as enormes transformações que ocorreram no período de 150 anos que separa os dois textos. No entanto, uma análise mais aprofundada das traduções permite-nos identificar outras diferenças.

Ambas as traduções reflectem o contexto histórico em que foram produzidas e os diferentes objectivos que estiveram na base do impulso de tradução. As diferenças entre elas estão directamente relacionadas com a evolução das normas de tradução na cultura de chegada e com o estatuto do texto de partida, uma vez que as estratégias que cada um dos tradutores adopta se adequam às expectativas que existiam em 1853 e em 2005 relativamente ao que constitui uma tradução. Além disso, a forma como o texto é traduzido reflecte mudanças mais profundas, a nível ideológico e social, na cultura de chegada. Porém, apesar da distância cronológica que separa estas duas versões de *Uncle Tom's Cabin*, é possível identificar ligações entre elas.

Como vimos anteriormente, a tradução mais antiga, de Francisco d'Andrada, é uma tradução com objectivos ideológicos, políticos e até educativos muito claros. Nela, o tradutor estabelece um diálogo directo com os leitores, como se comprova pelos paratextos incluídos na edição e pelas intervenções constantes do tradutor, nomeadamente através de notas de rodapé em que este insere explicações e comentários.

Em contrapartida, a tradução mais recente, da Linguagest, adopta outras estratégias, o que revela mudanças no estatuto do romance e no papel do tradutor, mas também na sociedade portuguesa e mostra como os temas presentes no texto são abordados de forma distinta em 2005. Esta retradução, apesar de poder ser vista como a tradução portuguesa mais “actualizada”, também não deixa de revelar influências das traduções precedentes, que condicionaram a posição de *Uncle Tom's Cabin* no sistema literário português. Trata-se de uma tradução que não ignora o passado – de maneira mais óbvia, pela forma como mantém o título tradicional da obra em Portugal e, conseqüentemente, o nome do protagonista da história e que constitui uma ligação directa às primeiras traduções, de 1853. Neste sentido, esta versão, que traduz *Uncle Tom's Cabin* de acordo com as expectativas dos leitores

portugueses modernos, é influenciada por traduções anteriores e, por sua vez, poderá vir a influenciar de maneira directa as retraduições futuras.

Tendo em conta as limitações de uma dissertação de mestrado, não seria possível comparar mais do que duas traduções, nem a totalidade das duas traduções escolhidas. Portanto, foi necessário restringir ainda mais os textos que se iriam analisar comparativamente – entre si e com o texto original – de forma a obter um *corpus* adequado às características e aos objectivos do presente trabalho. Portanto, foram escolhidos três capítulos da obra que, genericamente, exemplificam diferenças produtivas entre as traduções, ilustram alguns dos temas importantes do romance e apresentam potenciais desafios e problemas envolvidos na tradução de *Uncle Tom's Cabin* para português.

Os capítulos escolhidos foram o Capítulo IV, o Capítulo XX e o Capítulo XLI. Estes capítulos representam momentos centrais da obra. Respectivamente, estes são o primeiro capítulo em que aparece o protagonista, Tom, e em que se descreve a sua personalidade e sua relação com a família, os amos, e a comunidade; o capítulo em que se apresenta Topsy, a sua personalidade e as reacções das diferentes personagens a esta; e, por fim, o capítulo que contém uma das cenas mais icónicas e centrais do romance, a morte de Tom.

Apesar desta delimitação do *corpus*, continuaria a haver múltiplas possibilidades de análise, porque seria possível abordar o texto de vários pontos de vista e comparar as duas versões a muitos níveis diferentes. Para garantir que o estudo adoptava uma perspectiva mais focada e aprofundada, optou-se por cingir a análise comparativa das traduções a três dimensões muito concretas: a proximidade ao texto original, a tradução dos dialectos e a tradução da linguagem tabu. Espera-se que esta escolha permita identificar diferenças concretas e relevantes entre as duas traduções, explorar estas diferenças de forma aprofundada e coerente e, deste modo, evitar interpretações superficiais ou demasiado vagas.

Logo, o objectivo principal é que este estudo possa servir para apresentar informações importantes sobre do conteúdo e temas principais do texto primeiro e explorar, de maneira aprofundada, algumas das diferenças mais significativas entre as duas traduções.

4.2. Proximidade ao texto original

De um modo geral, uma das principais diferenças entre as duas traduções escolhidas é o facto de a primeira (de 1853) ter um carácter mais livre e criativo do que a segunda (de

2005), que se caracteriza por estar muito mais próxima, a nível semântico e textual, do texto original.

Por este motivo, esta análise comparativa expõe de forma clara algumas das questões tradicionais dos Estudos de Tradução, como as ideias de *fidelidade* e *liberdade* face ao texto de partida e o modo como a própria concepção do que é uma tradução sofreu alterações em termos históricos.

Como apontam Bassnett e Lefevere, todas as traduções são um acto de reescrita e “all rewritings, whatever their intention, reflect a certain ideology and a poetics and as such manipulate literature to function in a given society in a given way” (Bassnett e Lefevere, 1990: ix). Ou seja, as características de cada reescrita estão directamente relacionadas com o contexto específico em que esta é feita e, portanto, podem revelar informações sobre este mesmo contexto e a forma como os processos de tradução são entendidos em períodos diferentes:

[Translation] can be potentially subversive and potentially conservative. It can tell us about the self-image of a culture at a given time, and the changes that self-image undergoes. It can tell us about the strength of a poetics and/or an ideology at a certain time, simply by showing us the extent to which they were interiorized by people writing translations at that time (...). (Lefevere, 1990: 27)

As diferenças mais visíveis entre estes dois textos devem-se ao facto de a tradução de 1853 ter um carácter muito mais livre e domesticador, sendo frequente o tradutor omitir, condensar e acrescentar elementos relativamente ao texto primeiro – estratégias que praticamente não se verificam na versão de 2005.

Como se explica isto? Possivelmente, esta abordagem diferente ao texto de partida reflecte a forma como as normas de tradução que determinam o que é aceite como tradução num determinado contexto se alteraram ao longo do tempo.

[N]orms are also unstable, changing entities; not because of any intrinsic flaw but by their very nature as norms. At times, norms change rather quickly; at other times, they are more enduring, and the process may take longer. Either way, substantial changes, in translational norms too, quite often occur within one’s life-time. (Toury, 2000: 204)

Mais concretamente, entre 1853 e 2005, as normas que estabelecem o que é uma tradução e a forma como as traduções são recebidas atravessaram processos de mudança que fazem com que certas estratégias ou opções deixassem de ser consideradas apropriadas ou aceitáveis. Por exemplo, no século XXI a proximidade semântica ao texto de partida adquiriu uma importância bastante maior e uma reescrita marcada por grande afastamento do texto

de partida não é considerada uma tradução. Consequentemente, a prática de omitir ou acrescentar elementos ao texto deixou de ser considerada apropriada no acto de tradução.

De seguida, apresentamos alguns excertos que exemplificam esta situação.

After the expositions which the trader had previously given of his humane principles, Mr. Shelby did not feel particularly reassured by these declarations; but, as they were the best comfort the case admitted of, he allowed the trader to depart in silence, and betook himself to a solitary cigar. (Stowe, 1994: 27)

M. Shelby bem sabia que valor tinham as asserções e a virtude do traficante; mas forçoso lhe era toma-las por moeda corrente, por falta de melhor. (Stowe, 1853a: 33)

Depois das descrições que o mercador tinha feito anteriormente acerca dos seus princípios humanos, Mr. Shelby não se sentiu particularmente tranquilizado com estas declarações. Mas, como elas eram o único consolo que tinha, deixou que o mercador se fosse embora em silêncio e entregou-se a um cigarro solitário. (Stowe, 2005: 50-51)

Neste exemplo do Capítulo IV, verifica-se que a tradução de 1853 condensa e reescreve este parágrafo de maneira consideravelmente livre, embora mantendo o sentido geral do texto original e as suas ideias principais – nomeadamente, a incerteza e impotência de Mr. Shelby perante Haley e a sua decisão de vender Tom. Mais concretamente, esta tradução insere uma nova metáfora (“toma-las por moeda corrente”) e elimina a parte do texto em que se descreve a partida do traficante e a sugestiva imagem de Mr Shelby com o seu “solitary cigar”⁸.

Em contraste, a tradução de 2005 é extremamente próxima do texto original, sem tentar resumir ou explicitar as ideias presentes no texto e mantendo as suas características textuais e estilísticas particulares.

(...) And oh, the poor chil'en, and the baby! – my old heart's been most broke for 'em, time and again! Tell 'em all to follow me – follow me! Give my love to Mas'r, and dear good Missis, and everybody in the place! Ye don't know! 'Pears like I loves 'em all! I loves every creatur' everywhar! – it's nothing *but* love! O, Mas'r George! What a thing 't is to be a Christian! (Stowe, 1994: 363)

E os meus pobres filhos! a minha pequenita, sobre tudo!... diga-lhes que tive sempre o coração retalhado de saudades... e que lá os espero vêr a todos! Apresente os meus

⁸ Este exemplo também demonstra que um literalismo excessivo na tradução pode resultar em erros, sobretudo no caso de *false friends*: neste caso, a tradução de 2005 traduz *cigar* como “cigarro” em vez de “charuto”.

respeitos ao meu senhor, e á minha boa senhora, e a todos da casa; porque a todos amo cordialmente... (Stowe, 1853a, Tomo 2: 282)

E, oh, as pobres crianças, e o bebé... o meu velho coração esteve constantemente despedaçado, com saudades deles! Diga-lhes a todos para me seguirem... sigam-me! Dê cumprimentos meus ao senhor, à querida senhora, e a todos lá de casa! Não sabe! Parece que tenho carinho por todos! Tenho carinho por todas as criaturas, de todos os lados... sinto *apenas* amor! Oh, senhor George, como é bom ser cristão! (Stowe, 2005: 626-627)

Nesta passagem do Capítulo XLI, também é visível como a tradução de 1853 se afasta do texto original, ao ponto, de por vezes, isto causar alterações na sua mensagem. Por um lado, esta versão acrescenta alguns elementos novos ao texto, como, por exemplo o facto de Tom pensar “sobre tudo” na filha bebé. Porém, de forma mais significativa, a tradução também *omite* partes importantes da cena da morte de Tom, nomeadamente as suas palavras finais sobre o amor e a fé. Esta última opção acaba por modificar significativamente a mensagem do texto, relacionada com elementos temáticos cruciais no romance. Tom não sente apenas amor pela sua família e pelos antigos patrões, mas sim um amor altruísta e universal por todas as pessoas e a sua fé é um aspecto fundamental na sua vida e na forma como encara a morte. Ao cortar os elementos do texto que expõem estas ideias, a tradução de 1853 altera de maneira significativa esta cena, porque minimiza a dimensão religiosa do romance de Stowe e a sua intenção de enfatizar a imagem de Tom como um mártir e símbolo do amor cristão, sobretudo na hora da sua morte, e as consequências directas que estas palavras têm em George Shelby e nas restantes personagens.

Em comparação, a segunda tradução, ao manter-se muito próxima do texto de partida, preserva intacta a dimensão religiosa da obra de Stowe e a mensagem subjacente às últimas palavras de Tom, não alterando o sentido do texto.

Some men, however, are decidedly bettered by being knocked down. If a man lays them fairly flat in the dust, they seem immediately to conceive a respect for him; and Legree was one of this sort. As he rose, therefore, and brushed the dust from his clothes, he eyed the slowly-retreating wagon with some evident consideration; nor did he open his mouth till it was out of sight (Stowe, 1994: 364).

Há homens a quem decididamente não deixa de ser salutar uma bofetada; porque a aplicação d’esse específico cura-os imediatamente da sua arrogância.

Legree era d’essa espécie; por isso soffreo submisso, elle tão insofrido e orgulhoso para os que não lhe podião resistir, esta correcção do jovem cavalheiro, alevantando-se do chão tranquilamente, e sacudindo-se, não abrindo boca até que ele desapareceu (Stowe, 1853a, Tomo 2: 284).

Alguns homens, no entanto, são muito beneficiados com o facto de caírem ao chão. Se um homem os deixa fora de combate, ganham imediatamente respeito por ele e Legree era um destes homens. Por isso, enquanto se levantava e sacudia o pó da sua roupa, observou o carro, a afastar-se lentamente, com grande preocupação e não abriu a boca até o perder de vista (Stowe, 2005: 628).

Finalmente, neste terceiro exemplo observa-se que, na tradução de 1853, há uma certa tendência para inserir elementos ao texto que resultam numa explicitação do sentido do texto original, tornando mais claros alguns sentidos subentendidos ou fazendo referências directas a episódios anteriores ou a aspectos caracterizadores das personagens. Por exemplo, a tradução introduz a passagem “soffreo submisso, elle tão insofrido e orgulhoso para os que não lhe podião resistir, esta correcção do jovem cavalheiro”, que remete para as atitudes de Legree para com os escravos demonstradas ao longo do romance. Com isto, o texto *descreve* aos leitores a caracterização da personagem, o que, conseqüentemente, reforça o juízo de valor negativo sobre o seu carácter e justifica de forma mais clara a agressão. Ou seja, a tradução torna explícito um sentido que no texto de partida está apenas implícito.

No entanto, esta estratégia também pode ter um efeito de alteração do sentido do texto, uma vez que o tradutor acaba por introduzir nele a sua própria interpretação subjectiva, que pode não corresponder totalmente à mensagem do texto de partida. Por exemplo, Stowe escreve que homens como Legree desenvolvem respeito pelos seus agressores, mas a tradução de 1853 declara que uma agressão “cura-os imediatamente da sua arrogância”. No texto de Stowe, Legree apenas passa a respeitar George Shelby, deixando-o partir em paz, mas não é revelado se este encontro poderá gerar grandes alterações na sua personalidade. Porém, na tradução, é sugerido que a agressão teve um efeito mais profundo em Legree, ao ponto de servir como uma “cura” para a sua arrogância. Essa alteração faz com que o final de Simon Legree seja lido de forma bastante diferente na tradução.

Na tradução de 2005, a grande proximidade semântica ao texto de partida faz com que o tradutor não modifique nem procure tornar mais claro o sentido do texto de Stowe. Assim, esta tradução não faz referências a passagens anteriores do texto nem altera de forma significativa a descrição dos acontecimentos, deixando que sejam os leitores a interpretar a cena, incluindo o estado psicológico de Legree e as conseqüências da agressão, pelo que a cena é muito semelhante ao texto de partida.

Em suma, os três exemplos apresentados demonstram que a tradução de 1853 adopta uma abordagem mais livre ao texto original, focando-se principalmente no “sentido” e empregando frequentemente omissões e acrescentos, que explicitam e por vezes alteram as

ideias presentes no texto de partida. Em contraste, a tradução de 2005 tem uma abordagem mais directa, tentando preservar ao máximo o sentido e as características textuais do original, sem omissões ou acrescentos que possam ter efeitos a nível do sentido.

Estas diferenças reflectem mudanças que ocorreram entre 1853 e 2005 no que diz respeito às normas de tradução e que, neste caso concreto, indicam um movimento no sentido de privilegiar uma maior proximidade ao texto primeiro e de rejeitar a introdução de cortes ou acrescentos por parte do tradutor.

Em 1853, era habitual e aceitável haver um grande grau de liberdade nas traduções. O tradutor tinha uma grande autonomia para modificar o texto, quando entendesse que tal era necessário: para melhorar a qualidade literária do texto de partida, para tornar o texto mais claro ou mais legível para os leitores ou, simplesmente, para introduzir nele os seus próprios valores e ideologias. Em 2005, as normas de tradução já não admitiam um afastamento significativo do texto de partida nem a prática sistemática de cortes ou omissões. Um texto com as mesmas modificações da versão de 1853 poderia nem ser considerado uma tradução, porque violaria as normas de tradução que o que actualmente se considera aceitável na cultura de chegada. Como indica Gideon Toury:

[T]ranslation behaviour within a culture tends to manifest certain regularities, one consequence being that even if they are unable to account for deviations in any explicit way, the persons-in-the-culture can often tell when a translator has failed to adhere to sanctioned practices. (...) Thus, whereas adherence to source norms determines a translation's adequacy as compared to the source text, subscription to norms originating in the target culture determines its acceptability. (Toury, 2000: 201)

Um outro exemplo ilustrativo da mudança de normas de tradução ao longo do tempo prende-se com a tradução dos nomes próprios das personagens e o efeito que esta escolha tem no texto.

A primeira tradução, de 1853, segue as normas vigentes na época, em que a adaptação para português dos nomes próprios era habitual e expectável. Assim, personagens como *Tom*, *George* e *Evangeline* aparecem na tradução como *Tomás*, *Jorge* e *Evangelina*. Em contraste, a tradução de 2005 não segue esta prática, uma vez que a tradução de nomes próprios para português caiu em desuso, na maioria dos contextos: a norma actual determina que se devem manter os nomes na sua língua original, e é esta a expectativa dos leitores modernos.

No entanto, o tradutor de 2005 opta por abrir uma excepção significativa. Nesta versão, o protagonista da história, que dá nome ao livro, chama-se “Pai Tomás” – a única

personagem cujo nome próprio é adaptado para português e cujo título (*uncle*) é traduzido como “pai” e não de forma literal, “tio”. Esta diferença justifica-se, precisamente, pelo facto de esta ser uma tradução inserida numa tradição precedente, que remonta a 1853, e que fez com que a figura do “Uncle Tom” seja conhecida em Portugal como “Pai Tomás”. Portanto, o facto de a tradução “violar” a norma e optar por traduzir assim o nome da personagem (e, por conseguinte, o título da obra) indica que se teve em consideração as expectativas dos leitores relativamente a um livro e a uma personagem que adquiriam um estatuto quase icónico. *Uncle Tom’s Cabin*, como vimos, está presente em Portugal desde 1853 e o seu impacto na cultura popular transcende de forma significativa o contexto literário. Isto faz com que o nome “Pai Tomás” tenha um uso consagrado em Portugal e que seja reconhecido pelo público em geral, mesmo junto de pessoas que nunca tenham lido o romance.

Este uso consagrado, na cultura de chegada, de traduções específicas de nomes de personagens ou de títulos (que muitas vezes não são muito próximos do original) é bastante habitual mas não inevitável, porque depende de vários factores (por exemplo, a existência de direitos de autor ou de marcas registadas). No entanto, tudo indica que *A Cabana do Pai Tomás* está mesmo a nível de outros clássicos literários e personagens icónicas, cujos nomes “tradicionais” se tornam autênticas marcas, no sentido em que têm um grau de reconhecimento e um uso demasiado forte na cultura de chegada para serem alterados, mesmo que, aparentemente, estejam algo distantes do título original ou que não obedeam às normas de tradução em vigor.

De facto, em muitos casos, quando se trata de retraduições de títulos ou nomes com um uso generalizado na cultura de chegada, os tradutores preferem utilizar as designações que são mais reconhecidas, em vez de criar uma tradução nova que possa gerar confusão ou até ser rejeitada pelo público. Opta-se pela tradução antiga de “Pai Tomás” e não por uma tradução nova como “Tio Tom” porque o primeiro é o nome que a maioria do público português reconhece e a que estará habituado.

Uma tradução com as características da de 2005 – uma tradução “anónima”, não mediada, barata, promovida por um jornal e inserida numa colecção de “grandes clássicos” com alguns contornos nostálgicos – dificilmente irá ter impulsos revolucionários que a incentivem a ir contra o uso consagrado em Portugal de “Pai Tomás” e *A Cabana do Pai Tomás*. Por vezes, a substituição de um nome com um uso consagrado por outro pode até ser

mal recebido na cultura de chegada⁹. Isto justifica a decisão de manter o nome “tradicional” da personagem e do título do livro em português, em vez de tentar criar uma nova tradução que, possivelmente, esteja mais de acordo com as normas de tradução moderna, mas que vá contra o uso da cultura de chegada.

De modo geral, como se explica este diferente grau de proximidade ao texto de partida, que leva a diferenças tão evidentes entre as duas versões?

O facto de a tradução de 1853 ser tão “livre” pode ter várias justificações possíveis, além da já mencionada alteração das normas de tradução. Uma possibilidade mais imediata é a hipótese de o tradutor de 1853 estar menos familiarizado com a língua inglesa ou de estarmos perante um caso de tradução indirecta (pelo menos, parcialmente), em que o tradutor recorreu a traduções francesas para o ajudar na tradução para português, uma hipótese que discutimos no Capítulo 3.

Outra explicação possível prende-se com as especificidades do próprio tradutor. Em 1853, temos um tradutor que não só se identifica perante os leitores como exerce uma presença constante e interventiva no texto através, por exemplo, de notas de rodapé. É um tradutor que altera e reescreve o texto de acordo com o que considera ser mais adequado e que inclui marcas de subjectividade na sua tradução. Em contraste, o tradutor de 2005 tem uma posição de invisibilidade quase total e exerce uma influência mínima sobre o texto e sobre os leitores. Esta “ausência” do(s) tradutor(es) na versão de 2005 é ainda mais reforçada pela questão do seu anonimato e pela falta de paratextos.

Além disso, entre 1853 e 2005 os níveis de literacia e a própria noção do que é “literatura” alteraram-se radicalmente.

[T]he end of a period in at least Western civilization in which the book occupied a central position in both the teaching of writing and the transmission of values, and the split between “high” and “low” literature that began to take place toward roughly the middle of the nineteenth century, and led to a concomitant split between “high” and “low” writing about literature, “high” and “low” rewriting (Lefevere, 1992: 2-3).

Este fenómeno teve efeitos na forma como os textos literários e as traduções são lidos e valorizados pelo público em geral. Em 1853, os elevados níveis de analfabetismo em

⁹ Veja-se a discussão gerada quando, em 2015, a colecção infantil conhecida em Portugal como *Anita* foi reeditada com o nome original, *Martine*, o que gerou vários artigos sobre o tema na imprensa portuguesa.

Portugal e o desconhecimento generalizado da língua inglesa tornavam muito mais difícil ao leitor típico – e, sobretudo, a um leitor de edições populares ou mais baratas – escrutinar a qualidade da tradução ou o seu grau de proximidade ao texto primeiro – uma questão que, aliás, poderia nem ser considerada de grande importância para um leitor-médio, cujas expectativas do que constitui um texto literário traduzido seriam diferentes.

Em contrapartida, em 2005 o leitor português típico, em princípio, estaria muito mais apto a ler a tradução criticamente, a ter acesso traduções anteriores e, até, ao texto original. Além disso, ao valorizar de forma diferente a proximidade ao texto de partida, poderia não aceitar uma tradução que alterasse significativamente o texto, com o objectivo de o “melhorar” ou de o adequar a uma concepção idealizada do que constitui um texto literário, sobretudo quando se trata de um texto que já tem um estatuto canónico.

Isto está relacionado com alterações profundas na noção daquilo que é uma tradução, mas também do próprio conceito de literatura e de uma alteração do estatuto do “texto original”. As normas de tradução generalizadas até ao século XIX, que consideravam adequado e, por vezes, desejável modificar o texto para o fazer corresponder a critérios vigentes na cultura de chegada, foram-se alterando, surgindo uma cisão entre esta visão mais neoclássica de alteração do texto de partida e uma perspectiva nova, em que o original passou a ser visto como um texto “sagrado” que não deve ser modificado. Portanto, as estratégias mais livres e modificadoras de 1853 não se adequam à uma visão moderna da tradução, não se considerando que o tradutor tenha o dever ou o direito de alterar o texto para lá do que é estritamente necessário.

Noutra perspectiva, as diferenças no estatuto de *Uncle Tom's Cabin* na cultura de chegada também podem ter alguma relevância. Este estatuto é fortemente influenciado pelas traduções e retraduições, uma vez que, como aponta André Lefevere, “the non-professional reader increasingly does not read literature as written by its writers, but as rewritten by its rewriters” (1992: 4) e este processo de reescrita tem como consequência a criação, na cultura de chegada, de imagens “of a writer, a work, a period, a genre, sometimes even a whole literature”, que, através da tradução, chegam a mais pessoas do que o texto original (Lefevere, 1992:5).

Em 1853, *Uncle Tom's Cabin* era uma novidade, um sucesso súbito e inesperado, escrito por uma autora praticamente desconhecida, cuja mensagem o tradutor pretendia transmitir

no contexto específico da cultura portuguesa da época, em que a questão da abolição da escravatura estava na ordem do dia.

Em 2005, esta obra já tinha adquirido um estatuto canónico considerável em Portugal, e a sua imagem na cultura de chegada fora influenciada pelas várias traduções precedentes. Ao mesmo tempo, as situações nela denunciadas já faziam parte do passado, pelo que a sua mensagem política perdeu relevância e o texto se tornou uma espécie de documento histórico que representa uma realidade histórica concreta mas distante, a escravatura nos Estados Unidos em 1852. Por este motivo, o tradutor de 2005 poderá ter abordado o texto com mais respeito, colocando uma ênfase maior na fidelidade ao conteúdo e ao estilo do texto original e tendo em conta a *imagem* de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal. Apesar da vontade de tornar o texto acessível aos leitores contemporâneos, em 2005 não se consideraria adequado omitir ou rescrever passagens do texto de forma sistemática, nem alterar o teor da sua mensagem, de forma a corresponder melhor ao que se espera de *Uncle Tom's Cabin* na cultura de chegada.

Um exemplo ilustrativo disto é a forma como a tradução de 1853 não inclui o capítulo final do livro, em que Harriet Beecher Stowe se dirige directamente aos leitores e apresenta exemplos concretos da situação da escravatura nos Estados Unidos da América em 1852, com o objectivo de atestar a veracidade das situações fictícias representadas na obra. Esta versão decide omitir este capítulo, removendo uma secção crucial do texto que expõe as conclusões da autora e em que a sua mensagem política é expressa de forma mais directa – possivelmente, por se considerar que este capítulo não se adequaria aos objectivos da sua tradução ou que não seria relevante para os leitores. Isto também é coerente com a prática comum no século XIX de omitir nas traduções tudo aquilo que pudesse quebrar a “ilusão narrativa”, ou seja, quaisquer elementos que não fizessem parte da narrativa ficcional ou do romance num sentido mais restrito, como é o caso do Capítulo XL.

Em contrapartida, na tradução de 2005, este capítulo é traduzido e preservado na edição, sendo reconhecido como parte integral do romance. No presente, a omissão de um capítulo de um livro, independentemente do seu conteúdo, dificilmente seria aceite ou justificável numa tradução. Aliás, tendo em conta o estatuto de *Uncle Tom's Cabin* no cânone e o seu legado em termos históricos, as conclusões de Harriet Beecher Stowe podem tornar-se ainda mais relevantes para um leitor contemporâneo, uma vez que expõem a realidade histórica

que inspirou ou romance, fazendo com que o Capítulo XL tenha uma importância bastante maior na cultura de chegada.

Concluindo, as diferenças entre as duas traduções ao nível da proximidade ao texto de Stowe reflectem mudanças consideráveis que ocorreram entre 1853 e 2005, a nível das normas de tradução, da forma como as traduções são produzidas, lidas e recebidas e também no estatuto de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal.

4.3. A tradução dos dialectos em *Uncle Tom's Cabin*

Uma das marcas mais distintivas e elogiadas de *Uncle Tom's Cabin* é a grande diversidade de vozes, dialectos e registos presentes no texto, e, sobretudo a forma como este representa a linguagem dos escravos americanos do século XIX.

Em *Uncle Tom's Cabin*, a forma como as personagens falam tem uma importância fundamental na sua caracterização, porque transmite informações importantes sobre o seu estatuto, origem, nível de educação e posição social e ajuda a diferenciar grupos sociais específicos. Por exemplo, no texto original a linguagem estabelece diferenças claras não só entre amos (brancos) e escravos (negros), mas também entre a forma como falam os escravos negros e os escravos de ascendência branca, como Eliza e George Harris.

Esta característica do texto original representa uma dificuldade considerável para o tradutor e levanta questões sobre a impossibilidade de reproduzir numa outra língua e contexto as subtilezas da linguagem usada por Stowe. De facto, nenhuma das duas traduções analisadas preserva esta polifonia de dialectos, levando a que, em ambas, haja uma considerável uniformização da linguagem utilizada por todas as personagens, como ilustram os exemplos seguintes.

“Tom Lincon says”, said George, speaking with his mouth full, “that their Jinny is a better cook than you.”

“Dem Lincons an't much count, no way!” said Aunt Chloe, contemptuously; “I mean, set along side *our* folks. They's 'spectable folks enough in a kinder plain way; but, as to gettin' up anything in style, they don't begin to have a notion on't. Set Mas'r Lincon, now, alongside Mas'r Shelby! Good Lor! and Missis Lincon – can she kinder sweep it into a room like my missis, - so kinder splendid, yer know! O, go way! don't tell me nothin' of dem Lincons!” (Stowe, 1994: 19-20)

– É dizer que Tom Lincoln pretende que a sua Jenny é melhor cosinheira do que a mãe Chloé! – exclama Jorge, com a boca cheia.

– Que me importa a mim o que diz um Lincoln? responde mãe Chloé, com ar de desdem. Que é um Lincoln em comparação de meus senhores?

– Pode ser que os Lincolns sejam pessoas muito honradas, não vou contra isso; mas que pêzo se pode dar a gentes de tão baixa extracção?

– Que ponham Mr Lincoln ao lado de Mr Shelby, meu Deos! E Mrs Lincoln, entrará ella n’uma sala com esse ar nobre e majestôso da senhõra? Deixe-me, não me fale mais nos seus Lincolns, que não os posso supportar! (Stowe, 1853a, Tomo 1: 25)

– O Tom Lincoln diz que a Jinny deles é melhor cozinheira do que tu – disse George, falando com a boca cheia.

– Esses Lincoln também nunca foram grande coisa! – disse a Mãe Chloe, desdenhosamente. – Quer dizer, comparados com a *nossa* gente. São pessoas respeitáveis, à sua maneira simples, mas não fazem ideia de como fazer as coisas com elegância. Ponha o senhor Lincoln ao lado do senhor Shelby! Santo Deus! E a senhora Lincoln nunca conseguiria entrar numa sala com a majestade da minha senhora, sabe? Com aquela elegância! Oh, não me venha cá com as histórias dos Lincoln! (Stowe, 2005: 39-40)

Neste excerto do Capítulo IV, em que George Shelby visita a cabana onde vivem os escravos Tom e Chloe, são evidentes as diferenças na forma como diferentes grupos de pessoas se expressam.

Chloe utiliza o dialecto típico dos escravos, caracterizado por expressões e construções próprias (“Dem Lincolns”), um vocabulário simples, abreviações e uma fonética característica (“spectable”, “Mas’r”) que é marcadamente diferente do inglês-padrão utilizado pelo seu jovem patrão, George Shelby. Isto traduz dois aspectos importantes: a falta de instrução dos escravos (que, geralmente, são analfabetos) e a profunda segregação entre negros e brancos que existe nesta sociedade.

Em ambas as traduções portuguesas, esta diferença não é tão óbvia e os diálogos de Chloe perdem muitas das marcas que o caracterizam e distinguem da linguagem-padrão. Apesar de, por vezes, as traduções utilizarem algumas expressões mais informais (“Esses Lincoln também nunca foram grande coisa!” ou “não me venha cá com as histórias dos Lincoln!”), o registo específico e o carácter “popular” da linguagem de Chloe é posto em causa quando ela também utiliza expressões mais cuidadas e até eruditas, como “de baixa extracção” ou “majestade”.

“You mustn’t answer me in that way, child; I’m not playing with you. Tell me where you were born, and who your father and mother were.

“Never was born,” reiterated the creature, more emphatically; “never had no father nor mother, nor nothin’. I was raised by a speculator, with lots of others. Old Aunt Sue used to take care of us.” (Stowe, 1994:209)

– É necessário não responderes d’esse modo; eu não estou brincando! Vejamos, diz-me aonde nasceste, e quem erão teus pais.

– Mim, mim nunca nasceu! Replicou a pretinha com um ar mais peremptório, *Mim* nunca teve pai nem mãe nem nada! Foi criada em casa d’um traficante de pretos com uma grande quantidade d’outras crianças como eu, e era a velha mãe Sue que tomava cuidado de nós. (Stowe, 1853a, Tomo 2 :54)

– Não me debes responder dessa maneira, menina. Eu não estou a brincar contigo. Diz-me onde nasceste e quem eram os teus pais.

– Nunca nasci – repetiu a criatura, ainda com mais ênfase. – Nunca tive pai, nem mãe, nem nada. Fui criada por um especulador com muitos outros. A velha tia Sue costumava tomar conta de nós. (Stowe, 2005: 354)

Neste excerto do Capítulo XX, temos um exemplo de como as traduções tentam reproduzir a forma de falar de Topsy, uma criança negra de carácter considerado “pouco civilizado” e que não recebeu qualquer tipo de educação formal antes de ser comprada pela família St Clare.

Na tradução de 1853, a pequena Topsy refere-se a si mesma pelo pronome *mim*, de forma transmitir a ideia de que esta criança não sabe falar correctamente, fruto do seu analfabetismo e da sua falta de educação formal a todos os níveis. Contudo, o efeito gerado por esta escolha consegue ser mais alienador do que o texto original, já que o uso de “mim” em vez de “eu” não se verifica nas restantes personagens negras, e a forma de falar de Topsy não é assim tão diferente da dos outros escravos.

Em contraste, a tradução de 2005 não reproduz o registo nem a linguagem peculiar de Topsy, que revelam, em grande parte, a forma negligente como a criança foi criada, perdendo-se assim um elemento caracterizador da personagem e uma marca diferenciadora entre a linguagem usada por Topsy e a das restantes personagens, especialmente Ophelia.

Ainda assim, de um modo geral, em ambas as traduções há algumas tentativas de preservar a diversidade dos dialectos. Na primeira tradução, os escravos utilizam certas construções e expressões como “sinhózinho” que poderão transmitir uma ideia de diferença

– embora, na maior parte dos casos, isto se manifeste ao mostrar as personagens a falar de forma exageradamente simplificada ou incorrecta. Na tradução de 2005, os escravos, por vezes, falam com abreviações e, ocasionalmente, utilizam expressões mais populares. No entanto, em ambos os casos, a linguagem dos escravos continua a ser comparativamente formal e cuidada, não havendo diferenças significativas entre o modo como estes falam e a linguagem-padrão utilizada por personagens brancas. Há, assim, um apagamento da especificidade das várias vozes do romance, que promove uma padronização das personagens, colocando-as em pé de igualdade quando, no texto original, as diferenças entre a maneira como falam estabelecem precisamente o contrário, de uma forma extremamente directa e óbvia.

Mas como reproduzir em português a forma como falavam os escravos americanos no século XIX, se não existe uma realidade comparável na cultura de chegada, nem em 1853, nem em 2005?

Quando se discutem questões de intraduzibilidade, é habitual citar as dificuldades envolvidas na tradução de dialectos ou de registos muito específicos, uma vez que raramente é possível criar equivalentes na cultura de chegada. No caso das traduções de um texto como *Uncle Tom's Cabin*, qualquer tentativa de criar um português “diferente” para os escravos – a nível de fonética, de vocabulário, ou de formas de tratamento – poderia ser problemática em si mesma, ao correr-se o risco de introduzir uma dimensão potencialmente ofensiva no texto de chegada (por exemplo, ao atribuir aos negros uma linguagem “estereotipada” ou “ignorante”) que poderá gerar estranheza ou incompreensão nos leitores.

Além disso, coloca-se ainda um problema relacionado com a autenticidade, uma vez que a tradução está a tentar criar um equivalente em português para um contexto social, histórica e geograficamente muito específico. Até que ponto seria credível uma personagem como Topsy, exprimir-se num determinado registo em português ou utilizar expressões tipicamente portuguesas? Há, pois, uma dificuldade acrescida na tradução destes dialectos que se prende com a necessidade de evitar escolher uma linguagem que, por exemplo, possa parecer anacrónica ou irrealista para uma história que se passa nos Estados Unidos do século XIX e que, por isso, possa confundir os leitores.

As tentativas das duas traduções analisadas para reproduzir esta diversidade não são frequentes nem consistentes. No entanto, as traduções portuguesas também podem utilizar outros meios para marcar as diferenças entre as personagens em termos da sua posição na

hierarquia social. Uma diferença mais subtil entre as duas traduções está relacionada com o uso do *tu* e da terceira pessoa – uma distinção que em inglês não existe e é transmitida pelas formas de tratamento entre as personagens. Por exemplo, na tradução de 1853, George e o Pai Tomás tratam-se um ao outro na terceira pessoa – um modo de tratamento que indica o respeito e consideração de George por um homem mais velho, embora sendo um escravo por quem sente amizade. Porém, na tradução de 2005, George utiliza a segunda pessoa do singular para se referir a Tom e aos restantes escravos, que, por sua vez se referem a ele na terceira pessoa – o que introduz uma demarcação mais clara entre os escravos e o patrão, apesar de este ser um adolescente. De facto, o facto de na tradução de 2005 os escravos serem invariavelmente tratados por “tu” serve para transmitir informações sobre a sua posição inferior na sociedade e, ao mesmo tempo, contribui para reforçar uma imagem de condescendência e até infantilização deste grupo social.

Em última análise, perante a impossibilidade de reproduzir completamente a polifonia de vozes presente no texto de partida e o cuidado necessário para não introduzir no texto leituras ofensivas ou alienadoras para um leitor moderno, o tradutor poderá tentar adoptar estratégias mais criativas de forma mais consistente, preservando algumas das diferenças sociais entre as personagens, através da escolha de vocabulário e expressões utilizadas, como o uso de abreviaturas ou de construções mais simples no diálogo dos escravos. Deste modo, poderia compensar-se o que se perde na tradução de algo tão complexo como um dialecto. Em futuras retraduições do texto, poderá ser necessário criar soluções que tentem reproduzir, ainda que de maneira menos evidente, a importância central da diversidade de vozes no texto original.

4.4. Tradução da linguagem tabu

A tradução da linguagem tabu, sobretudo de palavras de carácter ofensivo ou racista, representa um desafio considerável para os tradutores. Este problema é especialmente relevante nas traduções de *Uncle Tom's Cabin*, já que nesta obra, segundo os usos da época, surge várias vezes a palavra *nigger*, que tem carga violenta e negativa pesada e para a qual é difícil encontrar um equivalente adequado em português.

Em *Uncle Tom's Cabin*, a palavra *nigger* é geralmente reservada para a forma como os escravos conversam entre si e como as personagens mais racistas se referem aos escravos. O narrador e as restantes personagens utilizam a palavra *negro*, que no contexto do romance

tem uma conotação neutra¹⁰. Em *Uncle Tom's Cabin*, existe uma base lógica para uso destas duas palavras. Regra geral, a palavra *negro* é usada pelo narrador e pelas personagens mais educadas, tendo por isso uma conotação polida e neutra. A palavra *nigger* é utilizada pelos negros entre si sem conotações necessariamente negativas, mas, quando proferida por um branco, tem uma clara carga racista, reflectindo de imediato a existência preconceitos em relação aos escravos e, conseqüentemente, é associada a personagens violentas ou malvadas.

Os tradutores deste texto enfrentam, portanto, dois problemas: como encontrar equivalentes para a linguagem tabu em português e como manter esta lógica interna que rege o uso das palavras *negro* e *nigger* por Stowe. As duas traduções lidam com estes desafios de maneira diferente, o que indica as mudanças culturais e nas atitudes face ao racismo e a evolução da língua portuguesa entre 1853 e 2005.

Seguidamente, apresentamos alguns excertos que exemplificam estas diferenças.

Here you, Mose and Pete! get out de way, you niggers! (Stowe, 1994: 19)

Vamos, Pedro e Moisés, vão-se d'hi! (Stowe, 1853a, Tomo 1: 24)

Ei meninos! Mose, Pete, saiam da frente, negrinhos! (Stowe, 2005: 39)

Aqui, a escrava Chloe dirige-se aos próprios filhos pequenos como *niggers* – sem que, aparentemente, isto tenha uma carga negativa. A tradução de 1853 não traduz directamente a expressão. No entanto, a de 2005 usa uma palavra supostamente neutra, “negrinho”. No entanto, o uso deste diminutivo (ausente no texto original) pode gerar efeitos inesperados na tradução, como por exemplo indicar uma certa condescendência para com os negros, uma dimensão bastante diferente da do contexto original.

De resto, este uso da palavra *nigger* pelos negros tem uma dimensão mais complexa, no sentido em que pode sugerir a interiorização dos estereótipos e da ideologia racista pelos próprios escravos. Aparentemente, os negros não parecem sentir-se ofendidos pelo uso desta palavra – que tem conotações claramente racistas no meio social em que vivem –, mas não

¹⁰ Nos Estados Unidos da América, os termos para designar pessoas de ascendência africana evoluíram ao longo dos anos e várias expressões caíram em desuso ou ganharam conotações negativas ou racistas. É o caso das palavras *negro* e *colored*, que nos séculos XIX e XX eram muito usadas mas que actualmente são consideradas ofensivas, sendo preferidos os termos *African-American* e *black*. A palavra *nigger*, que sempre foi considerada ofensiva, é hoje absolutamente tabu.

devemos encarar isto de forma acrítica ou assumir que esta prática não está relacionada com a opressão destas pessoas: muito possivelmente, Chloe é tratada como *nigger*, e *por isso* considera-se *nigger*¹¹. Isto ilustra bem a enorme complexidade do texto de Stowe e as várias leituras que se podem fazer da forma como a obra representa a situação dos escravos nos Estados Unidos.

For the negro mind, impassioned and imaginative, always attaches itself to hymns and expressions of a vivid and pictorial nature (Stowe, 1994: 25)

(...) porque a imaginação ardente dos pretos adopta sobre tudo as expressões vivas e pitorescas (Stowe, 1853a, Tomo 1: 30)

(...) pois a mente dos negros, apaixonada e imaginativa, agarra-se sempre a hinos e expressões de uma natureza vívida e pictórica. (Stowe, 2005: 48)

Este exemplo ilustra como o narrador utiliza sempre a palavra “neutra” *negro* – que, na tradução de 1853, é frequentemente traduzida como “preto”. No texto de partida, esta opção tem uma importância fundamental, porque reflecte a posição da própria Harriet Beecher Stowe, que jamais usa a palavra *nigger* em nome próprio ou na narração, sugerindo que a considera ofensiva e negativa.

Os pretos gostam de reunir-se; isto é, de fazerem o seu meeting, quando lhes é permitido, já para lerem, e recitarem psalms da Bíblia (...) (Stowe, 1853a: 28)

Esta nota de rodapé do Capítulo IV é introduzida pelo tradutor, presumivelmente com a intenção de explicar os hábitos da comunidade de escravos, ficando claro que o tradutor, quando fala em nome próprio, utiliza a palavra “preto” para se referir aos escravos. Aliás, esta palavra é usada no subtítulo da tradução de 1853: *A vida dos pretos na América*.

Isto contrasta com o texto original, que estabelece diferenças entre os termos *negro* e *nigger*, representando a segunda como ofensiva e rude, mas que parece sugerir que, em 1853, a palavra “preto” tinha uma razoável aceitação social em Portugal, ao contrário do que

¹¹ A questão do uso da palavra *nigger* na cultura popular continua a ter relevância nos dias de hoje. Nos Estados Unidos, o uso da “N-word” é um assunto que gera divisões e polémicas constantes. Por um lado, esta palavra é absolutamente tabu para um branco e até surgem movimentos para a apagar em reedições de textos literários como *Huckleberry Finn* usadas nas escolas e universidades. Na comunidade negra muitos consideram-na degradante e ofensiva, mas em certos meios o seu uso é habitual e até celebrado como marca de identidade cultural, como por exemplo no rap e no hip-hop. Isto demonstra como a linguagem está em constante evolução e a complexidade das regras que regem o uso das palavras, que podem ter conotações muito diferentes em momentos e situações diferentes.

acontece hoje em dia – ao ponto de ser usada por alguém como o tradutor Francisco d’Andrada, um homem cosmopolita e politicamente avesso à escravatura. No entanto, isto não significa que a palavra não fosse usada negativamente na época: muito simplesmente, poder-se-á questionar se, em 1853, as pessoas em Portugal tinham sequer consciência do seu racismo ou dos problemas inerentes ao uso de linguagem com conotações ofensivas ou degradantes para certos grupos de pessoas.

I thought she was rather a funny specimen in the Jim Crow line. (Stowe, 1994: 209)

Pareceu-me uma amostra assaz original do género corvo. (Stowe, 1853a, Tomo 2: 50)

Achei que era um espécimen muito raro da sua raça. (Stowe, 2005: 350)

Nesta frase de Augustine St. Clare, em que este faz referência à figura racista de Jim Crow¹², as diferenças entre as estratégias das duas traduções ficam bem patentes.

A tradução de 1853 utiliza uma “metáfora” com corvos para se referir a Topsy – o que, muito possivelmente, é sinal de que o tradutor de 1853 não conhecia a figura de *Jim Crow* e interpretou esta passagem como uma referência à cor da pele de Topsy. Em alternativa, não considerou que esta referência fosse relevante para os leitores portugueses da época. Assim, apaga-se uma comparação directa entre Topsy e um dos estereótipos mais poderosos relacionados com os negros na América, mas isto pode não ser intencional.

No entanto, a tradução de 2005 omite na totalidade esta associação potencialmente ofensiva, uma opção curiosa tendo em conta a grande proximidade entre a tradução e o original. Parece difícil acreditar que o tradutor não identificasse esta referência directa à figura de Jim Crow e, no caso de temer que os leitores não a reconhecessem, seria relativamente fácil explicá-la aos leitores, por exemplo, através de uma nota de rodapé, como acontece ocasionalmente noutros momentos da tradução. Portanto, isto sugere que a omissão da referência a Jim Crow pode ter sido *deliberada*. Independentemente das razões que possam ter levado esta decisão, ela tem como resultado uma suavização marcada do texto, porque elimina uma referência directa a um dos estereótipos racistas mais fortes da cultura

¹² Jim Crow foi uma personagem criada por volta de 1830 pelo artista branco Thomas Rice, que consistia numa representação estereotipada e satírica dos escravos americanos. A personagem, que usava *blackface* (a cara pintada de negro) e imitava o dialecto dos negros, aparecia em espectáculos cómicos de teatro e dança. Esta figura veio a afirmar-se como um estereótipo negativo e racista e deu o nome às *Jim Crow laws*, as leis de segregação racial que vigoraram nos Estados Unidos até à década de 60 do século XX.

americana e, conseqüentemente, tem efeitos directos na representação de como as personagens brancas vêem os negros.

“I don’t want her, I am sure; – I have more to do with ‘em now than I want to! (Stowe, 1994: 208)

– Mas eu declaro-lhe que não a quero; já estou farta de toda a sua pretalhada! (Stowe, 1853a, Tomo 2: 51)

– *Eu* não a quero, podes ter a certeza disso. Já tenho mais a ver com eles do que queria. (Stowe, 2005: 351)

Nesta passagem, Ophelia (que, apesar de ser natural do Norte e afirmar ser contra a escravatura, utiliza ocasionalmente o termo *nigger*) refere-se aos escravos apenas indirectamente, na terceira pessoa, o que transmite a ideia do seu desconforto com este grupo de pessoas e, portanto, revela como os seus preconceitos e racismo estão de alguma forma escondidos.

No entanto, apesar de no texto original não se fazer qualquer referência aos escravos a não ser através do pronome “’em”, na tradução de 1853 Ophelia utiliza a expressão “pretalhada” para se referir a estes, o que introduz uma dimensão muito mais abertamente preconceituosa, já que é uma palavra com uma conotação claramente negativa e até rude. Isto demonstra como, em certas passagens, a tradução de 1853 utiliza linguagem potencialmente mais ofensiva do que o texto de partida, e, neste caso, até entra em contradição com a caracterização da personagem, uma senhora bem-educada de classe alta.

A tradução de 2005 segue de perto o exemplo do texto de partida, através do uso do pronome “eles” para se referir aos escravos. Contudo, nesta passagem fica patente um resultado indesejado da proximidade semântica tão forte entre esta tradução e o texto de Stowe: ao traduzir “I have more to do with ‘em now than I want to” como “Já tenho mais a ver com eles do que queria”, fica patente a tendência que esta tradução tem para cair num literalismo excessivo e, por vezes, pouco feliz. Neste caso concreto, a tendência para a literalidade acaba por alterar o sentido do próprio texto.

Don’t see how Mas’r St. Clare wants of ‘nother nigger! (Stowe, 1994: 208)

Não sei deveras o que o senhor quer que eu faça com mais uma preta! (Stowe, 1853a, Tomo 2: 52)

Não percebo para que quer o senhor St. Clare outra negra. (Stowe, 2005: 352)

Nesta frase proferida pela escrava Dinah sobre Topsy, vemos como no romance a palavra *nigger* é utilizada pelos negros para se referirem uns aos outros: uma questão, que, como já vimos acima, tem uma dimensão mais complexa do que se pode supor à primeira vista, no sentido em que pode revelar uma certa interiorização da linguagem racista pela comunidade negra.

A tradução de 1853, ao escolher a palavra “preta”, mantém alguma desta ambiguidade. Porém, a tradução de 2005, ao escolher transversalmente a palavra “negra”, acaba por eliminar possíveis leituras mais críticas sobre a forma como os negros se tratam entre si, porque o uso universal de “negro” faz com que não haja qualquer diferença entre os termos usados pelas diferentes personagens.

The child was announced and considered in the family as Miss Ophelia’s girl (...)
(Stowe, 1994: 210)

A negrinha foi introduzida e olhada na família como filha de Miss Ophélia (...) (Stowe, 1853a, Tomo 2: 56)

A menina foi anunciada na família como estando a cargo da senhorita Ophelia (...)
(Stowe, 2005: 355)

Neste excerto é nítida a tendência que a tradução de 1853 tem de se referir às personagens como “preto” ou “negrinha” ou introduzindo adjectivos deste tipo ao descrever as personagens negras, mesmo quando no texto original não haja qualquer referência à cor da pele. O resultado imediato desta escolha é que, nesta tradução, a cor da pele adquire uma prevalência significativa na descrição e na caracterização *apenas* das personagens negras (e nunca no caso dos brancos), contribuindo para que se crie uma separação ainda mais marcada entre dois grupos e, além disso, gerando um efeito mais abrangente de representação dos negros como o “outro”.

I don’t sell dead niggers (Stowe, 1994: 363)

Não vendo pretos mortos! (Stowe, 1853a, Tomo 2: 283)

Não vendo negros mortos (Stowe, 2005: 627)

Finalmente, o facto de Simon Legree, um homem branco e um proprietário de escravos, utilizar a palavra *niggers* ajuda a reforçar a ideia de que se trata de uma personagem racista, rude e violenta. Este é um exemplo de como no romance, o uso da palavra *nigger* por brancos aparece associado a personagens malvadas, como Legree ou o traficante Haley, enquanto as

outras personagens brancas mais bondosas e o narrador utilizam o termo *negro*. Neste contexto, a palavra tem uma conotação particularmente degradante e odiosa, porque se refere a Tom, que morreu depois de ser brutalmente agredido por Legree.

Na tradução de 1853, a linguagem de Legree não parece particularmente negativa, uma vez que a maior parte das outras personagens e até o narrador usam a palavra “pretos” nos mais diferentes contextos, tornando difícil compreender até que ponto é que este termo pode ser considerado ofensivo.

Em contraste, na tradução de 2005 a linguagem de Legree é altamente suavizada e *niggers* é traduzido como “negros”. Estamos perante um episódio em que o termo *niggers* tem claramente uma carga violenta e até desumanizante, que reflecte o profundo ódio que Legree sente pelos escravos e por Tom, em particular. O facto de Legree, na tradução, usar uma palavra neutra e polida como “negro” não só não reflecte o sentido do texto primeiro, como cria uma certa incongruência no texto de chegada, porque é difícil compreender que uma personagem tão abertamente racista, e que, ainda por cima, tem um carácter brutal e violento, nunca use linguagem ofensiva e, em vez disso, se refira aos escravos com um termo educado como “negro”.

Como vimos nestes exemplos, na tradução de 1853 os termos *negro* e *nigger* são geralmente traduzidos sem ter em conta o contexto ou as suas conotações. Nesta versão, as palavras “negro” e “preto” (e os seus derivados) têm um valor praticamente idêntico quando são usadas como traduções de *negro* e *nigger*. Ambas são utilizadas pelas personagens independentemente do grupo social a que pertencem ou da sua posição face à escravatura, pelo narrador e até pelo tradutor. Portanto, é difícil identificar quando são usados com uma conotação positiva ou negativa, uma dimensão que, no contexto do romance, está relacionada com os preconceitos raciais e o tratamento dos escravos. Além disso, nesta versão nota-se uma certa tendência para usar “preto” e “negro” para descrever personagens, mesmo quando no texto original não se fazem referências directas à cor da pele. O facto de as personagens serem habitualmente referidas por termos como “negrinha” introduz um grau de divisão que não é tão forte no texto de Stowe, contribuindo para que nesta tradução os negros sejam vistos como “o outro” de forma mais frequente e mais marcada.

Talvez seja prematuro fazer leituras racistas ou juízos de valor sobre o tradutor ou sobre a utilização de uma palavra como “preto” nesta tradução. É possível que a tradução reproduza fielmente o uso das duas palavras em Portugal em 1853, não considerando

nenhuma delas particularmente ofensiva ou, em alternativa, não reconhecendo grandes diferenças na utilização das duas. De facto, tal como em inglês o uso da palavra *negro* – abertamente utilizada por Stowe como um termo “educado” ou “neutro” – se alterou ao ponto de se ter tornado uma palavra tabu, é possível que palavras como “preto” tenham sofrido uma transformação semelhante em português, ao ponto de hoje a vermos como mais problemática do que era em meados do século XIX. Note-se que, mesmo na actualidade, o uso da palavra “preto” para designar uma pessoa de ascendência africana é considerado ofensivo, mas pode não ter uma equivalência equiparável ao uso de *nigger* em inglês. Independentemente do contexto, é difícil avaliar a totalidade das conotações que esta palavra teria na época em que a tradução foi produzida.

É certo que tradução de 1853 reproduz inevitavelmente as ideias raciais presentes na cultura portuguesa de meados do século XIX, mas também se deve ter em conta que é arriscado transportar conceitos como “linguagem racista” para uma época tão diferente da nossa e em que a consciencialização do que é o racismo e dos efeitos potencialmente discriminatórios do uso de determinadas palavras seriam muito reduzidos.

É mais seguro interpretar as escolhas da tradução de 2005, porque esta foi produzida num contexto bastante próximo, em que é fácil avaliar as conotações das possíveis traduções de *nigger*.

Esta tradução opta por usar universalmente a palavra “negro” para traduzir *nigger* e *negro*, independentemente do contexto. De facto, mesmo em excertos em que a palavra *nigger* é utilizada de forma marcadamente violenta e racista, o tradutor nunca opta por usar outra palavra que em português pudesse ter uma carga negativa que tentasse, pelo menos, aproximar-se a esta. Em vez disso, toda a linguagem potencialmente ofensiva é eliminada e o narrador e todas as personagens (independentemente da sua posição social ou da sua posição ideológica face à escravatura e aos negros) utilizam sempre a palavra neutra “negro” para designar pessoas ou para se referir à cor da pele, mesmo em situações em que o uso de uma expressão menos neutra ou menos polida poderia ser justificado e até uma boa opção para transmitir ideais racistas, como, por exemplo, as intervenções de Simon Legree.

Possivelmente, esta decisão de eliminar qualquer linguagem tabu na tradução e usar sempre a palavra “negro” reflecte os padrões modernos da língua portuguesa, em que o uso do termo “preto” tem fortes conotações discriminatórias e se tornou *tabu* e em que há uma tendência social para evitar e não tolerar qualquer linguagem de teor racista. Assim, a

tradução evita utilizar linguagem que possa ser considerada rude ou que possa ofender as sensibilidades dos leitores.

Por outro lado, o facto de se tratar de uma tradução incluída numa colecção infanto-juvenil, cujos objectivos são claramente pedagógicos, também poderá ter tido algum peso nesta opção, ao aumentar a motivação para não utilizar linguagem ofensiva. Neste sentido, a forma como a tradução traduz palavras como *nigger* reflecte certa infantilização do texto, porque se evita expor os leitores (crianças ou jovens) a linguagem potencialmente ofensiva ou problemática, ainda que esta exista no texto de partida.

Como resultado disto, esta tradução, produzida num contexto em que o racismo é geralmente visto como negativo e algo a ser eliminado, acaba por ser excessivamente polida e homogénea em termos de linguagem, transportando estes valores para um texto produzido num momento histórico diferente. Isto não só não reflecte as características do texto de Stowe (em que o uso de linguagem racista é frequente e deliberado, um aspecto importante na forma como esta representa a sociedade onde a história se passa) mas, mais ainda, acaba por atenuar de forma significativa a violência verbal que é apresentada na obra, menorizando as suas consequências psicológicas e sociais.

Nesta versão, todas as personagens, mesmo as mais racistas e violentas, utilizam sempre a palavra “negro” – o que pode servir os objectivos da tradução, mas que não parece ser coerente nem realista, quer a nível da lógica interna do romance, quer a nível histórico. Esta decisão, possivelmente relacionada com a função pedagógica da tradução e da colecção em que se insere, acaba por ter consequências mais profundas. Em primeiro lugar, resulta numa uniformização da linguagem utilizada para descrever os escravos, o que vai contra o texto de partida, em que existem diferenças visíveis e carregadas de significado, quer em termos da posição social das personagens, quer em termos da sua caracterização e do seu posicionamento ideológico perante a escravatura. No entanto, a consequência mais significativa é provavelmente a atenuação considerável da violência verbal no romance e a forma como palavras como *nigger* são frequentemente usadas para insultar e desumanizar as personagens. Este efeito é, no mínimo, paradoxal, tendo em conta os objectivos da obra e a sua missão de representar fielmente as dimensões mais terríveis da escravatura, em que a violência verbal tem um peso considerável.

Devido a estas diferenças, a imagem global de cada uma das traduções é bastante diferente, não apenas em comparação com a outra tradução, mas também com o texto de partida.

A primeira tradução não preserva a distinção marcada que existe no texto de Stowe entre o uso dos termos *negro* e *nigger*. Ao usar os termos “negro” e “preto” de forma indiscriminada e independentemente do contexto, esta versão não transmite a importância que a escolha das palavras usadas para designar os escravos tem na caracterização das personagens, nem indica de forma clara os momentos em que estas palavras são usadas com conotações negativas, como marcas de racismo e violência verbal. Assim, torna-se mais difícil interpretar a posição que as personagens têm perante a escravatura e os escravos ou escrutinar se as palavras são usadas de forma neutra ou negativa em cada situação, porque não há uma distinção evidente entre o que é “neutro” e o que é ofensivo. Além, disso, esta tradução revela uma tendência para fazer referências constantes ao tom da pele dos escravos e para descrever estas personagens como “a negrinha” ou “pretalhada”, contribuindo para uma certa desumanização destas e reforçando a ideia dos negros como “o outro”. Portanto, trata-se de uma tradução que é mais ambígua na forma como representa os preconceitos raciais, mas que, em certos momentos, transmite imagens ainda mais racistas do que o texto original.

Em contraste, a segunda tradução não inclui nenhuma linguagem potencialmente ofensiva, optando por traduzir *negro* e *nigger* por “negro”. Isto tem consequências importantes nos efeitos gerados pelo texto, sobretudo na representação das tensões raciais no romance. Nesta versão, há uma uniformização geral do discurso do narrador e de todas as personagens, apagando-se a complexidade envolvida na forma como os negros são tratados e o que isto revela sobre as posições de cada uma das personagens e da sociedade em que vivem. De maneira mais significativa, esta eliminação da linguagem racista resulta numa considerável atenuação da representação da violência verbal no romance, mesmo em contextos em que o uso de linguagem racista tem objectivos degradantes e ofensivos e reflecte a violência inerente à escravatura e, portanto, tem um papel crucial na mensagem do texto original. Como resultado, nesta tradução, ao suavizar a linguagem, também se suaviza a descrição negativa que Stowe faz da escravatura, criando a ideia de uma sociedade esclavagista onde os escravos são sempre tratados de um modo polido e educado, e onde a discriminação e o racismo não têm reflexos na linguagem.

Logo, isto demonstra que a tradução dos termos utilizados para descrever os negros em *Uncle Tom's Cabin* requer uma atenção criteriosa por parte do tradutor, porque tem um efeito considerável na maneira como o texto é lido e na representação da escravatura no romance.

Em *Uncle Tom's Cabin*, a diferença no uso de *negro* e *nigger* tem significado e parece importante preservá-lo. Estamos perante um texto cuja linguagem reflecte os padrões sociais de um período específico e que se alterou ao longo dos anos, representando uma sociedade e uma instituição caracterizadas pela violência física e verbal, que a autora pretende denunciar.

Por exemplo, a palavra *negro*, quando usada por Stowe, não tem o mesmo significado da palavra *negro* utilizada nos Estados Unidos em 2017; neste texto, trata-se de uma expressão desejavelmente neutra e não-ofensiva, sobretudo quando contrastada com *nigger*, que é geralmente usada como uma marca de violência verbal. Mas mesmo esta última palavra pode ser lida de formas diferentes em momentos diferentes, como se pode ver na maneira como os negros a utilizam para se referirem a uns aos outros e a si mesmos – um aspecto que pode inspirar leituras mais ambivalentes ao nível da representação de como as pessoas podem *interiorizar* ou, até, *aceitar* estereótipos usados contra si mesmos.

De um modo geral, estamos perante subtilezas que nem sempre são fáceis de reproduzir na cultura de chegada. Em qualquer dos casos, pode ser bastante difícil identificar as intenções que estão por trás do uso de cada palavra a cada momento e encontrar uma palavra portuguesa que consiga transmitir o mesmo tipo de associações num contexto específico.

No entanto, é de supor que a eliminação destas diferenças ou a escolha de não usar palavras tabu ao traduzir o texto não são ideais. Em *Uncle Tom's Cabin*, a linguagem transmite informações importantes sobre a sociedade em que a história se passa, as ideias das personagens e as relações e tensões entre elas. A tradução pode não reproduzir fielmente todas as conotações do original nem reflectir a história complexa de uma palavra como *nigger*, mas provavelmente não é adequado eliminar a completamente linguagem ofensiva e racista presente num texto como este, que tem como grande objectivo representar fielmente os aspectos mais perversos da escravatura.

Portanto, para conseguir preservar a mensagem do texto de Stowe numa tradução, é necessário reconhecer esta complexidade e tentar reproduzi-la ao máximo no texto de chegada, ainda que isto implique utilizar linguagem que, nos dias de hoje, nos possa parecer

ofensiva ou inaceitável. Não existindo soluções imediatas e fáceis, esta é uma questão a ter em conta por futuros tradutores de *Uncle Tom's Cabin*.

Conclusão

Esta dissertação pretendeu mostrar como a história da tradução pode trazer contributos importantes para os Estudos de Tradução e para a prática da tradução e, igualmente, promover uma visão mais abrangente da literatura, da cultura e da sociedade em que vivemos.

Uncle Tom's Cabin é um texto que teve uma importância central na literatura mundial nos últimos 160 anos e que demonstra o papel preponderante que a literatura e os artefactos culturais podem ter numa sociedade. Através da tradução, esta obra também teve impacto em Portugal, chegando muito depressa ao nosso país e continuando a ter uma presença forte na cultura portuguesa ao longo dos anos, através de diferentes tipos de traduções e adaptações. Logo em 1853, apenas um ano depois da sua publicação nos Estados Unidos da América, foram produzidas em Portugal, pelo menos, duas traduções diferentes deste texto (sendo que uma delas utilizava, em parte, excertos da tradução sua contemporânea, de Francisco d'Andrada) e nos séculos XX e XXI produziram-se, pelo menos, mais oito traduções. Trata-se, portanto, de uma obra que teve e continua a ter relevância na cultura portuguesa.

A análise comparativa que realizámos entre duas traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin* – uma das primeiras traduções de 1853 e a tradução mais recente, de 2005 – permitiu-nos identificar algumas diferenças significativas que revelam como o mesmo texto pode ser traduzido de formas muito diversas em momentos historicamente diferentes e como estas diferenças podem revelar informações significativas sobre o contexto específico em que surgiu cada uma das traduções.

Uma destas diferenças tem a ver com a da proximidade entre a tradução e o texto de partida. Verificou-se que a tradução de 1853 tem um carácter mais livre e criativo, em que é frequente o tradutor condensar ou omitir passagens do texto ou introduzir elementos que não estão presentes no texto original, o que, em alguns momentos, tem como resultado o reforço de certas ideias presentes no texto e, noutros, gera alterações que entram em contradição com o sentido do texto de Stowe – incluindo a omissão das opiniões e da mensagem política da autora, o que é mais óbvio pelo facto de a tradução não incluir o capítulo final do romance. Esta tradução também tem efeitos mais domesticadores, como a tradução dos nomes próprios. Tudo isto é consistente com as normas de tradução vigentes à época e com o perfil

do próprio tradutor, que tem uma presença muito forte e interventiva ao longo de todo o texto.

Em contraste, a tradução de 2005 é caracterizada uma grande proximidade ao texto original, não se verificando omissões ou acrescentos significativos. O nome das personagens não é traduzido, à excepção de Pai Tomás, o que se justifica pelo facto de este nome estar consagrado em Portugal devido às traduções anteriores do texto. Isto pode explicar-se pela evolução das normas que regem a tradução, o trabalho dos tradutores e as expectativas dos leitores em Portugal – que actualmente favorecem uma tradução menos livre, marcada por uma maior proximidade ao texto primeiro –, mas, igualmente, pela transformação do estatuto de *Uncle Tom's Cabin* que, enquanto obra canónica e “clássico da literatura”, resiste a tentativas de alteração do texto por parte do tradutor.

Noutro aspecto, nenhuma das duas traduções consegue reproduzir completamente a “polifonia de vozes” que caracteriza o texto original e que representa um dos principais desafios à tradução deste texto. Isto que faz com que em ambas haja uma uniformização da linguagem utilizada pelas personagens, esbatendo as diferenças a nível de vocabulário, registo e fonia que, no texto de Stowe, distinguem grupos diferentes de pessoas e têm um papel importante na caracterização das personagens. Apesar de as duas traduções por vezes tentarem reproduzir esta diversidade linguística, estes esforços não são consistentes nem frequentes, fazendo com que não haja diferenças muito significativas entre a linguagem usada pelas diferentes personagens.

O uso da linguagem tabu no romance – mais concretamente, de palavras com conotação ofensiva e racista, como *nigger* – é um aspecto em que as duas traduções apresentam diferenças significativas e que revela bem a influência do contexto em que foram produzidas. A tradução de 1853 utiliza indiscriminadamente as palavras “negro” e “preto”, sem que estas indiquem uma conotação consistentemente negativa ou positiva; muitas vezes, surgem em contextos em que, no original, não é feita nenhuma referência à cor da pele. Ainda assim, tendo em conta o momento histórico em que foi feita esta tradução, é arriscado fazer juízos de valor sobre a linguagem utilizada no texto ou avaliar o possível conteúdo racista do mesmo.

Por outro lado, a tradução de 2005, produzida num contexto em que o uso de linguagem racista é normalmente considerado ofensivo e inaceitável, utiliza sempre a palavra neutra “negro” para traduzir *negro* e *nigger*, independentemente do contexto em que estas palavras

são usadas ou das conotações que estas têm no texto de Stowe. Consequentemente, esta tradução é extremamente neutra e polida porque *nunca* usa vocabulário potencialmente ofensivo ou tabu, mesmo em contextos em que estas conotações são evidentes no texto de Stowe. Isto pode ser explicado pelo facto de palavras como “preto” terem uma carga que o tradutor considera demasiado ofensiva, sobretudo numa tradução que se insere numa colecção de literatura infanto-juvenil.

De um modo geral, estas diferenças indicam que estamos perante fenómenos de mudança na tradução e na sociedade. Em termos históricos, isto revela uma evolução significativa em termos das normas de tradução, do papel do tradutor e das expectativas dos leitores em Portugal, mas também reflecte como o estatuto de *Uncle Tom's Cabin* no sistema literário português se alterou ao longo do tempo, à medida que passou de um novo *bestseller* a um texto canónico alvo de várias retraduições periódicas.

No entanto, de forma mais importante, estas mudanças reflectem a influência central do contexto de chegada no modo como as traduções são produzidas, lidas e recebidas. Em 1853, a mensagem anti-escravatura e pró-abolicionismo de *Uncle Tom's Cabin* estava na ordem do dia, tanto nos Estados Unidos como em Portugal; a escravatura era legal e amplamente praticada nas colónias portuguesas e, apesar de não existir um movimento abolicionista significativo no nosso país e da atitude toleracionista que vigorava em Portugal, a nível político começavam a dar-se os primeiros passos, embora lentos, para a abolição plena da escravatura. Portanto, à época, o texto de Stowe tinha uma relevância sociopolítica concreta e imediata no contexto de chegada; as ideologias presentes no Portugal de 1853 são patentes na tradução, incluindo nos paratextos em que o tradutor discute a questão da escravatura exposta por Stowe, tentando distanciá-la do contexto português.

A tradução de 2005 foi produzida para ser incluída numa colecção infanto-juvenil promovida por um jornal, com o objectivo de expor jovens leitores a obras consideradas canónicas e importantes para a sua formação. Esta tradução não só pertence a um momento histórico em que a situação descrita por Stowe faz parte do passado, mas foi precedida por várias traduções anteriores do mesmo texto que influenciaram a forma como *Uncle Tom's Cabin* é visto em Portugal. Esta tradução é marcada por uma historização e infantilização do texto, o que reflecte não apenas as discussões e a presença de *Uncle Tom's Cabin* na cultura popular, mas também a mudança de atitudes perante a escravatura e o racismo na cultura de chegada.

Apesar de, em muitos aspectos, *Uncle Tom's Cabin* ser um texto datado, isto não significa que não continue a ser relevante nos dias de hoje, em que questões como o racismo, a discriminação e as violações de direitos humanos continuam a criar problemas e a ser discutidas, e em que surgem novas formas de escravidão. Por exemplo, a leitura desta obra pode ter um papel importante na compreensão das dinâmicas raciais nos Estados Unidos de hoje, em que a herança da escravidão, da Guerra Civil, da segregação e das representações discriminatórias e ofensivas dos negros continuam a ter um papel central na sociedade, na política e na cultura (e o estereótipo pejorativo do “Uncle Tom” está bastante presente).

Quanto a Portugal, o nosso país tem uma relação difícil com o seu passado colonial, marcado por uma visão suavizada e muitas vezes incompleta do seu papel na história da escravidão, levando à propagação de mitos como o país ter sido um dos pioneiros do abolicionismo. Pode ser fácil ler *Uncle Tom's Cabin* como um texto distante ou estrangeiro, ignorando o que acontecia em Portugal naquela época, mas será muito mais produtivo incluí-lo numa discussão mais abrangente sobre o racismo e a herança histórica da escravidão no nosso país.

Este texto apresenta várias limitações, em grande parte devido à necessidade de adequar às dimensões e objectivos de uma dissertação de mestrado. No entanto, poderia ser interessante promover mais estudos sobre a história das traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin*. Algumas linhas de investigação possíveis são comparações de traduções produzidas noutros períodos históricos (por exemplo, durante o Estado Novo); estudar mais aprofundadamente a recepção de *Uncle Tom's Cabin* em Portugal (por exemplo, na imprensa, teatro, cinema e televisão) ou, até, tentar analisar o impacto das traduções portuguesas desta obra no Brasil, para mencionar apenas algumas possibilidades.

Aparentemente, nos dias de hoje, *Uncle Tom's Cabin* não tem uma presença forte em Portugal. Não se produz uma nova tradução desde 2005 e não estão à venda edições mais antigas da obra, sendo difícil ter acesso a ela excepto através de bibliotecas. Tratando-se de um texto considerado canónico, isto sugere que há uma necessidade de surgirem retraduições novas e de boa qualidade. Idealmente, estas teriam em conta a importância histórica, literária e cultural de *Uncle Tom's Cabin* (incluindo em Portugal), contrariando a tendência de apresentar a obra como literatura infanto-juvenil, antes a lendo como um texto complexo com muitas leituras diferentes, que pode dar azo a vários tipos de análise e discussão e que aborda temas que podem ser relevantes para um leitor moderno.

De resto, parece claro que, nos dias de hoje, qualquer edição contemporânea de *Uncle Tom's Cabin* necessita de ser acompanhada de paratextos que ofereçam aos leitores algum tipo de mediação, que os ajude a situá-la no seu contexto histórico e literário, que promova leituras críticas da obra e que tenha em conta as discussões que rodearam *Uncle Tom's Cabin* desde a sua publicação e as suas diferentes representações na cultura popular, para que a obra se torne mais acessível e se adeque às expectativas dos leitores contemporâneos.

Para tal, poderia ser bastante útil ter em conta os problemas e soluções encontradas pelas traduções anteriores, permitindo assim aos futuros tradutores uma maior compreensão da história de *Uncle Tom's Cabin* no sistema literário português, que facilitasse a tradução de alguns dos seus aspectos mais desafiantes, como as subtilezas e complexidades da polifonia de vozes do texto.

Bibliografia

Textos Analisados

- Stowe, H. B. (1853a), *A Cabana do pai Thomaz, ou a Vida dos pretos na America, romance moral*, trad. F. L. A. d'Andrada, Paris: Rey e Belhatte.
- Stowe, H. B. (1853b), *A Cabana do pae Thomaz ou Os negros na américa*. trad. Anónima, Lisboa: Typographia do Centro Commercial.
- Stowe, H. B. (1853c), *A cabana do Pai Thome, ou, Vida dos negros na America*, trad. Anónima, Lisboa: Typographia Universal.
- Stowe, H. B. (1853d), *La case du père Tom, ou Vie des nègres en Amérique*, trad. E. La Bédollière, Paris: Gustave Barba, Libraire-Éditeur.
- Stowe, H. B. (1994), *Uncle Tom's Cabin or, Life among the Lowly*, em H. B. Stowe & E. Ammons (Ed.), *Uncle Tom's Cabin: Authoritative Texts, Backgrounds and Contexts, Criticisms*, Nova Iorque: Norton.
- Stowe, H. B. (2005), *A Cabana do Pai Tomás*, trad. Languagest, Porto: Público Comunicação Social, S.A..

Referências

- Andrada, F. L. A. (1853), "Prefácio" em H. B. Stowe, *A Cabana do Pai Thomaz ou A vida dos pretos na América*, Paris: Rey & Belhatte, (pp. I-XIX).
- Bassnet, S. (2002), *Translation Studies (Third Edition)*,. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bassnett, S. e Lefevere, A. (1990), *Translation, History & Culture*, Nova Iorque: Cassell
- Brogan, H. (2001), *The Penguin History of the United States of America*, Londres: Penguin Books.
- Casanova, P. (2004), *The World Republic of Letters*, trad. M. B. Delevoise, Cambridge/MA, Londres: Harvard University Press.
- Código do Direito de Autor e dos direitos conexos (2008), disponível em Sociedade Portuguesa de Autores (https://www.spautores.pt/assets_live/165/codigododireitodeautorcdadclei162008.pdf), consultado em Junho de 2017.

- Colecção Geração Público (2005), “Uma chave para o mundo secreto dos sonhos”, disponível em *Colecção Geração Público* (<http://static.publico.pt/sites/colecaojuvenil/livros/guialeitura/index.htm>), consultado em Julho de 2017.
- Cooper-Richet, D. (2009), “Paris, capital editorial do mundo lusófono na primeira metade do século XIX?”, *Varia Historia*, vol. 25, núm. 42, pp. 539–555.
- D’hulst, L. (2001), “Why and how to write translation histories”, disponível em *Emerging views on translation history in Brazil* (<http://200.144.182.130/revistacrop/images/stories/edicao6/v06a03.pdf>), consultado em Julho de 2017.
- D’hulst, L. (2010), “Translation history”, em Y. Gambier e L. Van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies, 1*, Amesterdão e Filadélfia: John Benjamin’s Publishing Company, pp. 397–405.
- Deane-Cox, S. (2014), *Retranslation: Translation, literature and reinterpretation*, Londres: Bloomsbury Publishing.
- Drescher, S. (2009), *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*, Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Esteves, R. (1895). “O "Intermediário em Comparística": O caso de Francisco de Andrada”, *Cultura: História e Filosofia, IV*, pp. 487–521.
- Ferretti, D. J. (2016), “A publicação de "A cabana do Pai Tomás" no Brasil escravista: O "momento europeu" da edição Rey e Belhatte”, *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 189–223.
- Frederickson, G. M. (1994), “Romantic Racialism in the North”, em H. B. Stowe & E. Ammons (Ed.), *Uncle Tom's Cabin: Authoritative Texts, Backgrounds and Contexts, Criticisms*, Nova Iorque: Norton, pp. 427–483.
- Hedrick, J. D. (1994), *Harriet Beecher Stowe: A Life*, Oxford e Nova Iorque: Oxford University Press.
- Hedrick, J. D. (2004), “Stowe's Life and Uncle Tom's Cabin”, disponível em *Uncle Tom's Cabin and American Culture Project: Stowe's Life and Uncle Tom's Cabin* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/exhibits/hedrick/hedrick.html>), consultado em Abril de 2017.

- Hill, P. R. (2007), “Uncle Tom's Cabin as a Religious Text”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture Project* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/interframe.html>), consultado em Abril de 2007.
- Holmes, J. S. (2000), “The Name and Nature of Translation Studies”, em L. Venuti (ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 172-184.
- ICS (2004), “European Standard Draft prEN 15038”, disponível em <http://web.letras.up.pt/egalvao/prEN-15038.pdf>, consultado em Julho de 2017.
- Intercultural Literature in Portugal 1930-2000: A Critical Bibliography (s.d.), disponível em <http://www.translatedliteratureportugal.org/>, consultado em Junho de 2017.
- Jakobson, R. (1992), “On Linguistic Aspects of Translation”, em R. Schulte e J. Biguenet (eds.), *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*, Chicago e Londres: The University of Chicago Press, pp. 114–151.
- Kelley, M. (2007), ““Feeling Right”: Harriet Beecher Stowe, Uncle Tom's Cabin, and the Power of Sympathy”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture Project* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/interframe.html>), consultado em Abril de 2017.
- Kuhiwczak, P. e Littau, K. (2007), “Introduction”, em P. Kuhiwczak e K. Littau (eds.), *A Companion to Translation Studies*. Clevedon e Toronto: Multilingual Matters, pp. 1–12.
- Lefevere, A. (1990), “Translation: Its genealogy in the West”, em Susan Bassnett e André Lefevere (eds.), *Translation, history and culture*, Nova Iorque: Cassell, pp. 14–28.
- Lefevere, A. (1992), *Translation, rewriting and the manipulation of literary fame*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Linguagest (2017), *Gabinete de Traduções*, disponível em <http://www.linguagest.com/gabinete-de-traducoes>, consultado em Julho de 2010.
- Long, L. (2007), “History and translation”, em P. Kuhiwczak e K. Littau (eds.), *A companion to translation studies*, Clevedon: Multilingual Matters, pp. 63–76.
- Lucas, M. M. (1993), “Organização do Império”, em J. Mattoso (org.), *História de Portugal: Quinto Volume: O Liberalismo (1807–1890)*, Lisboa: Círculo de Leitores Ld. e Autores, pp. 285–311.
- Malheiros, J. V. (2005), “O Livro que levou ao fim da escravatura americana”, em Coleção Geração Público (org.), *Guia de leitura*, Porto: Público Comunicação Social, SA, pp. 301–306.

- Marques, J. P. (2004), *Portugal e a escravatura dos africanos*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Paiva, A. B. M. (2014), *O Estatuto do(a) Tradutor(a) de Literatura Infantil: o Caso das Traduções Portuguesas de Roald Dahl*, disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/13511>, consultado em Julho de 2017.
- Pym, A. (2014), *Method in Translation History*, Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Radway, J. A. (1984), *Reading the Romance*, Chapel Hill e Londres: The University of North Carolina Press.
- Railton, S. (1999), “Uncle Tom's Cabin & Slavery”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/interframe.html>), consultado em Abril de 2017.
- Railton, S. (2012), “Josiah Henson's Life”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture* (<http://utc.iath.virginia.edu/abolitn/henson49hp.html>), consultado em Fevereiro de 2017.
- Riss, M. (2004) “Racial Essentialism and Family Values in Uncle Tom’s Cabin”, em D. J. Rosenthal (ed.), *Harriet Beecher Stowe's Uncle Tom's Cabin: A Sourcebook*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 63–65.
- Robbins, S. (2007), *The Cambridge Introduction to Harriet Beecher Stowe*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Rosenthal, D. J. (2004a), “Contextual Overview”, em D. J. Rosenthal (ed.), *Harriet Beecher Stowe's Uncle Tom's Cabin: A Sourcebook*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 7–11.
- Rosenthal, D. J. (2004b), “Critical History”, em D. J. Rosenthal (ed.), *Harriet Beecher Stowe's Uncle Tom's Cabin: A Sourcebook*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 29–31.
- Rosenthal, D. J. (2004c). “The Work in Performance”, em D. J. Rosenthal (ed.), *Harriet Beecher Stowe's Uncle Tom's Cabin: A Sourcebook*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 75–77.
- Sand, G. (1853), “Juízo da Obra”, trad. Francisco d’Andrada (?), em H. B. Stowe, *A Cabana do Pai Thomaz ou A vida dos pretos na América*, Paris: Rey & Belhatte, pp. XVIII-XX.
- Silva, I. F. (1859), *Diccionario bibliographico portuguez (Tomo II)*, Lisboa: Imprensa Nacional.

- Sontag, S. (2002), “The World as India: The St. Jerome Lecture on Literary Translation”, disponível em <http://www.susansontag.com/prize/onTranslation.shtml>, consultado em Abril de 2017.
- Stevenson, L. L. (2007), “Virtue Displauded: The Tie-Ins of Uncle Tom's Cabin”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture Project* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/interframe.html>), consultado em Abril de 2017.
- Stowe, H. B. (1851). “Letter to Gamaliel Bailey (Transcribed from Typescript, Boston Public Library)”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture Project* (<http://utc.iath.virginia.edu/saxon/servlet/SaxonServlet?source=utc/xml/stowe/utctext/utlthbsh.xml&style=utc/xsl/utc.xsl&clear-stylesheet-cache=yes>), consultado em Agosto de 2017.
- Stowe, H. B. (1994). “Appeal to the Women of the Free States”, em H. B. Stowe, & E. Ammons (ed.), *Uncle Tom's Cabin: Authoritative Text, Backgrounds and Contexts, Criticism*, Nova Iorque: Norton, pp. 427-429.
- Tompkins, J. (2004), “Sentimental Power: Uncle Tom's Cabin and the Politics of Literary History”, em D. J. Rosenthal (ed.), *Harriet Beecher Stowe's Uncle Tom's Cabin: A Sourcebook*, Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 42-47.
- Toury, G. (2000), “The Nature and Role of Norms in Translation”, em L. Venuti (ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres e Nova Iorque: Routledge, pp. 198-212.
- Venuti, L. (2008), *The translator's invisibility: A history of translation*, Nova Iorque: Routledge.
- Venuti, L. (2013), “Retranslations. The Creation of Value”, em L. Venuti, L. (Ed.) *Translation Changes Everything: Theory and practice*, Nova Iorque: Routledge, pp. 96-108.
- Williams, H. A. (2014), *American Slavery: A Very Short Introduction*, Oxford: Oxford University Press.
- Winship, M. (2007), “Uncle Tom's Cabin: History of the Book in the 19th-Century United States”, disponível em *Uncle Tom's Cabin & American Culture Project* (<http://utc.iath.virginia.edu/interpret/interframe.html>), consultado em Abril de 2017.

Anexos

Anexo I – Lista de traduções portuguesas de *Uncle Tom's Cabin*

Ano	Título	Tradutor	Editora / Coleção
2005	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Linguagest	Porto: Público Comunicação Social S.A. Coleção Geração Público
2001	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Maria João Bento	Mem Martins: Europa- América Clássicos
2000	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Ricardo Alberty	Lisboa: Verbo Clássicos juvenis
1995	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Ricardo Alberty	Lisboa: Verbo
1980	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Maria da Graça Lima	Lisboa: Casa do Livro
1976	<i>A cabana do pai Tomás: romance (7ª edição)</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres
1974	<i>A cabana do pai Tomás</i>	?	Lisboa: Bertrand Histórias selecção
1974	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Luís Miranda	Amadora: Bertrand
1971	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Luís Miranda	Amadora: Bertrand
1971	<i>A cabana do pai Tomás: romance (7ª edição)</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres Obras escolhidas de autores escolhidos
1967	<i>A cabana do pai Tomás: romance (6ª edição)</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres Obras escolhidas de autores escolhidos
1965	<i>A cabana do pai Tomás (2ª ed.)</i>	Luís Miranda	Lisboa: Bertrand; Editorial Ibis Histórias, para raparigas

1963	<i>A cabana do pai Tomás (5ª ed.)</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres Obras escolhidas de autores escolhidos
1959	<i>A cabana do pai Tomás: romance (4ª ed.)</i>	Leyguarda Ferreira	?
1955	<i>A cabana do pai Tomás: romance (3ª ed.)</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres
1952	<i>A cabana do pai Tomás: romance</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres
1949	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Leyguarda Ferreira	Lisboa: Romano Torres
1938	<i>A cabana do pai Tomás</i>	Julião da Cunha	Porto: Editor Educação Nacional
1933	<i>A cabana do pai Tomaz: Romance de emoção, dos Tempos da Escravatura...</i>	Mercedes Blasco	Lisboa: Ed. da Livr. Triunfo
1905	<i>A cabana do pai Thomaz ou a vida os negros na America</i>	?	Rio de Janeiro: H. Garnier
1853	<i>Cabana do pae Thomaz, ou Os negros na América / por Mistress Harriet Beecher Stowe</i>	?	Porto : Typ. de J. Lourenço de Sousa Bibliotheca das damas Lisboa: Typ. do Centro Commercial
1853	<i>A cabana do pai Thomaz ou A vida dos Pretos na América: Romance Moral</i>	Francisco Ladislau Álvares d'Andrada	Paris: Rey e Belhatte
1853	<i>A cabana do Tio Thomaz ou A vida dos negros na América /</i>	?	Lisboa: Typ. Urbanense, Galeria litteraria / publ.

	<i>por Mistriss Harriet Beecher Stowe (2ª ed.)</i>		de A. U. Pereira de Castro
1853	<i>A cabana do pai Thomé, ou Vida dos negros na América / por Henriqueta Beecher Stowe</i>	?	Lisboa : Typ. Universal, Bibliotheca economica